

COLLECCÃO

DA

LEGISLAÇÃO NOVISSIMA

DO

ULTRAMAR



1896

VOLUME XXIV



LISBOA

COMPANHIA TYPOGRAPHICA

Rua do Ferregial de Baixo, 12 a 20

1901

INDICE CHRONOLOGICO

DO VOLUME XXIV

DA

LEGISLAÇÃO NOVISSIMA DO ULTRAMAR

1896

	Pag.		Pag.
Janeiro			
7 Portaria mandando acompanhar sempre de uma guia do seu estado de vencimentos os funcionarios transferidos	1	4 Portaria declarando que o substituto legal do juiz de direito da comarca de Moçambique, a que se refere o art. 14.º do regimento de justiça de 1894, não é o conservador do registo predial	12
11 Decreto mandando proceder á eleição supplementar de um deputado ás côrtes pelo circulo de S. Thomé e Príncipe	1	4 Portaria permittindo a admissão de mais um amanuense na direcção dos telegraphos da provincia de Angola	13
14 Officio (circular) declarando poderem os apontadores das obras publicas do ultramar desempenhar o serviço dos conductores, quando o numero d'estes fôr inferior ao estabelecido no quadro	1	8 Officio indicando ao governador geral d'Angola o processo seguido nas alfandegas do continente para a restituição de direitos aduaneiros	13
23 Officio (circular) determinando que não sejam feitos saques sobre o ministerio da marinha e ultramar sem prévia authorisação	2	8 Portaria approvando as instrucções para a exposição industrial na Africa Oriental	13
23 Officio recommendando aos governadores que não promovam fornecimentos de artigos de uniforme, sem impreterível necessidade	2	10 Copias das notas trocadas entre os governos portuguez e britannico, prorogando o <i>modus vivendi</i> de maio e junho de 1893, enviadas n'esta data ao governador geral d'Angola	17
23 Portaria reconhecendo a firma commercial «Pereira, Dulio & C.» como arrendataria dos prazos da Maganja de além Chire e Massingire	2	11 Portaria nomeando uma comissão para emittir parecer sobre a remodelação do regimen monetario na provincia de Moçambique	17
30 Portaria nomeando uma comissão permanente de revisão das pautas ultramarinas	3	12 Officio (circular) resolvendo duvidas sobre a authenticação consular dos manifestos de carga dos navios com destino aos portos das provincias ultramarinas	18
31 Officio remettendo ao governador geral de Moçambique o contracto relativo ao arrendamento de um tracto de terreno no Chinde, adjacente á «Concessão britannica»	3	13 Carta de lei, estabelecendo as penas applicaveis aos crimes de anarchismo	18
31 Portaria declarando que pelo art. 183.º do regimento de justiça de 20 de fevereiro de 1894 vigoram no ultramar as disposições que obrigam o ministerio publico a appellar sempre das sentenças	5	14 Carta de lei relevando o governo da responsabilidade em que incorreu assumindo o exercicio de funcções legislativas	19
		20 Officio declarando que nenhum dos artigos 14.º e 15.º do regimento de justiça de 1894 prohibe a accumulação das funcções de juiz do tribunal da Relação de Moçambique com as de conservador	19 A
Fevereiro		Março	
1 Portaria mandando pôr em execução as instrucções para a exposição de vinhos na Africa Oriental	5	2 Officio approvando o projecto do pharol da ponta do N. da ilha do Sal, da provincia de Cabo Verde	19-A
1 Alvará reformando a ordem militar da Torre e Espada, do valor, lealdade e merito	12	4 Officio mandando recommendar a cuidadosa observancia do que, sobre transito a descoberto e em malas fechadas, se acha disposto na convenção principal de Vienna	19-B
3 Portaria nomeando uma comissão para formular projectos de melhoramentos dos serviços de fazenda no ultramar	12		

	Pag.
5 Decreto approvando a ordenança geral para o serviço da armada (<i>Disposições referentes ao ultramar</i>)	19-B
5 Cópia das instrucções para se regular o fiscal do governo junto da companhia real dos caminhos de ferro atravez d'Africa, enviada n'esta data ao governador geral de Angola	19-D
9 Officio declarando os casos em que não ha que pagar indemnisação alguma aos paquetes	19-E
9 Officio communicando ao governador geral d'Angola os motivos por que não podia ser deferida a pretensão dos negociantes de Cacongo para os paquetes fazerem escala pelo porto de Landana	19-E
9 Officio communicando o accordo do governo do Estado Independente do Congo para, por meio de troca de notas, ser elevado o praso a que se referem os art. 7.º e 8.º do convenio de extradição com o mesmo Estado	19-E
9 Officio estabelecendo que a promoção de empregados na mesma provincia não dá direito ao abono de ajuda de custo para viagem	19-F
10 Portaria estabelecendo os vencimentos de um official superior do exercito do reino, nomeado para extraordinariamente inspecção o material de guerra distribuido ás provincias ultramarinas	19-F
10 Officio declarando poderem exercer a clinica no Estado da India os individuos que tiverem o curso completo da escola de medicina de Bombaim	19-F
12 Portaria mandando estudar na provincia de Angola os meios praticos de estabelecer no ultramar a caixa de aposentações dos magistrados e funcionarios judiciaes, bem como filiaes da caixa geral de depositos	19-F
12 Decreto concedendo á associação auxiliar das missões ultramarinas o edificio e dependencias do supprimido convento de Santa Clara do Funchal	19-G
16 Carta regia concedendo ao sr. Infante D. Affonso Henriques o titulo de Viso-Rei da India portugueza	19-G
16 Portaria auctorisando o governador geral de Moçambique a incumbir as funcções de juiz municipal aos chefes da administração militar	19-H
17 Portaria approvando uma tarifa especial para o transporte de pedra, para construcções, nos comboios dos caminhos de ferro de Loanda a Ambaca	19-H
17 Officio (circular) recommendando a remessa para o museu colonial de productos das diferentes regiões das provincias ultramarinas e objectos de valor historico	20
23 Portaria providenciando para que o serviço do trafego da alfandega de Lourenço Marques seja feito a contento do commercio	20
26 Decreto pondo á disposição do ministerio da marinha e ultramar algumas forças do exercito do reino com destino á provincia de Moçambique	21
26 Portaria approvando o plano de reformas do paiz de Gaza da provincia de Moçambique	23 e Appendice.

Abril

Pg

1 Portaria estabelecendo os vencimentos de um official superior do exercito do reino nomeado para proceder á inspecção de todos os serviços de administração militar e organização da força publica no Estado da India e na provincia de Macau e Timor	23
3 Carta de lei declarando como deve ser composta a camara dos pares, e alterando varios artigos da lei de 24 de julho de 1885, da carta constitucional e acto adicional de 5 de julho de 1852	23
3 Carta de lei permittindo a fundação de associações locais, com a denominação de «Syndicatos agricolas»	25
3 Carta de lei estabelecendo a fórmula de se realizar a reabilitação dos reus	29
6 Carta de lei concedendo pensões vitalicias e annuaes aos officiaes do exercito e da armada e ás praças de pret, que fizeram parte do corpo expedicionario a Lourenço Marques	31
8 Portaria estabelecendo os abonos a fazer a um official do exercito do reino nomeado para exercer o cargo de chefe do estado maior do governo geral da provincia de Moçambique	32
10 Officio mandando contar a um official do quadro occidental o tempo que serviu como praça de pret no regimento de artilheria do Estado da India	32
11 Officio fazendo recommendações para na provincia de Angola serem prestadas todas as facilidades aos vapores empregados no serviço telegraphico	32
16 Decreto pondo á disposição do ministerio da marinha e ultramar diversas forças do exercito do reino com destino ao Estado da India, e marcando os vencimentos dos respectivos officiaes e praças	32
17 Carta de lei approvando a convenção commercial e de navegação, respectivo protocollo final e a declaração annexa, assignada entre Portugal e a Russia	34
17 Carta de lei approvando a declaração commercial, respectivo protocollo e o accordo constante das notas annexas, assignada entre Portugal e os Paizes Baixos	34
17 Carta de lei approvando o tratado de commercio e navegação, e os dois protocolos annexos, assignado entre Portugal e a Noruega	35
17 Carta regia confirmando e ratificando a convenção commercial e de navegação entre Portugal e a Russia	35
17 Officio communicando ao governador geral d'Angola o despacho que annullou os lançamentos de contribuição á «West African Telegraph Company»	48
20 Carta regia confirmando e ratificando a declaração commercial e respectivo protocollo, concluida e assignada entre Portugal e os Paizes Baixos	49
21 Officio auctorisando a abertura á exploração de 8 kilometros do caminho de ferro de Ambaca, em seguida ao kilometro 300	55
22 Officio determinando a remessa ao ministerio da marinha e ultramar de map-	

	Pag.
pas demonstrativos da existencia das redes telegraphicas e telephonicas, na provincia de Angola	56
22 Officio (circular) recommendando concisão na expedição de telegrammas officiaes	58
23 Decreto mandando pôr em vigor no ultramar, na parte applicavel, as disposições da ordenança geral da armada, relativas a distinctivos e outras	58
23 Decreto mandando pôr em vigor, na parte applicavel, no ultramar, o regulamento e instrucções de 21 de novembro de 1895 para o serviço dos pharões	58
23 Decreto estabelecendo disposições para a aquisição, armazenagem e expedição do material destinado ao serviço dos telegraphos do Estado nas provincias ultramarinas	83
23 Decreto indicando as attribuições do commissario régio nomeado para a provincia de Angola	84
25 Officio declarando o caso em que os vapores, que fazem a carreira diaria entre Hong-Kong, Cantão e Macau, devem pagar emolumentos sanitarios	85
27 Carta régia confirmando e ratificando o tratado de commercio e navegação com a Suecia e Noruega, concluido aos 31 de dezembro de 1895	85
28 Decreto determinando a competencia disciplinar que têm os commandantes das baterias, esquadrones e companhias, que destacarem isoladamente para as provincias ultramarinas	100
28 Officio communicando ao governador geral d'Angola ter a Empresa nacional de navegação accedido a prolongar, mensalmente, a viagem de um dos seus vapores até Porto Alexandre	100

Mato

4 Portaria declarando a forma por que devem processar-se e ser cobrados os emolumentos das conservatorias do registo predial das comarcas do ultramar	100
4 Carta de lei modificando algumas disposições da lei do imposto do sello de 21 de julho de 1893	101
5 Portaria incumbindo temporariamente ao governador do districto de Mossamedes as funções de fiscal do governo junto da administração da companhia de Mossamedes	105
6 Portaria tornando extensivo ao caminho de ferro da Beira, na provincia de Moçambique, o regulamento em vigor para os caminhos de ferro do ultramar	105
10 Portaria estabelecendo o vencimento de um 2.º aspirante da alfandega do Porto mandado servir em commissão na alfandega de Lourenço Marques	105
13 Decreto concedendo ao Instituto ultramarino o subsidio de 10:000\$000 réis	105
13 Carta de lei auctorisando a cobrança dos impostos e demais rendimentos publicos, relativos ao exercicio de 1896-1897, e a applicação do seu producto ás correspondentes despesas do Estado	106

	Pag.
13 Decreto approvando os estatutos da «Sociedade de agricultura colonial»	121
13 Carta de lei approvando o codigo do processo commercial	125
13 Carta de lei modificando os serviços do recrutamento militar	147
13 Carta de lei approvando o codigo de justiça militar	152
19 Portaria alterando a tabella dos vencimentos de certas praças de pret do exercito do reino, quando em serviço no ultramar	218
20 Portaria mandando considerar definitivamente constituída a «Sociedade de agricultura colonial» organizada na provincia de S Thomé e Príncipe	218
21 Portaria (circular) esclarecendo a doutrina do regulamento de fazenda e contabilidade, de 7 de novembro de 1889, quanto á accumulção de gratificações	219
21 Officio communicando ao governador de Angola o pedido da commissão de cartographia para se mencionar nos actos de vassallagem dos sobas a situação dos respectivos territorios	219
21 Carta de lei regulando a eleição e organização da camara dos deputados	219
21 Officio mandando recomendar aos governadores subalternos que não difficultem as passagens de fundos de uns para outros cofres das provincias ultramarinas	248
21 Carta de lei prohibindo o uso do emblema da sociedade da «Cruz Vermelha» sem auctorisação da mesma sociedade	248
21 Carta de lei auctorisando o governo a mandar cunhar moeda de prata, commemorativa da celebração do centenario da India, a fabricar e emittir estampilhas postaes, com o mesmo fim, e a fazer um adiantamento de 50:000\$000 réis á respectiva commissão executiva	248
21 Carta de lei reduzindo a metade o direito de carga estabelecido para navios portuguezes, e fixando o emolumento a pagar pela intervenção do funcionario consular na respectiva expedição	249
21 Carta de lei considerando despesa obrigatoria das camaras municipais do ultramar o subsidio annual de 1 por cento das receitas ordinarias, com destino ao Instituto official creado por decreto de 11 de janeiro de 1891	250
21 Carta de lei auctorisando a camara municipal de Lourenço Marques a estabelecer nas suas posturas a pena de multa até 100\$000 réis por cada transgressão	250
21 Carta de lei relevando o missionario da Guiné portugueza, Marcellino Marques de Barros, para o effeito da sua reforma, da falta de tempo de serviço no ultramar	251
21 Carta de lei ampliando o praso para a apresentação da proposta de lei, relativa ao regimen bancario ultramarino	251
21 Carta de lei isentando do imposto de 5 por cento o salario dos serviços contractados na provincia de S Thomé e Príncipe, quando inferior a 6\$000 réis mensaes	252
21 Carta de lei approvando o accordo de 10 de março de 1894, entre Portu-	

	Pag.
gal e a Gran-Bretanha, para a permutação de encomendas postaes com valor declarado	252
21 Carta de lei estabelecendo, em alternativa, a pena a applicar aos reus condemnados a presidio militar	253
21 Carta de lei approvando a nova convenção para a extradição de criminosos entre Portugal e os Paizes Baixos ..	253
22 Decreto, sobre consulta do Supremo tribunal administrativo, dando provimento n'um recurso de Malbá Suriá Rau Sar-Dessay, contra o despacho do governador geral da India que denegou licença para se realisar o acto da adopção de um filho do irmão do recorrente	254
22 Decreto indicando as attribuições do commissario régio nomeado para o Estado da India	255
26 Officio solicitando a remessa de amostras de madeiras para serem estudadas e ensaiadas no laboratorio da 1. ^a circumscriptção hydraulica	255
26 Carta de lei auctorisando o governo a estabelecer nas provincias ultramarinas colonias militares agricolas-comerciaes	256
26 Carta de lei auctorisando a applicação ás forças ultramarinas, na parte executivel, de algumas disposições do codigo de justiça militar, de 10 de janeiro de 1895, extinguindo os conselhos superiores de justiça militar de Loanda e Moçambique e o supremo conselho de justiça militar de Goa ..	259
28 Decreto mandando estabelecer, a permutação de encomendas postaes, sem valor declarado, entre cada uma das provincias ultramarinas e o continente e ilhas dos Açores e Madeira, e entre as mesmas provincias e os paizes estrangeiros	263
28 Portaria dispensando de habilitação judicial os herdeiros dos funcionarios publicos das provincias ultramarinas, quanto á recepção de vencimentos ..	264
28 Portaria estabelecendo o processo a seguir para a liquidação dos vencimentos dos funcionarios do ultramar ..	264
28 Decreto regulando a despesa do ultramar, realisada na metropole, para o exercicio de 1896-1897	265
28 Carta de lei reorganizando o serviço de saude no ultramar	266
29 Officio communicando ter-se conseguido a prolongação das viagens dos vapores da Empresa nacional até Porto Alexandre	302
30 Decreto estabelecendo as condições em que os funcionarios das alfandegas do reino podem ir, em commissão, prestar serviço nas do ultramar	302

Junho

1 Portaria estabelecendo o vencimento de um antigo director da alfandega de Moçambique, mandado servir em commissão na de Angola	303
1 Portaria estabelecendo os abonos a fazer, pela 5. ^a repartição da Direcção geral do ultramar, a um verificador da alfan-	

	Pag.
dega de Lisboa, encarregado de serviços aduaneiros e de fazenda nas provincias da Africa Occidental	303
1 Portaria estabelecendo os vencimentos a quatro funcionarios aduaneiros do reino, mandados servir nas alfandegas da provincia de Angola	303
6 Portaria mandando abonar diariamente a quantia de 200 réis, equivalente da respectiva ração de <i>etape</i> , aos officiaes da companhia de dragões do plan'alto de Mossamedes	304
6 Decreto, sobre consulta da Junta consultiva do ultramar, não tomando conhecimento de um recurso contra um accordão do tribunal de contas provincial de S. Thomé sobre uma collecta de 86\$000 réis de decima predial, visto aquella importancia não exceder a alçada do referido tribunal	304
6 Decreto destinando a medalha da Rainha D. Amelia a commemorar todas as expedições organisadas para assegurar o dominio colonial, e estabelecendo preceitos para o seu uso e concessão	305
6 Decreto mandando pôr á disposição do ministerio da marinha e ultramar uma companhia de cavallaria do exercito do reino com destino a Moçambique	306
8 Portaria recommendando novamente a maior concisão nos telegrammas officiaes	306
11 Officio, ao governador de Cabo Verde, confirmando a multa de 490\$000 réis imposta ao vapor <i>Bolama</i>	307
18 Decreto declarando serem os officiaes sub-chefes das repartições de fazenda provincias do ultramar os competentes para lavrarem os contractos e as escripturas de aforamento ou de arrendamento de terrenos do Estado	307
18 Decreto concedendo á camara municipal de Benguella uma dotação correspondente á totalidade dos direitos cuja isenção pediu para a importação de tubos de ferro, destinados ás obras de canalisação das aguas do rio <i>Cavaco</i>	307
25 Officio recommendando todo o auxilio á commissão central executiva, encarregada da celebração do centenario da India	308
26 Decreto mandando abrir um credito especial e extraordinario, da importancia de 800:000\$00 réis, para satisfação da despesa extraordinaria com a expedição a Lourenço Marques, no exercicio de 1894-1895	308
26 Decreto mandando abrir um credito especial e extraordinario, da importancia de 1.511:000\$000 réis, para satisfação da despesa extraordinaria com a expedição a Lourenço Marques, no exercicio de 1895-1896	308
26 Decreto mandando abrir um credito especial e extraordinario, da importancia de 353:000\$000 réis, para satisfação da despesa extraordinaria com a occupação do districto da Lunda. ...	309
26 Decreto mandando abrir um credito especial e extraordinario, da importancia de 424:000\$000 réis, para satisfa-	

	Pag.		Pag.
ção da despesa extraordinaria com a expedição á India	309	23 Decreto tornando extensivas a todas as colonias portuguezas as disposições relativas á emissão de estampilhas postaes, commemorativas do centenario da India	525
Julho		23 Portaria indicando o pessoal constitutivo da colonia militar agricola de Manica	525
1 Officio recommendando a remessa, no fim de cada anno economico, de uma requisição do material julgado necessario para as linhas telegraphicas e telephonicas da provincia de Cabo Verde	309	23 Carta régia ratificando e confirmando a nova convenção para a extradição de criminosos entre Portugal e os Paizes Baixos	526
4 Portaria marcando o praso para a «Great Gold Zone Mining Exploration and Estate Company» elevar a 9:000 libras sterlinas o seu deposito de garantia	310	23 Decreto, sobre consulta do Supremo tribunal administrativo, negando provimento n'um recurso contra o accordo do conselho de provincia do Estado da India, que não considerou nem appreciou os documentos de habilitações e serviços de um amanuense, apresentados n'um concurso para o logar de 2.º official da secretaria do governo ..	533
9 Decreto approvando os novos estatutos da «Companhia do Luabo»	310	29 Officio (circular) mandando revêr e rectificar as tabellas da receita e despesa das provincia ultramarinas para o exercicio de 1896-1897.	535
9 Decreto approvando para ter execução, provisoriamente, por um anno, o projecto de regulamento disciplinar da armada. (Disposição referente ao ultramar (art. 86.º)	314	30 Decreto auctorisando a emissão de bilhetes postaes para o continente e ilhas, e para os paizes da União postal universal, destinados a comemorar o centenario da India	536
9 Decreto mandando estabelecer uma colonia militar-agricolo-commercial na região de Manica, e outra no districto de Mossamedes	315		
10 Portaria suscitando a execução de providencias rigorosas para a repressão do jogo de azar nas provincias ultramarinas	315	Agosto	
10 Portaria determinando que da commissão central executiva da celebração do centenario da India façam tambem parte os presidentes das diversas commissões executivas do respectivo programma	316	6 Decreto approvando o regulamento dos serviços do recrutamento do exercito (<i>Disposições referentes ao ultramar</i>) ..	536
13 Portaria regulando a aquisição, deposito e fornecimento de instrumentos mathematicos e material para obras das provincias ultramarinas	316	7 Officio dando instrucções para a collecção de productos do Estado da India, destinados ao museu florestal por occasião de se celebrar o centenario da India	540
14 Officio (do ministerio da guerra) indicando os vencimentos e abonos offerecidos a officiaes convidados para irem servir no ultramar	317	8 Officio (circular) determinando a remessa de amostras de madeiras, a fim de se organizar o museu florestal por occasião da celebração do centenario da India	544
14 Officio (circular) suscitando a observancia da portaria de 15 de maio de 1891, que mandou colligir e enviar para a secretaria da marinha e ultramar todos os documentos anteriores a 1834.	318	10 Officio mandando annular os direitos de importação pagos pelas agencias da Empresa nacional de navegação com respeito ás encomendas postaes despachadas nos termos do contracto da mesma empresa substituindo-os pelos direitos de reexportação no caso de novo destino	544
15 Portaria encarregando um engenheiro de apresentar ao governo propostas para a construcção de uma ponte e outras obras em Lourenço Marques ..	318	18 Portaria prohibindo a prorrogação de qualquer contracto de adjudicação de exclusivos na provincia de Macau e Timor	545
15 Portaria mandando recommendar a inscripção nos orçamentos municipaes da verba necessaria para satisfação do encargo de 1 por cento das respectivas receitas ordinarias, destinado ao Instituto ultramarino	318	18 Portaria determinando que deixe de applicar-se a todos os generos e mercadorias de origem europêa, reexportados de Bolama, qualquer imposto de reexportação ou transitio	545
15 Decreto extinguindo a inspecção geral dos prazos da corôa da provincia de Moçambique	318	20 Officio recommendando a rigorosa observancia dos regulamentos postaes, quanto á inclusão de dinheiro em metal nas correspondencias	545
16 Decreto creando na cidade de La Plata, na republica argentina, um consulado de 2.ª classe, independente	322	22 Officio determinando que as direcções das obras publicas do ultramar enviem mappas com relação aos materiaes gastos nos ultimos dois annos	545
18 Officio mandando despachar, livres de direitos, alguns instrumentos denominados «transmissores automaticos» importados em Cabo Verde pela «Brazilian submarine telegraph Company» ..	322	27 Decreto mandando abrir um credito especial da importancia de 100:000\$000	
23 Decreto regulando a despesa das provincias ultramarinas para o exercicio de 1896-1897	323		

réis, para satisfação das despesas com a installação das colonias militares agricolo-commerciaes	Pag. 546
Setembro	
2 Officio confirmando a declaração de dever ser applicado aos contractadores de serviços em Angola o n.º 161 da classe 11.ª da lei do sello em vigor, como agentes de emigração	546
3 Portaria mandando proceder immediatamente á organização das contas da extincta inspecção geral dos prazos da corôa	546
5 Officio mandando abonar ao chefe de serviço das alfandegas de Angola, Pedro Joaquim Ferreira de Mesquita, a gratificação estabelecida por decreto de 31 de janeiro de 1894	547
11 Officio declarando não estarem comprehendidas na excepção do art. 62.º do regulamento do imposto do sello, de 26 de novembro de 1885, as deducções por adiantamentos legaes	547
11 Officio declarando ser applicavel ao sello das patentes dos officiaes de 2.ª linha a tabella especial que faz parte do decreto de 19 de julho de 1894	547
15 Decreto determinando que unicamente a moeda de prata portugueza tenha curso legal na provincia de Angola ..	547
17 Portaria declarando que a lei manda tomar como base da contribuição de registo, no caso de arrematação judicial, o preço por que os predios são arrematados	548
17 Portaria declarando os vencimentos que competem aos juizes substitutos dos de direito, que não fôrem funcionarios publicos	548
18 Officio declarando ao governador de Macau ficar estabelecida de futuro para a respectiva secretaria a tabella do capitulo II das tabellas de emolumentos annexas ao codigo administrativo ..	549
19 Decreto approvando uma portaria do conselho governativo do Estado da India, que alterou alguns artigos do regulamento da capitania do porto de Mormugão	549
21 Officio enviando aos governadores copia da nota que communicou ter sido declarada colonia franceza a ilha de Madagascar	550
21 Decreto fixando a caução do thesoureiro da Guine portugueza	550
21 Decreto fixando a caução dos thesoureiros das delegações da alfandega da Guiné portugueza em Bissau e em Cachem	551
25 Decreto auctorisando a companhia dos caminhos de ferro da Zambesia a emitir obrigações de 4 por cento, para a construcção do caminho de ferro de Quelimane ao Ruo	551
Outubro	
2 Decreto restabelecendo o limite de peso até 250 grammas para as amostras permutadas entre o continente, Açores ou Madeira e os correios da Africa Occidental	556

5 Portaria estabelecendo os vencimentos de um inspector extraordinario dos caminhos de ferro e obras publicas do ultramar	Pag. 556
6 Portaria determinando a remessa annual de relações nominaes de todos os empregados dos quadros das repartições de fazenda e suas dependencias	557
14 Portaria determinando a fôrma por que deve ser constituída a caução do thesoureiro da alfandega de Lourenço Marques	557
15 Decreto, sobre consulta do Supremo tribunal administrativo, dando provimento n'um recurso de Cesar Augusto Roncon, capitão da guarnição do Estado da India contra o despacho que lhe negou a promoção ao posto de major	557
15 Decreto declarando o districto de Timor independente da provincia de Macau para todos os effeitos politicos e administrativos	558
17 Portaria mandando pôr em execução umas instrucções para as tropas que embarquem em navios nacionaes ou estrangeiros	559
20 Portaria approvando as portarias do governador da Guiné relativas á fiscalisação dos fundos do cofre dos orphãos e ausentes	560
23 Officio declarando não terem as commissões districtaes de saude competencia para julgar da incapacidade dos empregados publicos para os effeitos da reforma	562
26 Portaria mandando repatriar todas as praças de pret do ultramar, sempre que tenham terminado o seu tempo de serviço	562
26 Portaria mandando adoptar, na parte exequivel, no deposito de praças do ultramar e nas unidades das guarnições das provincias ultramarinas, os titulos do novo regulamento para a instrucção tactica da infantaria	562
27 Portaria estabelecendo os vencimentos de um tenente de engenharia, nomeado para auxiliar os estudos dos melhoramentos do porto de Lourenço Marques	562
29 Decreto nomeando um commissario para por parte do governo proceder á demarcação das fronteiras dos territorios portuguezes e hollandezes na ilha de Timor	562
Novembro	
2 Decreto, sobre consulta do Supremo tribunal administrativo, negando provimento n'um recurso contra a portaria do governador geral da India, que annullou a nomeação do recorrente para o logar de escrivão da administração do concelho de Perném	563
2 Portaria mandando recusar transporte por conta do Estado, até ordem em contrario, ás familias dos officiaes e funcionarios destinados ao serviço do districto da Lunda	564
5 Decreto mandando cessar em toda a provincia da Guiné portugueza o curso	

	Pag.
legal das moedas de prata estrangeira	564
5 Portaria mandando satisfazer um quinto em moeda de cobre nos pagamentos a realizar pelo Estado na Guiné	565
5 Portaria declarando o tempo por que ficou interrompido, para todos os effectos, na provincia de Moçambique, o praso de 30 dias relativo ao funcionamento das corporações administrativas, repartições publicas e tribunaes.	565
5 Officio communicando ser abonada pelo cofre do ministerio da marinha ao procurador das missões do Espirito Santo no Congo e Angola a quantia de 52.000\$000 réis para subsidios de missões.	565
6 Portaria mandando organizar na secretaria geral de cada um dos governos das provincias ultramarinas uma secção especial de trabalhos estatísticos.	565
9 Officio (circular) recommendando a execução da portaria supra.	567
12 Decreto mandando pôr á disposição do ministerio da marinha e ultramar, com destino a Lourenço Marques, diversas forças do exercito do reino.	567
12 Officio recommendando a conveniencia de se fazer activa propaganda na provincia de Angola para a plantação de arvores da borracha	568
13 Portaria declarando dever ser calculado sobre a importancia total do vencimento de categoria e exercicio o sello dos diplomas de nomeação dos empregados, a que se refere a classe 1. ^a da tabella n. ^o 2 da lei do sello de 1893.	569
13 Officio communicando a quantia que foi mandada pagar ao procurador geral das missões do Espirito Santo no Congo e Angola para construcção de casas das missões	569
18 Decreto mandando estabelecer duas colonias militares agricolo-commerciaes nos territorios do paiz de Gaza.	569
19 Decreto auctorisando o governo a mandar estudar e construir diversas estradas nas ilhas de S. Thomé e Príncipe	569
19 Decreto concedendo á camara municipal da cidade de Loanda uma dotação correspondente á totalidade dos direitos de importação do material destinado á «Loanda gas company limited».	571
20 Officio remetendo ao commissario régio na provincia de Angola copia da régia portaria pela qual foi reconhecida a Procuradoria geral das missões do Espirito Santo do Congo e Angola.	571
20 Portaria fixando o pessoal constitutivo da colonia militar-agricolo-commercial a estabelecer nos territorios da companhia de Moçambique.	572
23 Portaria estabelecendo o pessoal constitutivo de duas colonias militares-agricolo-commerciaes creadas nos territorios do paiz de Gaza.	573
24 Portaria, indicando as vantagens e vencimentos de que devem gozar os officiaes e praças de p. et, das forças do exercito do reino destacadas na provincia de Moçambique	573
24 Decreto mandando prestar informações e facilidades ao delegado do tribunal	

	Pag.
arbitral de Berne, incumbido de inspecionar a linha ferrea de Lourenço Marques ao Transvaal	574
25 Decreto indicando as attribuições do commissario régio nomeado para a provincia de Moçambique	574
26 Decreto revogando o art. 3. ^o da lei de 17 de maio de 1866 e declarando que os crimes de abuso de liberdade de imprensa que devem ser punidos no ultramar	574
26 Decreto supprimindo o 3. ^o officio de escriptão e tabellião do juizo de direito da comarca de Moçambique	574
26 Decreto, mandando estabelecer uma colonia militar agricolo-commercial nos territorios da companhia de Moçambique	575
26 Decreto mandando estabelecer uma colonia militar agricola nos territorios da ilha de Timor, sujeitos á soberania portugueza	575
27 Officio (circular) mandando adoptar providencias para não ser demorada a remessa dos processos de inspecção dos mancebos recenseados para o serviço militar e inspecionados nas provincias ultramarinas	575

Dezembro

3 Portaria permitindo a importação, pela alfandega da provincia de S. Thomé e Príncipe, do melao necessario para a laboação de uma fabrica particular	576
3 Officio (circular) solicitando relações de todos os navios ou embarcações, a fim de se organizar um registo completo da marinha colonial.	576
5 Portaria mandando fazer sentir ao inspector de fazenda da provincia de S. Thomé e Príncipe a necessidade de se cumprirem rigorosamente as leis sobre distribuição e arrecadação dos impostos	577
5 Portaria mandando abrir extraordinariamente na provincia de S. Thomé e Príncipe os cofres publicos para o pagamento de contribuições em divida, anteriores a 1895-1896	577
9 Portaria approvando a do governo da companhia de Moçambique que supprimiu as classes 4. ^a e 5. ^a da tabella annexa ao regulamento das taxas de licença, de 19 de setembro de 1894	578
9 Portaria (circular) mandando nomear commissões para se elaborar um projecto de codigo penal e outro de codigo do processo criminal, no ultramar	578
11 Decreto creando o districto de Moçambique	578
11 Officio declarando ser conveniente proceder se á de arcação dos terrenos pertencentes á companhia dos caminhos de ferro a través d'Africa	579
12 Portaria mandando entregar mensalmente ao pnelado de Moçambique o duodecimo das importancias inscriptas na tabella orçamental para o serviço ecclesiastico.	579
15 Officio declarando cumprir aos commissarios régios nas provincias de Angola	

	Pag.		Pag.
e Moçambique fazer as nomeações dos empregados.	579	24 Decreto mandando substituir no quadro da alfandega da provincia de S. Thomé e Príncipe o lugar de verificador por mais um lugar de 2.º official . . .	585
15 Decreto mandando cessar na provincia de Moçambique a circulação da moeda estrangeira	580	24 Decreto, augmentando o quadro do pessoal da policia maritima de Macau . .	586
16 Officio participando aos governadores a recommendação feita a diversos consules de Portugal para lhes satisfazerem requisições de sementes de plantas . .	581	24 Decreto, confiando ao prelado de Moçambique a direcção da escola de artes e officios da mesma provincia . . .	586
16 Decreto modificando a pauta C, annexa aos preliminares das pautas das alfandegas de Loanda, Benguella e Mossamedes, sobre a exportação de gado vacum	581	24 Decreto dando nova organização aos julgados municipaes de Diu e Mormugão no Estado da India	587
17 Portaria declarando o sello que compete aos termos de apresentação de documentos comprovativos do cumprimento de legados pios	581	24 Decreto, creando uma companhia de artilheria de guarnição na provincia de Cabo Verde.	588
17 Portaria declarando os impostos a que estão sujeitos os descontos das cautelas de penhor (warrants) a que se refere o art. 409 do codigo commercial . .	582	24 Decreto creando um corpo de policia civil na provincia de Cabo Verde . . .	592
18 Portaria auctorisando, na provincia de S. Thomé e Príncipe, o pagamento de duas terças partes dos direitos de importação por meio de letras	582	24 Portaria, pelo ministerio da guerra, estabelecendo preceitos a seguir nas informações annuaes dos officiaes do exercito	593
24 Decreto, approvando a organização do quadro e vencimentos do pessoal do serviço dos correios da provincia de Cabo Verde	582	24 Decreto approvando a portaria do governo geral da provincia de Moçambique, que mandou executar o projecto de regulamento a annexar ao regulamento geral da capitania dos portos	594
24 Decreto incumbindo a administração do districto de Loanda a um governador privativo do mesmo districto	585	24 Officio auctorisando a superiora geral das irmãs hospitaleiras a estabelecer em Cabo Verde um reforço de irmãs para render as da Guiné	597
24 Decreto mandando applicar ás provincias ultramarinas as disposições da carta de lei de 4 de maio sobre o imposto do sello	585	26 Officio recommendando que os mappas estatísticos do movimento das alfandegas da provincia de Cabo Verde sejam sempre acompanhados de um resumo indicativo da importação e exportação	598

ERRATAS

Na pag. 101, linha 12.ª, onde se lê «Lei de 12 de julho de 1893», deve lêr-se «Lei de 21 de julho de 1893».

Na pag. 359, linha 1.ª, onde se lê «Provincia de Cabo Verde», deve lêr-se «Provincia da Guiné».

Na pag. 584, linha 27.ª, onde se lê «Ribeira das Potas», deve lêr-se «Ribeira das Patas».

COLLECÇÃO

DA

LEGISLAÇÃO NOVISSIMA DO ULTRAMAR

1896

COLLECÇÃO

DA

LEGISLAÇÃO NOVISSIMA DO ULTRAMAR

1896

JANEIRO

Constando que, quando se dá a transferencia de qualquer funcionario publico de uma para outra das provincias ultramarinas, nem sempre a repartição de fazenda respectiva envia para a que terá de processar d'ahi por diante a folha de vencimentos do referido funcionario a nota dos descontos a que elle está sujeito, quer por adiantamentos, quer por direitos de mercê, ou ainda como socio do monte-pio official: determina Sua Magestade El-Rei, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, que os governadores das provincias ultramarinas dêem as necessarias ordens para que, quando um funcionario publico seja transferido para outra provincia, o acompanhe sempre uma guia com a indicação exacta e precisa do seu estado de vencimentos, a fim de que nem a fazenda nem os proprios funcionarios possam ser prejudicados.

Paço, 7 de janeiro de 1896. = *Jacinto Candido da Silva*.

Tendo o tribunal de verificação de poderes communicado ao governo que, por seu accordão de 7 do corrente mez, annullou a eleição de um deputado ás côrtes pelo circulo n.º 23, de S. Thomé e Príncipe: hei por bem mandar, nos termos do artigo 105.º do decreto de 28 de março do anno findo, que se proceda á eleição supplementar, pelo mesmo circulo, de um deputado, com os poderes especiaes designados no artigo 5.º do decreto de 25 de setembro do mesmo anno, devendo o governador da respectiva provincia, logo que receba este decreto, designar, com os indispensaveis intervallos, dias para as diversas operações eleitoraes, no mais breve praso que fôr compativel com as distancias e meios de communicação.

O ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 11 de janeiro de 1896. = REI. = *Jacinto Candido da Silva*.

(CIRCULAR). — Ill.º e ex.º sr. — Sendo de toda a conveniencia que os conductores das obras publicas do ultramar sejam nomeados em conformidade com os artigos 8.º e

9.º do decreto com força de lei de 20 de agosto de 1892, para que possuam as habilitações necessárias para bem poderem desempenhar os serviços technicos do seu cargo, e que não haja pessoal a mais do quadro, ainda mesmo quando provisorio, para não aggravar as despesas orçamentaes, encarrega-me s. ex.^a o ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar de rogar a v. ex.^a se digne providenciar para que sejam dispensados do serviço os conductores e mais pessoal provisorio, nomeados por portaria provincial, esperando que de futuro não se façam nomeações d'esta ordem.

Quando o numero de conductores em serviço na direcção d'essa provincia fôr inferior ao estabelecido no quadro, poderão os apontadores desempenhar o seu serviço, a exemplo do que se passa nas direcções das obras publicas do reino.

Deus guarde a v. ex.^a — Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 14 de janeiro de 1896. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. governador da provincia de Cabo Verde. — O director geral, *Francisco Joaquim da Costa e Silva*.

(CIRCULAR). — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Encarrega-me s. ex.^a o ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar de comunicar a v. ex.^a, para os devidos effeitos, que o mesmo ex.^{mo} sr. determinou que não sejam accites, nem pagos pelo cofre d'esta direcção geral, quaesquer saques dos governos do ultramar que não tenham sido por elle préviamente auctorisados, e que, todas as vezes que por virtude d'esta auctorisacção se passarem letras sobre o cofre do ultramar, sejam os respectivos avisos acompanhados de uma conta ou orçamento descrevendo as despesas a que o producto dos saques tiver sido ou houver de ser applicado.

Outrosim, deverá ser annunciada com a conveniente antecedencia a quantia que se pretender sacar, e as letras deverão ser passadas á ordem de quem se propozer dar por ellas maior premio.

Deus guarde a v. ex.^a — Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 23 de janeiro de 1896. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. governador da provincia de S. Thomé e Príncipe. — O director geral, *Francisco J. da Costa e Silva*.

(CIRCULAR). — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Estando-se tratando da elaboração de um plano de uniformes mais apropriado ao serviço militar das tropas coloniaes, encarrega-me s. ex.^a o ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar de prevenir a v. ex.^a de que não deve promover fornecimentos de artigos de uniforme, sem impreterivel necessidade, e, quando esta se manifeste, os adquira em quantidades extremamente limitadas, dando n'este sentido as convenientes ordens aos conselhos administrativos dos corpos, a fim de que as praças não sejam oneradas com descontos para fardamentos desnecessarios.

Deus guarde a v. ex.^a — Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 23 de janeiro de 1896. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. governador da provincia da Guiné. — O director geral, *Francisco J. da Costa e Silva*.

Attendendo ao que lhe representou a firma commercial Pereira, Dulio & C.^a, succesor da firma Pereira, Dulio & Wiese, arrendataria dos prazos da corôa Maganja de além Chire e Massingire, no districto da Zambesia, pedindo para que seja reconhecida como arrendataria dos referidos prazos, e considerando que os requerentes provam, com documento em boa e devida forma, que lhes foram transferidos os direitos e acções do primitivo arrendatario Carl Wiese e da firma que elle constituiu, auctorisado pela régia portaria de 27 de setembro de 1894: ha por bem Sua Magestade El-Rei, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, reconhecer a firma commercial Pereira, Dulio & C.^a como arrendataria dos prazos da Maganja de além Chire e Massingire, ficando expressamente assente e determinado que este reconhecimento se faz nos termos,

condições e clausulas da portaria régia de 17 de fevereiro de 1892 e dos contractos de 8 de junho do mesmo anno.

O que se communica ao governador geral da provincia de Moçambique para os fins convenientes.

Paço, em 23 de janeiro de 1896. — *Jacinto Candido da Silva.*

Attendendo ás conveniencias do serviço publico e aos importantes interesses que, já hoje, representa o commercio das nossas provincias ultramarinas, e tornando-se necessario proceder á revisão das pautas de algumas das referidas provincias, e designadamente das da provincia de Angola, para se apreciar o que possa haver de fundado no que o commercio ultramarino tem exposto no sentido da alludida revisão: ha Sua Magestade El-Rei por bem nomear, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, uma commissão permanente de pautas ultramarinas, de que farão parte o conselheiro Francisco Joaquim Ferreira do Amaral, antigo ministro da marinha e ultramar e antigo governador geral, que será o presidente; o chefe da 3.^a repartição da direcção geral do ultramar, Tito Augusto de Carvalho; o chefe de repartição da administração geral das alfandegas, João de Sousa Calvet de Magalhães; o reverificador da alfandega de Lisboa, Augusto Potier Alvares; os negociantes e deputados da nação, Antonio Adriano da Costa e José Adolpho de Mello e Sousa; o presidente da camara do commercio e industria de Lisboa, Eduardo Ferreira Pinto Basto; o negociante Antonio Ferreira Marques e o chefe da 2.^a secção da 2.^a repartição da direcção geral do ultramar, Pedro Silveira da Motta de Oliveira Pires, que será o secretario da dita commissão, a qual se installará desde já a fim de dar começo aos seus trabalhos; confiando o mesmo Augusto Senhor do zelo e competencia dos nomeados que prestarão mais um importante serviço aos interesses geraes do paiz.

Paço, em 30 de janeiro de 1896. — *Jacinto Candido da Silva.*

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Encarrega-me s. ex.^a o ministro de enviar a v. ex.^a por copia, para seu conhecimento e devidos effeitos, o contracto relativo ao arrendamento de um tracto de terreno no Chinde, adjacente á concessão britannica, assignado por s. ex.^a o ministro e secretario d'estado dos negocios estrangeiros e o sr. ministro de Inglaterra n'esta côrte.

Egualmente remetto a v. ex.^a, por copia, a nota trocada pelo ministerio dos estrangeiros com a legação britannica a fim de esclarecer uma das clausulas do referido contracto.

Deus guarde a v. ex.^a — Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar em 31 de janeiro de 1896. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. governador geral de Moçambique. — *Francisco J. da Costa e Silva.*

COPIA. — Accordo para o arrendamento de um terreno conhecido pelo nome da *Extra Concession*, situado na margem direita do rio *Chinde* e adjacente á *British Concession* descripta no arrendamento assignado em Lisboa a 7 de maio de 1892, o qual foi concedido em conformidade com o accordo appenso á convenção anglo-portugueza de 11 de junho de 1891.

Artigo 1.^o O governo de Sua Magestade Fidelissima auctorisa o commissario régio na provincia de Moçambique a dar de arrendamento a Henry Hamilton Johnston C. B., commissario e consul geral de Sua Magestade Britannica nos territorios ao norte do Zambeze, e á pessoa ou pessoas que de futuro sejam pelo governo de Sua Magestade Britannica nomeadas para lhe succederem, um terreno situado na margem direita do rio *Chinde* no districto de Quelimane da provincia de Moçambique, cujos limites serão os seguintes: partindo de um ponto fixado a 20 metros de distancia, em linha recta, do angulo suêste do terreno descripto no aforamento de 7 de maio de 1892, e denominado a *British Concession*, na direcção de S. E. $\frac{1}{2}$ E; o limite septemtrional do referido terreno, d'ora em diante chamado a *Extra Concession*, seguirá o curso da *Rua Portuguesa* em

linha recta parallela ao limite meridional da *British Concession* n'uma extensão de quatrocentos metros até outro ponto, que será fixado partindo do ponto primeiramente fixado; o limite oriental da *Extra Concession* seguirá em linha recta na direcção S. E. $\frac{1}{2}$ E até á praia, partindo do ponto fixado em segundo lugar: o limite occidental da *Extra Concession* seguirá em linha recta na direcção S. E. $\frac{1}{2}$ E. até a praia: o limite meridional da *Extra Concession* será formado pela praia do oceano indico na baixa-mar: a largura da *Extra Concession* será de quatrocentos metros em toda a extensão e deverá a outros respeitois coincidir, tanto quanto possivel, com o traçado official feito pelo engenheiro do governo portuguez, director das obras publicas de Quelimane, de que vae copia junta a este documento assignado pelas partes contractantes.

Art. 2.º O arrendamento durará pelo praso ininterrupto de 99 annos, que começará a correr em 1 de janeiro de 1896.

Art. 3.º O arrendatario e aquelle ou aquelles, que lhe succederem, terão o direito de sublocar, no todo ou em parte, a *Extra Concession* por prazos cuja duração não poderá exceder a do arrendamento primitivo, comtanto que o arrendatario e aquelle ou aquelles, que lhe succederem, fiquem responsaveis pela observancia das estipulações d'este accordo.

Art. 4.º O arrendatario obriga se por si e aquelle ou aquelles que lhe succederem a pagar a renda annual de duzentas libras esterlinas, que deverá entregar nos cofres do districto de Quelimane no dia primeiro de janeiro de cada anno.

Art. 5.º A *Extra Concession* ficará sujeita ás leis e regimen fiscal vigentes na provincia de Moçambique, em tudo que não fôr contrario aos accordos existentes entre os dois governos. Considerando, porém, que o arrendatario toma sobre si, em seu nome e no d'aquelle ou d'aquelles que lhe succederem, o encargo de manter a concessão, quando possivel, em boas condições de conservação e salubridade, e construir e conservar as estradas que forem precisas para facilidade das communicações, fica estabelecido que o governo portuguez não cobrará para o mesmo fim nenhuns impostos ou contribuições. Deverá entender-se que a clausula precedente não exclue o direito do governo portuguez cobrar dos indigenas que habitem na *Extra Concession* o imposto denominado do *Mus-soco*. Deverá entender-se ainda, que este imposto inclue e representa todas as taxas a que estejam obrigados os indigenas que habitem a *Extra Concession*, mas que os não dispensa, em caso algum, de pagar as contribuições a que estejam sujeitos pela propriedade que possuam ou occupem em terrenos situados fóra dos limites da referida *Extra Concession*.

Art. 6.º O governo geral da provincia de Moçambique obriga-se a cumprir com respeito ao arrendatario, ou áquelle ou áquelles que lhe succederem, todos os deveres que lhe incumbam em presença das disposições do Código civil portuguez, em tudo que não fôr contrario a accordos existentes entre os dois governos.

Art. 7.º Ao findar o praso de noventa e nove annos do arrendamento, não terá o arrendatario direito de reclamar indemnisação com o fundamento em construcções ou outras bemefeitorias que haja feito na *Extra Concession*.

Art. 8.º O terreno a que este arrendamento se refere será promptamente medido e demarcado, e os titulos precisos entregues, quanto antes, ao arrendatario pela repartição competente.

Art. 9.º A administração do protectorado britannico da Africa Central obriga-se a conceder, quando lhe seja reclamado, uma nova concessão de igual extensão e nos termos expressos n'este accordo, adjacente ao limite interior da *Portuguese Concession* na bahia do Leopardo no lago Nyassa, descripta no arrendamento de 7 de maio de 1892.

Feita em duplicado em Lisboa, aos vinte e oito dias do mez de dezembro de mil e oitocentos e noventa e cinco.

(L. S.) (a) *L. de Soveral*.

(L. S.) (a) *H. G. Mac Donell*.

Está conforme. — Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 30 de janeiro de 1896. — *G. Gouveia Caceres*.

COPIA. — Lisboa 28 de dezembro. — Ill.^{mo} ex.^{mo} sr. — Tenho a honra de accusar a recepção da nota em data de hontem, em que, fazendo referencia ao arrendamento de um tracto de terreno junto á concessão britannica no *Chinde* ao commissario e consul geral de S. M. B. nos territorios ao norte do Zambeze pela renda annual de duzentas libras esterlinas (£ 200) tracto de terreno que será conhecido pelo nome de *Extra Concession*, v. ex.^a consigna que ficou claramente entendido pelo governo de S. M. B. que, em consideração do pagamento da referida renda, nenhuma contribuição industrial será lançada

pelas auctoridades portuguezas por causa do plano inclinada pertencente á Concessão Britannica. Apresso-me a satisfazer por esta fôrma o pedido formulado por v. ex.^a no final da sua nota. Aproveito esta occasião para reiterar a v. ex.^a os protestos da minha alta consideração.

(a) *L. Soveral*. — *Sir Hugh G. Mac Donell*.

Está conforme. — Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 30 de janeiro de 1896. — *G. Gouveia Caceres*.

Tendo a presidencia da Relação de Moçambique exposto ao governo as duvidas que se suscitam sobre se continuam, ou não, em vigor as disposições dos artigos 1185.^o e 1197.^o da Novissima refôrma judicial, que obrigam o ministerio publico a appellar sempre das sentenças que contiverem condemnação superior a cinco annos de degredo, por quanto o artigo 183.^o do regimento da administração de justiça nas provincias ultramarinas, approvedo por decreto com força de lei de vinte de fevereiro de mil oitocentos noventa e quatro, mandando applicar ao ultramar o processo criminal, regulado na legislação vigente na metropole, determina que só sejam escriptos os depoimentos, se as partes não renunciarem ao recurso; ha por bem Sua Magestade El-Rei declarar que o artigo 183.^o do citado regimento de justiça, longe de revogar aquelles artigos da Novissima refôrma judicial, expressamente os declara vigentes no ultramar, visto que são lei vigente na metropole; e o ministerio publico não pode renunciar aos recursos que por lei expressa é obrigado a interpôr: O que, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, se communica ao conselheiro presidente da mencionada Relação para seu conhecimento e devidos effeitos. — Paço, em 31 de janeiro de 1896. — *Jacinto Candido da Silva*.

FEVEREIRO

Informações recentes, enviadas á direcção dos serviços agricolas, affirmam a intenção louvavel, por parte dos vinicultores, negociantes, companhias e casas exportadoras de vinhos, não só de corresponderem patrioticamente ao appello feito pelo governo a proposito da annunciada exposição de Johannesburg, como de auxiliarem os poderes publicos no empenho, que presentemente se impõe, no interesse, conjugado e uniforme, da nossa industria vinicola e do commercio de nossos vinhos, de se collocarem estes productos nos principaes mercados estrangeiros, e, particularmente, nos da Africa, tão ambicionados e avidamente disputados.

As principaes casas exportadoras e os mais conceituados vinicultores manifestam o desejo de remetter partidas de vinho superiores ás quantidades maximas, a que se referem as instrucções publicadas no *Diario do governo* de 27 de janeiro proximo findo, e pedem que a propaganda se não limite a uma área determinada e restricta da republica do Transvaal, mas se estenda a todas as cidades importantes da mesma republica, e, sendo possivel, a outros centros de consumo da Africa do Sul.

Animados pela orientação pratica com que se estão já organisando os trabalhos de colleccionamento de amostras e pelo processo de reclamo, pratico e util, estabelecido nas mencionadas instrucções, e, não menos, pelo valioso auxilio que o governo, pelo ministerio da marinha e ultramar, concede aos expositores, pondo ao seu dispôr um navio do Estado para o transporte dos vinhos até á Africa, instam muitos d'elles pelo alargamento das concessões officiaes já conferidas, e por mais larga amplitude na propaganda, que se vae tentar, no interesse vinicolo-commercial do paiz, tanto mais confiantes nos resultados, que esperam colher das novas concessões, quanto julgam animadoras, para o nosso commercio de vinhos, as informações, já publicadas, do commissario tecnico, que, por virtude do decreto de 29 de janeiro de 1894, percorreu, ha pouco, os diversos centros commerciaes da Africa.

N'estas circumstancias:

Sua Magestade El-Rei, considerando quanto convém animar esta favoravel disposição dos vinicultores e negociantes, a fim de facilitar a exportação dos nossos vinhos para os mercados da Africa, acceitando, para este effeito, o seu concurso espontaneo, e aproveitando o excellente ensejo, que ora se offerece, de tornar conhecidos os typos dos nossos vinhos, que possam ali encontrar prompta e vantajosa collocação;

Considerando, ainda, que, pelas noticias de acontecimentos recentes, occorridos na republica do Transvaal, póde a exposição, que se projecta, de pura iniciativa particular, não satisfazer cabalmente ás legítimas aspirações dos vinicultores e dos commerciantes dos nossos vinhos, e sendo certo que a fórma por que de toda a parte acodem pedidos para maiores remessas de vinhos, indica a possibilidade de os expôr e tornar apreciados, com decidida vantagem para o paiz, não só em todas as cidades importantes do Transvaal, servindo-nos do nosso excellente porto de Lourenço Marques e da sua rapida ligação com o interior d'aquella republica, mas ainda nos demais paizes e portos de toda a Africa do sul:

Ha por bem determinar que, nos termos do mencionado decreto de 29 de janeiro de 1894, se persista na propaganda vinicolo-commercial em Africa, devendo o respectivo commissario technico, em perfeita intelligencia e directa correspondencia com os interessados, em tudo que possa esclarecel-os e relacional-os com os centros commerciaes africanos, guiar-se pelas seguintes instrucções, que, fazendo parte integrante d'esta portaria, baixam assignadas pelo conselheiro director geral da agricultura.

Paço, em 1 de fevereiro de 1896. = *Arthur Alberto de Campos Henriques.*

Instrucções para a exposição de vinhos na Africa oriental

1.º A propaganda será feita por meio de exposição movel ou ambulante, e abrangerá os portos e centros de consumo mais valiosos da Africa oriental.

2.º Na republica do Transvaal a exhibição das amostras será feita nas cidades mais importantes e pela fórma por que o commissario technico, auxiliado pelo consul portu-guez, julgar mais conveniente e util ao commercio dos nossos vinhos.

§ unico. Os typos de vinhos que houverem de ser expostos ou distribuidos, para o effeito da propaganda, nos territorios da republica transvaaliana, serão os que os expositores remetterem nas condições das alinas, *a*, *b* e *c* do n.º 2.º das instrucções de 25 de janeiro proximo findo.

3.º Serão mantidas, para serem fielmente observadas pelos expositores e pelo commissario technico, em qualquer ponto da republica do Transvaal, as mencionadas instrucções de 25 de janeiro.

4.º Além das quantidades fixadas nos n.ºs 9.º e 12.º das referidas instrucções, poderão os vinicultores, companhias ou negociantes, enviar, em garrafas ou em decimos e quintos de pipa, typos de vinhos conforme as indicações feitas pelo commissario technico e que vão em seguida transcriptas, em relação a determinados centros e portos da Africa do sul.

§ 1.º Os involucros d'estas amostras deverão designar os mercados a que se destinam.

§ 2.º As mesmas amostras serão fornecidas gratuitamente, ou a preço, conforme as indicações que fôrem dadas ao commissario technico pelos expositores, salvo o disposto no § unico do n.º 6.º

5.º As amostras, a que se refere o numero anterior, deverão ser designadas em guias separadas, aproveitando-se, para este effeito, os modelos A e B, que acompanham as instrucções de 25 de janeiro, e devendo a guia A, devidamente modificada, ser remettida nos precisos termos d'aquellas instrucções, até ao dia 15 do corrente mez, e a guia B até o dia 20.

6.º O navio, que conduzir os vinhos para Lourenço Marques, poderá, com auctorisação superior, demorar-se alguns dias no Cabo, Port-Elisabeth, East London, Durban, Beira, Zanzibar, Quilôa e Mombaça, ou qualquer outro porto do antigo territorio zanzibarista.

§ unico. A propaganda n'estes portos far-se-ha pela fórma que ao commissario parecer mais conveniente, mas por modo que o valor das amostras vendidas cubra, quanto possivel, as despesas aduaneiras ou fiscaes, a que a propaganda obrigar.

7.º A propaganda nos portos portuguezes será feita com isenção de quaesquer despesas da fiscalisação aduaneira, ou outras, por concessão especial do ministerio da marinha.

8.º Poderá estabelecer-se um deposito central de vinhos portuguezes em Lourenço Marques, como centro de irradiação do commercio dos nossos vinhos na Africa Oriental.

§ unico. Para este deposito poderão ser enviadas ao cuidado do commissario technico, para o effeito da propaganda, novas amostras de vinhos pelos nossos commerciantes e vinicultores, em quanto durar a exposição movel determinada nas presentes instrucções.

9.º O commissario technico, como intermediario entre os vinicultores e commerciantes de vinhos portuguezes e as casas ou centros commerciaes africanos, diligenciará sollicitamente estabelecer relações entre uns e outros, informando directamente os interessados, promovendo a valorisação, o credito e o consumo dos nossos vinhos, e guiando-se, quanto possivel, pelos preceitos do decreto de 29 de janeiro de 1894.

Direcção dos serviços agricolas, em 1 de fevereiro de 1896. — O conselheiro director geral da agricultura, *Elvino de Brito*.

Instrucções de 25 de janeiro, a que se referem as que precedem

No interesse de todas as associações, vinicultores e negociantes, exportadores de vinhos, que desejem concorrer á exposição industrial e internacional, que deverá realisar-se, nos mezes de maio e junho do corrente anno, em Johannesburg, s. ex.ª o ministro e secretario d'estado dos negocios das obras publicas, commercio e industria, empenhado em auxiliar, quanto possivel, a iniciativa particular, proporcionando aos interessados mais um ensejo para poderem, sem grande onus, tornar conhecidos dos diversos mercados da Africa os seus typos de vinho exportaveis, que possam encontrar ali facil e vantajosa collocação: determina que, por todos os meios de publicidade, se torne conhecida a natureza d'esse auxilio, que todos os interessados poderão igualmente aproveitar, e, bem assim, que, para maior commodidade dos expositores, as estações e os funcionarios, dependentes da direcção dos serviços agricolas, lhes prestem, com o maior zêlo e solitudine, a sua coadjuvação, consoante as suas attribuições e competencia, pela fórmula designada nas instrucções que seguem e têm por fim, principalmente, prescrever a fórmula pratica de poderem ser por elles utilizadas, sem prejuizo de tempo e da boa regularidade e harmonia dos trabalhos respectivos, as vantagens que lhes são concedidas.

Instrucções para a exposição de vinhos portuguezes em Johannesburg

1.º O governo não concorre officialmente á exposição industrial e internacional de Johannesburg, mas auxilia os expositores, que a ella desejem concorrer, pela fórmula designada nas presentes instrucções.

2.º A direcção dos serviços agricolas fará distribuir, profusamente, pelas auctoridades administrativas, pelas associações de vinicultores, pelos vinicultores e pelos negociantes, exportadores de vinho, servindo-se, para isso, das estações e funcionarios da sua dependencia, os relatorios e outros documentos, já publicados, que se relacionem, na parte vinicola, com a projectada exposição e que possam esclarecer os interessados ácerca da vantagem de concorrerem a ella os typos firmes e as marcas fixas dos nossos vinhos exportaveis e por fórmula a satisfazerem ás seguintes prescripções:

a) *Em relação aos vinhos de pasto*, mais convirá que elles não tenham força alcoolica superior a 13 graus e não sejam de côr muito carregada, devendo possuir uma certa acidez, sem excesso de tanino. Os vinhos de adstringencia excessiva, de côr demasiado carregada, com falta de *agulha* e muito alcoolicos, não são os mais recommendaveis. Têm menos consumo os vinhos de alcoolisação excessiva e de sabor adocicado. Convirá, por isso, não enviar vinhos muito maduros, não devendo a força alcoolica exceder, em caso algum, a 14 graus centesimaes.

b) *No que respeita a vinhos generosos*, está o paladar dos habitantes do Transvaal e, em geral, o de toda a Africa do Sul, habituado a uma forte alcoolisação, sendo de preferencia acceitos os que tenham côr bastante carregada ou intensa, convindo, comtudo, tentar-se a introdução dos nossos vinhos generosos com a sua côr de topasio. Deverá, porém, evitar-se a excessiva doçura, absolutamente contra-indicada, pois os vinhos seccos são ali os que, por emquanto, mais largo consumo teem.

c) A mesma condição de secura se devem sujeitar os *vinhos espumosos*, que convem sejam extremamente seccos.

3.º As vantagens que o governo concede aos expositores, além do auxilio das estações e funcionarios technicos de serviços agricolas mencionado n'estas instrucções, são as seguintes:

- a) Transporte gratuito, em caminhos de ferro do Estado, de todos os productos destinados á exposição;
- b) Armazenagem gratuita em Lisboa e no Transvaal;
- c) Transporte gratuito, pelos paquetes de carreira, até á Africa;
- d) Isenção de direitos alfandegarios dos productos á entrada em Lisboa;
- e) Installação dos productos nos edificios da exposição;
- f) Serviços consulares no Transvaal.

4.º As associações, companhias ou empresas vinicolas, os syndicatos agricolas, e quaesquer vinicultores ou negociantes de vinhos, que pretendam enviar amostras á exposição de Johannesburg, nos termos das presentes instrucções, e com as vantagens n'ellas designadas, poderão remettel-as, devidamente acondicionadas, á commissão central promotora do commercio de vinhos e azeites, que tem a sua sôde no mercado central de productos agricolas (Terreiro do Trigo, Lisboa), ou directamente sem interferencia d'aquella commissão. No primeiro caso será indispensavel que todas as remessas dêem entrada nos armazens do mercado até ao dia 20 do mez de fevereiro proximo inclusive, devendo as guias de remessa, pelos caminhos de ferro, ser enviadas, até ao dia 15 do referido mez, ao director de serviços da mesma commissão, a fim de poderem ser despachadas antes do dia 20. No segundo caso deverão as associações e os vinicultores participal-o á direcção dos serviços agricolas, remetendo-lhe, devidamente preenchidas, as guias A e B, a primeira até o dia 10 e a segunda até o dia 15 de fevereiro proximo.

5.º Os expositores que desejarem concorrer por intermédio da commissão promotora deverão fazer sem demora, e o mais tardar até o dia 10 de fevereiro, a competente participação ao referido director de serviços, preenchendo e remetendo-lhe a guia do modelo A. Juntamente com a senha de remessa do caminho de ferro, ou por occasião da entrega das amostras na sêde da commissão promotora, deverá o expositor enviar ou entregar, devidamente preenchida, uma guia do modelo B.

6.º Na hypothese da remessa directa, prevista no segundo caso do n.º 4.º, o governo reserva-se, pela direcção dos serviços agricolas, e por agentes technicos da sua dependencia, fiscalisar as amostras, nas mesmas condições em que o forem as enviadas á commissão promotora, para os effeitos do disposto nos n.ºs 2.º, 8.º e 11.º

7.º Os agronomos districtaes, os directores das escolas praticas de agricultura e das estações ampelo phylloxericas, as commissões districtaes do commercio de vinhos e azeites e as de vigilancia nas diversas localidades do paiz, deverão esclarecer os interessados sobre a fôrma por que tenham de ser enviadas as amostras e ácerca dos esclarecimentos e declarações respectivas, podendo incumbir-se de receber as mesmas amostras, que remetterão immediatamente para Lisboa nos termos e com as formalidades præscriptas n'estas instrucções, caso para isso sejam solicitados pelos expositores.

8.º Os vinicultores ou grupos de vinicultores, as associações, que os representarem, e os negociantes exportadores, deverão remetter amostras tão sómente de vinhos cujos typos sejam bem definidos ou cujas marcas estejam perfeitamente fixadas, declarando, na casa das observações da guia, modelo A, se pôdem dispôr para a exportação annual de quantidade não inferior a 100 pipas de vinho de pasto, ou 20 pipas de vinho generoso ou espumoso.

9.º O minimo das amostras, que os expositores deverão remetter, é o seguinte:

- a) Vinhos generosos, — uma duzia de garrafas de cada qualidade.
- b) Vinhos espumosos, — duas duzias de cada qualidade, ou quatro duzias de meias garrafas.
- c) Vinhos de pasto, — seis duzias de cada qualidade.

Estas quantidades servirão para as provas dos jurys e para a propaganda no edificio da exposição.

10.º Todo o vinho destinado á exposição será remettido em garrafas devidamente capsuladas, ou lacradas, e rotuladas, podendo, porém, este preparo ser feito, a pedido do expositor, pela commissão central promotora.

11.º Os vinhos em más condições de conservação e os que se afastem sensivelmente dos preceitos estabelecidos nos n.ºs 2.º e 8.º não serão acceitos para o effeito das vantagens concedidas pelo governo aos expositores.

12.º Além das quantidades minimas designadas no n.º 9.º poderão os expositores remetter, querendo, até ao triplo d'essas quantidades, a fim de serem distribuidas

gratuitamente, como meio pratico de propaganda, pelos principaes negociantes de vinhos e pelos hoteis, cafés e restaurants, redacções de jornaes, clubs e hospitaes, nos territorios da republica do Transvaal.

13.º Para o effeito da gratuitidade de transporte em caminhos de ferro, deverão as caixas de vinhos, enviadas á commissão central promotora, ter, em caracteres bem legiveis, a seguinte inscripção:

Exposição de Johannesburg

Commissão central promotora do commercio de vinhos e azeites

LISBOA

14.º Os agronomos districtaes e os demais funcionarios ou estações dependentes da direcção dos serviços agricolas são obrigados a informar circunstanciadamente a commissão central promotora do commercio de vinhos e azeites ácerca das condições especiaes de cada expositor, no que respeita ao preceituado nas presentes instrucções, quando taes informações lhes sejam por ella pedidas.

15.º Aos mesmos funcionarios e estações officiaes cumpre, igualmente, com o maior desvelo e solicitude:

a) Tornar conhecidas as vantagens que á vinicultura e ao commercio dos nossos vinhos podem advir da exposição de Johannesburg;

b) Facilitar por todos os meios ao seu alcance a remessa dos vinhos destinados á mesma exposição, procurando remover quaesquer difficuldades, que surjam imprevistamente;

c) Corresponder-se telegraphicamente com a commissão central promotora e com todas as auctoridades administrativas, em assumptos relativos á exposição;

d) Esclarecer, particularmente, os expositores ácerca da conveniencia de observarem o preceituado nos n.ºs 2.º e 8.º, em relação aos typos e ás marcas, e ás qualidades de vinhos destinados á exposição, para que esta dê resultado pratico e util ao paiz.

16.º A commissão central promotora é incumbida:

a) De despachar os vinhos que lhe forem remettidos pelos expositores e recolhel-os nos armazens do mercado central;

b) Fazer-os embarcar para a Africa, empregando ou propondo os meios necessarios para que sejam vigiados até ao ponto de destino;

c) Corresponder se, mediante prévia auctorisação superior, com as auctoridades administrativas de Lourenço Marques e com o consul portuguez no Transvaal, e, bem assim, dar instrucções a quaesquer encarregados da exposição, n'aquella republica, em tudo quanto respeite á installação dos vinhos no edificio da mesma exposição e aos meios praticos e efficazes de os tornar conhecidos, pondo em evidencia o seu valor e a excellencia das suas qualidades.

d) Enviar ás referidas entidades todos os esclarecimentos e informações relativas aos vinhos destinados á exposição, ampliando e completando os que houverem sido fornecidos pelos expositores no seu proprio interesse e no da vinicultura e do commercio de vinhos nacionaes.

17.º A commissão central promotora do commercio de vinhos e azeites, na qualidade de procuradora, que fica sendo, dos expositores que lhe enviarem os seus productos, será obrigada a dar-lhes noticias e informações circumstanciadas ácerca do que se passar na exposição de Johannesburg, em relação aos seus vinhos, e, bem assim, transmittir-lhes quaesquer alvitres ou indicações, que ácerca d'elles e por seu intermédio lhes sejam enviados do Transvaal, e prestar-lhes, em summa, todos os esclarecimentos de que os mesmos expositores careçam para se orientarem em relação ás encomendas, que porventura houverem de lhes ser dirigidas.

18.º A mesma commissão proporá ao governo tudo quanto, em harmonia com os principios estabelecidos n'estas instrucções, e a bem da vinicultura e do commercio dos nossos vinhos, julgar conveniente e opportuno para o cabal desempenho do que lhe fica determinado, tendo, principalmente, em vista attender á necessidade de seguirem os productos destinados á exposição de Johannesburg pelo primeiro paquete a sair para a Africa oriental no mez de março proximo.

Direcção dos serviços agricolas, aos 25 de janeiro de 1896. — O conselheiro director geral da agricultura, *Elvino de Brito*.

MODELO A

Exposição industrial e internacional de Johannesburg

Declaração do expositor que a ella deseje concorrer

Vinhos de pasto			Vinhos generosos			Vinhos espumosos			Observações
Nomes dos typos ou designação das marcas	Numero de garrafas da amostra	Quantidade média disponivel para a exportação	Nomes dos typos ou designação das marcas	Numero de garrafas da amostra	Quantidade média disponivel para a exportação	Nomes dos typos ou designação das marcas	Numero de garrafas da amostra	Quantidade média disponivel para a exportação	

Residencia...

O expositor,

F...

MODELO B

Exposição industrial e internacional de Johannesburg

Nome do expositor (vinicultor ou negociante)...
Residência...

Local do fabrico ou da produção...

Vinhos de pasto					Vinhos generosos					Vinhos espumosos				
Nomes dos tipos ou das marcas	Anno de colheita	Numero de garrafas de cada amostra	Quantidade média disponível para exportação	Preço do vinho posto a bordo por caixa de doze garrafas, por pipa ou barril de quinto e de decimo	Nomes dos tipos ou das marcas	Anno de colheita	Numero de garrafas de cada amostra	Quantidade média disponível para exportação	Preço do vinho posto a bordo por caixa de doze garrafas, por pipa ou barril de quinto e de decimo	Nomes dos tipos ou das marcas	Anno de colheita	Numero de garrafas de cada amostra	Quantidade média disponível para exportação	Preço do vinho posto a bordo por caixa de doze garrafas, por pipa ou barril de quinto e de decimo

Esclarecimentos e observações dignas de interesse...

O expositor.

F...

Eu El-Rei faço saber aos que este alvará virem que, devendo manter-se a precedencia que, em igualdade de graduação, compete aos agraciados com a antiga e muito nobre ordem da Torre e Espada do valor, lealdade e merito sobre os condecorados com qualquer das outras ordens militares do reino, se torna necessario, depois da reforma introduzida na ordem de S. Bento de Aviz, crear n'aquella o grau de grande official e estabelecer as insignias que devem usar e as honras a que terão direito esses novos membros da ordem; pelo que: hei por bem determinar o seguinte:

I É creado na antiga e muito nobre ordem da Torre e Espada do valor, lealdade e merito o grau de grande official.

II As insignias dos grandes officiaes serão as dos commendadores, mas usadas do lado direito do peito e o collar igual ao dos commendadores e gran-cruzes.

III Os grandes officiaes da antiga e muito nobre ordem da Torre e Espada do valor, lealdade e merito precederão os da real ordem militar de S. Bento de Aviz.

IV Os grandes officiaes da antiga e muito nobre ordem da Torre e Espada do valor, lealdade e merito terão a graduação e honras de generaes de brigada, competindo aos gran-cruzes as de generaes de divisão. E este alvará se cumprirá como n'elle se contém.

Pelo que mando aos ministros e secretarios d'estado das differentes repartições e a todos os tribunaes, auctoridades e mais pessoas, a quem pertença o seu conhecimento e execução, que o cumpram e guardem e façam cumprir e guardar inteiramente, ficando em vigor todas as disposições, não revogadas por elle, do alvará de 28 de julho de 1832 e de quaesquer leis, alvarás e decretos promulgados ácerca da instituição e reforma das ordens militares.

Dado no paço das Necessidades, em 1 de fevereiro de 1896. — EL-REI. — *João Ferreira Franco Pinto Castello Branco.*

(Logar do sello das armas reaes).

Alvará pelo qual Vossa Magestade ha por bem reformar a antiga e muito nobre ordem da Torre e Espada do valor, lealdade e merito, pela fórma retro declarada.

Para Vossa Magestade vêr.

João Correia de Oliveira Caupers, o fez.

Estando concluida a inspecção extraordinaria ás repartições de fazenda das provincias da Africa occidental, e tendo o respectivo inspector apresentado os relatorios dos seus trabalhos, que convém examinar a fim de serem aproveitados quaesquer alvitres e propostas n'elles formulados, e considerando que, conjunctamente com estes relatorios, ha diversas propostas que nos ultimos tempos têm sido enviadas ao ministerio da marinha e ultramar pelos governadores e pelos inspectores de fazenda e envolvendo questões importantes para a regularisação do serviço da administração da fazenda publica nas provincias ultramarinas:

Ha Sua Magestade El-Rei por bem nomear, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, uma comissão composta do conselheiro Joaquim Taibner de Moraes, director geral das contribuições directas, que servirá de presidente, do conselheiro Arthur Tamagnini de Abreu da Mota Barbosa, antigo inspector de fazenda da provincia de Macau e Timor, e do chefe da 1.^a secção da 2.^a repartição da direcção geral do ultramar, Augusto Ribeiro, que servirá de secretario, a qual examinará todos os documentos referidos e formulará os projectos que julgue de utilidade fazer adoptar no sentido de melhorar, quanto possivel, os serviços de fazenda no ultramar, sobretudo no que possa contribuir efficazmente para o desenvolvimento das receitas publicas, não só pelo que importa á fixação e distribuição dos impostos, mas tambem pelo que respeita ao meio mais facil de realisar a sua arrecadação e cobrança.

Paço, em 3 de fevereiro de 1896. — *Jacinto Candido da Silva.*

Expondo a presidencia da relação de Moçambique as duvidas que se lhe suscitam sobre se, em vista do disposto no artigo 14.^o do regimento da administração de justiça nas provincias ultramarinas, de 20 de fevereiro de 1894, o conservador do registo predial da

comarca de Moçambique, quando exerça o cargo de juiz de direito, na ausencia ou impedimento do respectivo magistrado, e simultaneamente o de supplente da relação, por mais de trinta dias, pôde accumular as funções de ambos os cargos, não obstante ser essa accumulção prohibida ao juiz de direito em identicas circumstancias: ha Sua Magestade El-Rei por bem declarar que, determinando expressamente o artigo 14.º do citado regimento que por mais de um mez consecutivo se não pôdem accumular as funções de juiz de direito da primeira instancia com as de juiz da relação, é claro que, no caso sujeito, o substituto legal do juiz de direito, a que o artigo se refere, não é, nem pôde ser, o conservador do registo predial, desde que este esteja tambem ha mais de um mez exercendo as funções de juiz supplente na segunda instancia. O que, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, se communica ao conselheiro presidente da mencionada relação de Moçambique para sua intelligencia e devidos effeitos.

Paço, em 4 de fevereiro de 1896.—*Jacinto Candido da Silva.*

Tendo o governador geral da provincia de Angola proposto a creação de um logar de segundo official da direcção dos telegraphos da provincia, para assim melhor se occorrer ás exigencias do serviço, podendo o excesso das despesas proveniente da creação de tal logar ser pago pelo saldo do capitulo respectivo: ha Sua Magestade El-Rei por bem, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, e emquanto por modo legal se não auctorisa a creação proposta, permittir a admissão de mais um amanuense para o respectivo serviço, sendo para este logar nomeado provisoriamente José Avelino Ferreira de Castro: o que se communica ao dito governador geral para sua intelligencia e devidos effeitos.

Paço, em 4 de fevereiro de 1896.—*Jacinto Candido da Silva.*

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Em resposta ao officio de v. ex.^a, n.º 82, de 28 de outubro do anno passado, relativo ao processo seguido na restituição de direitos aduaneiros, encarrega-me s. ex.^a o ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar de comunicar a v. ex.^a que o processo seguido nas alfandegas do continente é o seguinte:

Se as quantias a restituir houverem sido indevidamente cobradas por motivo de má applicação de taxas ou por erro de contagem, a restituição deverá fazer-se na sua totalidade, seja qual fôr a proveniencia das receitas;

Se, porém, as restituições forem devidas por motivo de isenção de pagamento de direitos relativos a mercadorias já despachadas, devem ser comprehendidas todas as imposições cobradas sobre as referidas mercadorias, excepto as taxas de trafego, attenta a sua natureza de salarios e representarem serviço braçal prestado.

Deus guarde a v. ex.^a—Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 8 de fevereiro de 1896.—Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. governador geral da provincia de Angola. = O director geral, *Francisco Joaquim da Costa e Silva.*

Parallelamente ás instrucções que, por intermédio da direcção dos serviços agricolas, foram publicadas em 1 de fevereiro corrente, auctorisadas por portaria da mesma data, devem observar-se analogas instrucções para a propaganda e collocação dos productos industriaes que possam servir com vantagem commercial os mercados da Africa oriental.

Nas instrucções publicadas pela repartição da industria, em 30 de janeiro ultimo, fixam-se os productos industriaes que melhor acceitação podem ter n'aquelles mercados. A estes se devem, talvez, limitar as remessas.

É conveniente aproveitar os trabalhos feitos e a boa vontade dos nossos industriaes, alargando a área das suas operações. Não é simplesmente o mercado de Johannesburg que justifica o esforço que vamos emprehender, seria mesmo de somenos importancia,

se outros mercados da Africa oriental não chamassem, por igual, a attenção dos nossos productores.

Assim, os productores industriaes devem acompanhar, sob a direcção e utilização do commissario technico, os productos agricolas no seu percurso pelas cidades e centros commerciaes mais importantes da Africa oriental, conforme as instrucções expeditas pela repartição da industria;

Considerando, pois, quanto convém á industria nacional crear novos mercados de consumo para o excesso e desenvolvimento de alguns dos seus productos;

Considerando que na Africa oriental se podem collocar, com vantagem, os referidos productos, pela facilidade relativa de transporte e pelas condições especiaes da nossa situação n'aquelles Estados africanos;

Considerando que n'este momento se acham preparados alguns trabalhos n'este sentido;

Manda Sua Magestade El-Rei, para intelligencia e conhecimento do commissario technico, approvar as seguintes instrucções, que fazem parte integrante d'esta portaria e baixam assignadas pelo chefe da repartição da industria.

Paço, em 8 de fevereiro de 1896.—*Arthur Alberto de Campos Henriques.*

Instrucções para a exposição industrial na Africa oriental

1.^a O mostruario dos productos industriaes percorrerá as cidades e centros de consumo mais importantes da Africa oriental.

2.^a A sua exhibição será regulada pelo commissario technico, de accordo com as auctoridades administrativas e consulares, pela forma que reputar mais util ao nosso commercio e industria.

3.^a As referidas amostras serão fornecidas, nos pontos da exposição, gratuitamente ou a preço, conforme as indicações especiaes que o commissario technico receber dos expositores.

4.^a Poderá estabelecer-se um deposito central dos productos industriaes em Lourenço Marques, de onde seguirão para outros pontos da região sul-africana.

5.^a A propaganda em territorio portuguez será realisada, por concessão especial do ministerio da marinha e ultramar, sem onus de qualquer despesa aduaneira ou de outras.

6.^a O commissario technico promoverá e auxiliará as relações entre os nossos industriaes e os commerciantes sul-africanos, fornecendo todas as explicações de que uns e outros precisem para realisar as suas transacções.

7.^a Estas instrucções completam-se pelas instrucções que acompanham a remessa dos productos agricolas e pelas que foram dadas pela repartição da industria na sua circular de 30 de janeiro ultimo.

Repartição da industria, em 8 de fevereiro de 1896. = O chefe da repartição, *Joaquim Tello.*

Instrucções de 30 de janeiro a que se refere a portaria supra

A exposição industrial e internacional de Johannesburg póde, inquestionavelmente, marcar o começo de uma nova era de prosperidade para alguns productos portuguezes, abrindo-lhes um mercado vasto, successivamente crescente, que não regateia muito os preços.

É certo que a nossa industria apenas vae medrando á custa dos beneficios pautaes, sendo mais accommodada á substituição da industria estrangeira nos mercados do paiz, do que á exportação. É facto, entretanto, que conseguiu já concorrer na nossa Africa, em muitos pontos, com alguns artefactos, collocando mesmo productos em mercados estrangeiros importantes, taes como Inglaterra, França e Allemanha, para não fallar do Brazil e das republicas centraes da America. Estão n'este caso as conservas de peixe, as conservas e dôces de fructa e outras.

Podemos tambem apresentar-nos vantajosamente em cortiças, em couros, em palitos, em faianças artisticas, como as das Caldas da Rainha. Não nos achamos muito baixos com relação aos cortumes baratos. Podemos lutar favoravelmente em artefactos, como calçado. Talvez pudessemos insinuar a vidraça e vidraria barata; as polvoras que devem ter muita applicação n'um paiz com tantas minas em exploração; o sal, que lhes falta;

os licores do typo accentuado fixo, como as aguardentes de granito; as aguas medicinaes; pozzolanas; queijos; camisaria e outros productos.

N'estas indicações merecem-me particular desvelo as que se referem ás conservas de peixe e fructas, ás aguas medicinaes, ao sal, aos palitos, ás cortiças, ás bebidas alcoolicas, comprehendendo principalmente aguas-ardentes, cognacs e licores. Reputo estes os productos de mais facil acceitação e de melhor resultado commercial n'aquelle paiz.

Não vale a pena expôr o que não pode competir em preço com outras nações, nem o que não possa corresponder a um excesso de producção no paiz, ou não haja capacidade productiva que acuda de prompto a qualquer encomenda.

As exposições industriaes, desde que não visam um fim utilitario e pratico, perdem o seu verdadeiro e legitimo interesse.

É por isso que me parece conveniente recommendar aos industriaes que se limitem a preparar as suas exposições, consoante as preferencias dos mercados onde concorrem e a facilidade de competir, em preço e qualidade, com as similares de outras proveniencias.

N'este sentido, não concorrendo o governo officialmente á exposição industrial e internacional de Johannesburg, mas no empenho de auxiliar a iniciativa de todos os industriaes que desejem concorrer á mesma exposição, realisavel nos mezes de maio e junho do corrente anno, s. ex.^a o ministro das obras publicas, commercio e industria determina:

1.º Que se conceda:

a) Transporte gratuito, em caminhos de ferro do Estado, de todos os productos destinados á exposição;

b) Armazenagem gratuita em Lisboa e no Transvaal;

c) Transporte gratuito pelos paquetes da carreira, até á Africa;

d) Isenção de direitos alfandegarios dos productos á entrada de Lisboa;

e) Installação dos productos nos edificios da exposição;

f) Serviços consulares no Transvaal.

2.º Que o ponto de concentração dos productos industriaes, com destino á exposição, seja nos armazens do mercado central dos productos agricolas (Terreiro do Trigo, Lisboa).

3.º Que os industriaes, para a remessa dos seus productos, podem dirigir-se á camara de commercio e industria de Lisboa ou a esta repartição, por intermédio dos inspectores industriaes, enviando a qualquer d'estas estações as guias dos modelos A e B, devidamente preenchidas, a primeira até ao dia 10 e a segunda até ao dia 15 de fevereiro proximo. Em todo o caso, as amostras darão entrada até ao dia 20 do mez de fevereiro proximo, devendo as guias de remessa, pelos caminhos de ferro, ser enviadas até ao dia 15 do referido mez.

4.º Que os expositores, que quizerem concorrer, deverão participal-o até ao dia 10 de fevereiro, o mais tarde, ao presidente da camara de commercio e industria de Lisboa ou á repartição da industria, por intermédio dos inspectores industriaes.

5.º Que os mesmos inspectores prestem todos os esclarecimentos e facilitem por todos os modos a organização e transporte dos productos para a exposição, encarregando-se mesmo de os receber e enviar para Lisboa, nos termos e com as formalidades prescritas n'estas instrucções, sempre que os expositores assim o desejem.

6.º Que os productos remettidos estejam comprehendidos nas indicações d'esta circular.

7.º Que as amostras dos productos industriaes venham sempre endereçadas com a seguinte inscripção:

Exposição de Johannesburg

Camara de commercio e industria de

LISBOA

8.º Que os inspectores industriaes se possam corresponder telegraphicamente em assumptos relativos á exposição.

9.º Fica a cargo da camara de commercio e industria de Lisboa:

a) Despachar os productos remettidos pelos expositores e armazenal-os convenientemente nos armazens do mercado central de productos agricolas (Terreiro do Trigo, Lisboa).

- b) Fazel-os embarcar para a Africa;
- c) Vigial-os até ao seu embarque,
- d) Dar instrucções a quaesquer empregados da exposição n'aquella republica, quanto á sua installação e meios de propaganda, correspondendo-se para isso, mediante auctorisação superior, com as auctoridades administrativas de Lourenço Marques e com o consul portuguez no Transvaal.

10.º Que a camara de commercio e industria de Lisboa proponha, de accordo com estas instrucções e a beneficio da industria nacional, tudo quanto julgue conveniente, tendo principalmente em vista preparar a remessa dos productos industriaes, por fórma que aproveite a carreira do primeiro paquete a sair para a Africa oriental no mez de março proximo.

São estas as instrucções que julgo indispensaveis para levar a bom caminho a nossa exposição industrial em Johannesburg.

Não insto em recommendações especiaes, porque conheço a promptidão e zêlo com que os inspectores industriaes acodem sempre a qualquer indicação de serviço publico, emanada da repartição que dirijo; e muito menos preciso de appellar para as illustradas corporações industriaes e commerciaes, as quaes, melhor do que eu, comprehendem toda a importancia d'este assumpto, e, por interesse proprio e brio profissional, sabem adiantar-se n'estas cruzadas pacificas da civilisação moderna. Entregando a todos a melhor resolução d'este problema economico, quedo-me tranquillo na boa sorte d'esta empresa, com a segurança do dever cumprido e com a certeza de prospero resultado.

O que me permitto é, ainda uma vez, assignalar a feição toda prática que se deve imprimir a estes trabalhos.

Não é preciso, nem conveniente, que as nossas industrias vão ali exhibir, todas, os productos do seu fabrico especial.

As exposições internacionaes têm exigencias particulares: são limitadas ao consumo dos mercados onde concorrem, e medidas pelas necessidades caracteristicas dos povos que desejam servir. Podem, uma ou outra, excepcionalmente acclimar-se; mas este facto constitue propriamente uma aventura fóra do jogo regular das combinações commerciaes. Não se deve contar com isso.

Nas exposições nacionaes ou regionaes, como a que ultimamente se realisou com excellente resultado no museu industrial e commercial de Lisboa, a concorrência é aberta para todas as industrias e até para as mais arrojadas tentativas industriaes; aqui pede-se simplesmente uma prova do movimento geral e do progresso effectivo da industria do paiz. É uma afirmação, não é uma lucta.

Nas exposições internacionaes o criterio é diverso; vamos defrontar-nos com outros paizes; estabelece-se o confronto; medem-se competencias; precisamos triumphar. E só temos dois processos de attingir este fim: melhorar a qualidade ou baratear o preço.

Devemos, portanto, preparar-nos com os productos aconselhados pelas necessidades locais, que todos, eu quasi todos, na minha opinião, vão indicados na primeira parte d'esta circular, e excluir, por completo, os que não satisfaçam aquellos dois quesitos.

N'esta ordem de idéas foi que, particularmente, apurei as conservas de peixe, carne e fructas, aguas medicinaes, sal, palitos, cortiça e bebidas alcoolicas (aguas-ardentes, cognacs e licores).

Podem tentar-se, com fortuna varia, outros productos, como tecidos de linho, couros, faianças, queijos, rendas, camisaria, cortumes baratos; talvez a polvora, a pozzolana, escovas, pinceis, etc.

Suppomos, porém, que muitos d'estes não supportam a concorrência estrangeira, e outros não accusam um excesso de producção que exija mercados estrangeiros para o seu total consumo.

Façamos coisa util e pratica.

Só assim a nossa industria logrará os beneficios d'estas batalhas da paz e corresponderá aos intuitos do governo.

Repartição da industria, em 30 de janeiro de 1896.—O chefe da repartição, *Joaquim Tello*.

Cópias das notas trocadas entre os governos portuguez e britannico, relativas á prorrogação, até 1 de julho de 1898, do *modus vivendi* de maio e junho de 1893, enviadas ao governador geral de Angola em officio de 10 de fevereiro de 1896.

(Cópia)

(Cópia)

Londres, 20 de janeiro de 1896.—Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Tenho a honra de accusar a recepção da nota que v. ex.^a se dignou dirigir-me hoje, communicando que o governo de Sua Magestade a Rainha de Inglaterra, Imperatriz das Indias, acceita a proposta que lhe fez o governo de Sua Magestade Fidelissima para que, enquanto estiver pendente a limitação das fronteiras das espheras de influencia portugueza e britannica ao norte do Zambezi, o *Modus*

vivendi de 31 de maio de 1893 seja prorogado pelo periodo de dois annos, a contar da data em que termina, isto é, até ao dia 1 de julho de 1898.

O governo de Sua Magestade Fidelissima auctorisa-me a declarar a v. ex.^a que acceita os termos da sua nota, entendendo-se que o *Modus vivendi* deixará de vigorar logo que os delegados que hão-de definir a fronteira, segundo as estipulações do artigo IV do tratado de 11 de junho de 1891, tiverem concluido a sua missão.

Aproveito este ensejo para reiterar a v. ex.^a os protestos da minha mais alta consideração. (Assignado) — *Carlos Cyrillo Machado*. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. marquez de Salisbury, cavalleiro da Jarreteira, etc., etc. — Está conforme. Legação de Sua Magestade Fidelissima em Londres, 20 de janeiro de 1896. (Assignado) = *Cyrillo Machado*.

Esta conforme. Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 8 de fevereiro de 1896. = *G. Gomes Coelho*.

Foreign office, January 20 1896. -- Sir. — I have the honour to inform you that Her Majesty's Government accepts the proposal which has been made by the Government of His Majesty the king of Portugal and the Algarves, that, pending the delimitation of the boundaries of the British and Portuguese spheres of influence North

May 31 of the Zambezi, the *Modus vivendi*

June 5 1893, should be prolonged for the period of two years from the date of its termination, viz: until the 1st of July 1898.

It is understood that the *Modus vivendi* shall cease to operate as soon as the delegates for defining the boundaries under the provisions of article IV of the Treaty of June 11, 1891, shall have completed their task.

I have the honour to be with high consideration. — Sir. — Your most obedient humble servant. — Salisbury. = Monsieur Machado, etc., etc. — Está conforme. Legação de Sua Magestade Fidelissima em Londres, 20 de janeiro de 1896. (a) — *Cyrillo Machado*.

Está conforme. Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 8 de fevereiro de 1896. = *G. Gomes Coelho*.

Sendo urgente e necessario proceder á remodelação do regimen monetario na provincia de Moçambique :

Sua Magestade El-Eei ha por bem, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, nomear uma comissão composta dos conselheiros Antonio Ennes, Augusto José da Cunha, João Antonio de Brissac das Neves Ferreira, do bacharel Anselmo de Andrade e de José Adolpho de Mello e Sousa, servindo o primeiro de presidente e o ultimo de secretario, a fim de formularem o seu parecer ácerca das bases que convirá adoptar para realisar a referida remodelação pela fórma mais conveniente para os interesses ligados a esta importante questão, podendo a mencionada commissão consultar e ouvir os individuos ou corporações cuja opinião e parecer julgue necessarios.

Paço, em 11 de fevereiro de 1896. = *Jacinto Candido da Silva*.

Circular (aos consules) de 12 de fevereiro de 1896

Tendo-se suscitado algumas duvidas a respeito da authenticação consular dos manifestos de carga dos navios que se destinam aos portos das provincias ultramarinas portuguezas, chamo a attenção de v. s.^a para o seguinte :

Em todos os portos das possessões portuguezas no ultramar, onde ha auctoridades aduaneiras, é exigida aos navios procedentes de paiz estrangeiro a apresentação de manifesto de carga, acompanhado do respectivo certificado consular (inclusivè nos portos da provincia de Moçambique, para os quaes a pauta decretada em 29 de dezembro de 1892 não manteve a isenção estabelecida na de 30 de julho de 1877), sendo apenas dispensados da authenticação consular, em conformidade do § unico do artigo 37.^o da pauta da provincia de Cabo Verde, approvada por decreto de 16 de abril de 1892, os manifestos dos navios baleeiros que fundearem ou sob véla tocarem nos portos d'aquella provincia para receber agua ou mantimentos.

Os portos das possessões portuguezas, onde ha auctoridades aduaneiras, são :

Em Cabo Verde:—os da Praia, S. Vicente, Santo Antão, Fogo, Brava, Maio, Sal, Boa Vista e S. Nicolau ;

Na Guiné:—os de Bolama, Bissau e Cacheu ;

Em S. Thomé e Principe:—o de S. Thomé e o do Principe ;

Em Angola:—os de Landana, Cabinda, Santo Antonio do Zaire, Muculla, Musserra, Ambrizette, Quicembo, Ambriz, Loanda, Novo Redondo, Benguella e Mossamedes ;

Em Moçambique:—os de Moçambique, Quelimane, Inhambane, Lourenço Marques, Chinanga, Chinde, Palma e Antonio Ennes ;

Na India:—os de Nova Gôa, Mormugão, Talpona, Betul, Chaporá, Damão e Diu ;

Em Timor:—o de Dilly.

O de Macau é porto franco.

Deus guarde a v. sr.^a—O sub-director, *Augusto Frederico Rodrigues Lima*.

DOM CARLOS, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, etc. Fazemos saber a todos os nossos subditos, que as côrtes geraes decretaram e nós queremos a lei seguinte :

Artigo 1.^o Aquelle que por discursos ou palavras proferidas publicamente, por escripto de qualquer modo publicado, ou por qualquer outro meio de publicação, defender, applaudir, aconselhar ou provocar, embora a provocação não surta effeito, actos subversivos, quer da existencia da ordem social, quer da segurança das pessoas ou da propriedade, e bem assim o que professar doutrinas de anarchismo conducentes á pratica d'esses actos, será condemnado em prisão correccional até seis mezes, e, cumprida esta, será entregue ao governo, que lhe dará o destino a que se refere o artigo 10.^o da lei de 21 de abril de 1892, ficando sujeito á vigilancia e fiscalisação das auctoridades competentes e o seu regresso ao reino dependente de despacho do governo, depois de feita a justificação indicada no artigo 13.^o da mesma lei.

§ unico. A pena comminada n'este artigo deixará de ser applicada, quando ao delinquente fôr imposta, por outros crimes, pena mais grave ; cumprida, porém, esta, applicar-se-ha o disposto na parte final do mesmo artigo.

Art. 2.^o Se nos casos declarados no artigo precedente não houver publicidade, a pena de prisão correccional não excederá a tres mezes, mas, depois de cumprida, será o delinquente entregue tambem ao governo para os effeitos consignados na disposição final do mesmo artigo.

Art. 3.^o Serão julgados em processo ordinario de querela, mas sem intervenção de jury e escrevendo-se os depoimentos em audiencia, os réus incursos na disposição do artigo 15.^o da citada lei de 21 de abril de 1892, e bem assim os de attentados contra as pessoas, como meio de propaganda das doutrinas do anarchismo, ou como consequencia de taes doutrinas.

§ unico. Em todos os casos previstos por esta lei, os réus poderão ser presos sem culpa formada, sendo conservados em custodia, sem admissão de fiança, até ao julgamento ou decisão definitiva.

Art. 4.º A imprensa não poderá occupar-se de factos ou de attentados de anarchismo, nem dar noticia das diligencias e inqueritos policiaes e dos debates que houver no julgamento de processos instaurados contra anarchistas.

§ 1.º No caso de infracção d'este preceito, commettida por imprensa periodica, a auctoridade policial poderá apprehender os numeros do periodico que contenha a infracção, e o editor deverá ser intimado para que, desde logo, fique suspensa a publicação e venda do mesmo periodico.

§ 2.º D'esta diligencia será lavrado um auto e remettido ao respectivo juiz de direito a fim de que, ouvido o editor, declare por sentença, dentro do praso de oito dias, contados da recepção do auto, a suppressão do periodico, se houver razão justificativa do procedimento da auctoridade policial, ficando, no caso contrario, sem effeito a intimação ao editor.

§ 3.º No caso de infracção do disposto no corpo d'este artigo por imprensa não periodica, os escriptos serão apprehendidos pela auctoridade policial, e o seu auctor, ou, na sua falta, o proprietario da typographia onde fez a impressão, será condemnado na multa de 500\$000 réis.

Art. 5.º As disposições d'esta lei são applicaveis aos auctores dos factos n'ella incriminados, ainda que praticados anteriormente.

Art. 6.º E o governo auctorizado a augmentar o corpo de policia civil de segurança de Lisboa com mais um official, sete chefes de esquadra, trinta e tres cabos de secção e trezentos guardas.

Art. 7.º Fica revogada a legislação em contrario.

Mandámos, portanto, a todas as auctoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e guardem tão inteiramente como n'ella se contém.

O presidente do conselho de ministros, ministro e secretario d'estado dos negocios da fazenda, e os ministros e secretarios d'estado dos negocios do reino, dos negocios ecclesiasticos e de justiça, e dos negocios da marinha e ultramar, a façam imprimir, publicar e correr. Dada no Paço das Necessidades, em 13 de fevereiro de 1896. — EL-REI, com rubrica e guarda. — *Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro* — *João Ferreira Franco Pinto Castello Branco* — *Antonio d'Azevedo Castello Branco* — *Jacinto Candido da Silva*. — (Lugar do sello grande das armas reaes).

Carta de lei pela qual Vossa Magestade, tendo sancionado o decreto das côrtes geraes de 12 do corrente mez, que estatue as penas applicaveis áquelles que por escripto de qualquer modo publicado, ou por qualquer outro meio de publicação, defenderem, applaudirem, aconselharem ou provocarem actos subversivos contra a segurança das pessoas ou da propriedade, ou professarem doutrinas de anarchismo conducentes á pratica d'esses crimes, e o processo para o seu julgamento, e estabelece o procedimento applicavel á imprensa periodica, quando se occupar de factos ou attentados de anarchismo, e bem assim auctorisa o governo a augmentar o quadro de policia de segurança de Lisboa, manda cumprir e guardar o mesmo decreto como n'elle se contém, pela forma ahi declarada.

Para Vossa Magestade vêr. — *João Maria Lopes* a fez.

DOM CARLOS, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, etc. Fazemos saber a todos os nossos subditos, que as côrtes geraes decretaram e nós queremos a lei seguinte:

Artigo 1.º É relevado o governo da responsabilidade em que incorreu, assumindo o exercicio de funcções legislativas, ordinarias e constitucionaes, prorogando o praso legal da reunião das côrtes geraes da nação para o dia 1 de outubro de 1894, pelos decretos de 31 de janeiro e 4 de maio do mesmo anno; encerrando a sessão das camaras legislativas por decreto de 28 de novembro de 1894, dissolvendo a camara dos senhores deputados por decreto de 28 de março de 1895 e differindo a reunião das côrtes geraes da nação até ao dia 2 de janeiro do corrente anno.

§ unico. Continuarão em vigor até nova resolução das camaras as providencias de caracter legislativo promulgadas pelo governo, de 28 de agosto de 1893 a 30 de dezembro de 1895, inclusivamente.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrario.

Mandâmos, portanto, a todas as auctoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e guardem e façam cumprir e guardar tão inteiramente como n'ella se contém.

O presidente do conselho de ministros e os ministros e secretarios d'estado de todas as repartições a façam imprimir, publicar e correr. Dada no paço das Necessidades, em 14 de fevereiro de 1896. = EL-REI, com rubrica e guarda. = *Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro* = *João Ferreira Franco Pinto Castello Branco* = *Antonio d'Azevedo Castello Branco* = *Luiz Augusto Pimentel Pinto* = *Jacinto Candido da Silva* = *Luiz Maria Pinto de Soveral* = *Arthur Alberto de Campos Henriques*. — (Logar do sello grande das armas reaes).

Carta de lei pela qual Vossa Magestade, tendo sancionado o decreto das côrtes geraes de 10 de fevereiro de 1896, que releva o governo da responsabilidade em que incorreu assumindo o exercicio de funcções legislativas ordinarias e constitucionaes, e mantém em vigor as providencias de caracter legislativo por elle expedidas desde 28 de agosto de 1893 a 30 de dezembro de 1895, inclusivamente, manda cumprir e guardar o mesmo decreto como n'elle se contém, pela fórma retro declarada.

Para Vossa Magestade vêr. — *Victorino Gonçalves de Aguiar* a fez.

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Em resposta ao officio da presidencia d'essa Relação, com data de 29 de novembro passado, no qual se solicita a expedição de um diploma tendente a evitar que, de futuro, o conservador do registo predial, estando a desempenhar as funcções de juiz da Relação, exerça cumulativamente as do seu cargo, caso que succedeu ultimamente durante a ausencia do juiz de direito da comarca de Moçambique e, na opinião da mesma presidencia, é attentatorio dos artigos 14.º e 45.º do regimento de justiça de 20 de fevereiro de 1894; incumbe-me o ex.^{mo} ministro dos negocios da marinha e ultramar de declarar a v. ex.^a que nada ha a resolver sobre o assumpto, pois que nenhum dos citados artigos prohibe a accumulção das funcções de juiz da Relação, depois de um mez de exercicio, com as de conservador. Pelo contrario, o artigo 14.º só se refere aos juizes de direito.

Deus guarde a v. ex.^a — Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 20 de fevereiro de 1896. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. conselheiro presidente da Relação de Moçambique. = O director geral, *Francisco J. da Costa e Silva*.

MARÇO

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Encarrega-me s. ex.^a o ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar de dizer a v. ex.^a que approva o projecto do pharol da ponta do N. da ilha do Sal, elaborado pela direcção das obras publicas d'essa provincia, que acompanhou o seu officio, n.º 7, de 5 de fevereiro ultimo, devendo a verba orçamental, 10:300\$000 réis, sair da despesa extraordinaria, como v. ex.^a propõe, sem fazer carga á metropole.

O mesmo ex.^{mo} sr. encarrega-me mais de dizer a v. ex.^a que se digne communicar ao director das obras publicas que o projecto do pharol está bem organizado, tanto pelo que diz respeito ás peças escriptas, como desenhadas, sendo a todos os respeitos um trabalho completo.

Deus guarde a v. ex.^a — Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, 2 de março de 1896. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. governador geral da provincia de Cabo Verde. — O director geral, *Francisco Joaquim da Costa e Silva*.

III.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Devendo effectuar-se nos primeiros vinte e oito dias do proximo mez de maio, nos correios das provincias ultramarinas, os serviços de estatistica do transito internacional de correspondencias, encarrega-me s. ex.^a o ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar de dizer a v. ex.^a que se sirva recommendar a todas as repartições postaes d'essa provincia a cuidadosa observancia do que se acha disposto sobre transito a descoberto e em malas fechadas na Convenção principal de Vienna e especialmente nos artigos XXIII a XXIV do respectivo regulamento.

Deus guarde a v. ex.^a — Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, 4 de março de 1896. — III.^{mo} e ex.^{mo} sr. governador da provincia de S. Thomé e Principe. — O director geral, *Francisco J. da Costa e Silva*.

Hei por bem, conformando-me com a proposta do conselho do almirantado, decretar o seguinte:

Artigo 1.^o É approvada a ordenança geral para o serviço da armada, que faz parte d'este decreto e vae assignada pelo ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar.

Art. 2.^o As disposições do § 1.^o do artigo 17.^o da mesma ordenança serão applicaveis sómente aos officiaes que depois da data d'este decreto sejam promovidos ao posto de primeiro tenente da armada.

Art. 3.^o Fica revogada a ordenança geral da armada, approvada por decreto de 3 de maio de 1886.

O ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar.

Paço, em 5 de março de 1896. = REI. = *Jacinto Candido da Silva*.

Disposições da ordenança geral da armada referentes ao ultramar

TITULO VI

Art. 59.^o Os ministros da corôa, conselheiros d'estado, arcebispos e bispos nas suas provincias ecclesiasticas e dioceses serão recebidos a bordo dos navios da armada pelo commandante em chefe ou pelo commandante no patim superior da escada, e pelos officiaes ao portaló, com a guarnição formada na tolda; a guarda com armas apresentadas, e as cornetas e tambores tocando a marcha de continência.

Ao retirar serão acompanhados pelo commandante em chefe, ou pelo commandante, ao patim superior da escada, e pelos officiaes ao portaló, a guarda apresentará armas, as cornetas e tambores tocarão a marcha de continência, e o navio dará uma salva de dezenove tiros, com a bandeira nacional içada no tope grande.

Art. 61.^o Os governadores geraes das provincias ultramarinas, nas suas provincias, quando em visita official forem a bordo de qualquer navio da armada, e trazendo a embarcação que os conduzir o respectivo distinctivo, serão recebidos no patim superior da escada pelo commandante em chefe ou pelo commandante, e pelos officiaes ao portaló, a guarnição nas vergas, a guarda formada tendo as armas apresentadas, e as cornetas e tambores tocarão a marcha de continência.

Logo que entrem a bordo, içar-se-ha o seu distinctivo no tope grande.

Ao retirar serão acompanhados pelo commandante em chefe ou pelo commandante ao patim superior da escada, e pelos officiaes ao portaló; a guarda apresentará armas, as cornetas e tambores tocarão o signal de continência n.^o 1 da ordenança de infantaria, e o navio dará uma salva de dezenove tiros, finda a qual arriar-se-ha o distinctivo.

§ unico. Na occasião de desembarcarem do navio que os tenha conduzido á provincia que vão governar, ou quando embarcarem de regresso á metropole, os navios da armada porão a gente nas vergas, a guarda formada, tocando os corneteiros e tambores a marcha de continência, dando o navio chefe, ou outro que o possa fazer, a salva correspondente.

Art. 62.º Os governadores de provincias ultramarinas e os de districtos autonomos, nas suas provincias ou districtos, quando nas condições indicadas no artigo antecedente, terão as honras designadas no mesmo artigo e seu paragrapho, excepto a continencia nas vergas, sendo a salva para os primeiros de dezeseite tiros e para os segundos de quinze tiros.

Art. 64.º Os consules de qualquer classe com graduação de consules geraes e os consules de 1.ª ou 2.ª classe, quando visitem officialmente e uniformizados os navios da armada nos portos das nações em que funcționarem, serão recebidos ao portaló pelo commandante, officiaes de serviço e officiaes que estiverem na tolda, devendo para os consules geraes formar a guarda tendo as armas no braço. A retirada ser-lhes-hão feitas as mesmas honras, e logo que se afastem do navio, será içada a bandeira nacional no tope de prôa, e dar-se-ha uma salva de nove tiros para os consules geraes, e de sete para os consules de 1.ª ou 2.ª classe.

§ 1.º Os vice-consules, nas localidades onde não haja consules, ou onde, havendo-os, estejam substituidos por aquelles, terão, nas mesmas circumstancias d'este artigo, as mesmas honras que os consules.

§ 2.º Quando o commandante do navio fôr capitão de mar e guerra, só receberá no portaló os consules geraes, e esperará na tolda os outros funcionarios consulares, os quaes serão recebidos pelos officiaes de serviço e mais officiaes que n'essa occasião estiverem na tolda.

Art. 65.º As honras que devem prestar-se aos agentes diplomaticos e consulares estrangeiros, quando forem em visita official a bordo dos navios da armada que estiverem nos portos nacionaes ou estrangeiros onde taes agentes exerçam o seu cargo, serão as mesmas que aos funcionarios portuguezes de igual categoria, içando-se, porém, no tope de prôa a bandeira da nação a que elles pertencerem na occasião de ser dada a salva.

§ unico. Aos agentes consulares que não forem consules geraes, consules ou vice-consules, mas que tenham diploma de agente consular e o competente *exequatur*, serão feitas as mesmas honras que aos vice-consules, quando na localidade não haja um consul ou vice-consul em serviço effectivo.

Art. 66.º Os governadores civis no continente e ilhas adjacentes, e os governadores de districtos das provincias ultramarinas, quando nos seus respectivos districtos forem a bordo de qualquer navio da armada uniformizados ou com as insignias correspondentes, serão recebidos ao portaló pelo commandante, officiaes de serviço e officiaes que estiverem sobre a tolda, com a guarda formada tendo as armas apresentadas, e os cornetas e tambores farão o signal de continencia n.º 2 da ordenança de infantaria.

A retirada ser-lhes-hão feitas as mesmas honras e o navio dará uma salva de treze tiros com a bandeira nacional içada no tope de prôa, para os governadores civis.

§ unico. Aos governadores de districtos de provincias ultramarinas, nos limites do seu districto, serão feitas as honras d'este artigo quando desembarquem do navio que os tenha conduzido ao seu destino, ou quando embarquem para regressar á metropole.

Art. 113.º Quando as embarcações miudas passarem proximo de outras que conduzam auctoridades superiores ás que ellas transportarem, ou por estas forem alcançadas, far-se-ha a continencia pela fórmula seguinte:

.....
3.º Aos cardeaes nacionaes e estrangeiros, ministros da corôa, conselheiros d'estado, governadores geraes nas suas provincias, governadores de provincias ultramarinas, de districtos autonomos e de districtos nas suas provincias e districtos, arcebispos e bispos nos seus arcebispados e dioceses, governadores civis nos seus districtos, officiaes generaes, capitães de mar e guerra, quando commandarem divisão naval, e aos agentes diplomaticos, será feita arvorando os remos.

Os officiaes e mais praças que não fazem parte da guarnição levantam-se e fazem a continencia.

TITULO XVII

Art. 393.º Quando, a requisição dos governadores das provincias ultramarinas, fôr desempenhado serviço em que tenha havido despesa de carvão, o commandante, quando não tiver instrucções em contrario, mandará formar conta em duplicado da despesa feita, enviando uma das contas ao governador da provincia, para lhe ser satisfeita a importância, e a outra ao conselho do almirantado.

Copia das instruções approvadas por portaria régia de 27 de fevereiro precedente, pelas quaes se deve regular o fiscal do governo junto da companhia dos caminhos de ferro atravez d'Africa, enviada ao governador geral de Angola, em officio de 5 de março:

(Copia)

**Instruções para o fiscal do governo junto da companhia real dos caminhos de ferro atravez da Africa
approvadas por portaria d'esta data**

Artigo 1.º O fiscal do governo junto da companhia real dos caminhos de ferro atravez da Africa, nomeado em virtude da disposição do artigo 14.º do contracto de 20 de outubro de 1894, tem a seu cargo, em conformidade com as disposições do referido artigo, e do artigo 178.º do código commercial:

1.º Fiscalisar todos os actos da administração da companhia que tiverem relação com os interesses do Estado e do publico;

2.º Examinar se a companhia cumpre fielmente as disposições dos seus estatutos e os contractos com o governo;

3.º Observar se as deliberações do conselho de administração são contrarias ás leis e regulamentos em vigor e se podem prejudicar os interesses do Estado e do publico;

4.º Fiscalisar as operações de emissão de acções e de obrigações e todos os serviços respectivos a estas ultimas, quer por parte da companhia, quer por parte dos *trustees*;

5.º Assistir ás sessões do conselho de administração e ás reuniões das assembléas geraes ordinarias e extraordinarias dos accionistas, requerendo que se consignem nas respectivas actas as observações que julgar conveniente ácerca de qualquer resolução tomada pelo conselho ou pela assembléa geral.

Art. 2.º A companhia porá á disposição do fiscal, quando este os requisite, os livros das actas dos seus corpos gerentes e da assembléa geral, os livros da escripturação, contabilidade e correspondencia e todos os documentos necessarios para poder ajuizar-se do seu estado economico e financeiro.

Art. 3.º O fiscal terá a faculdade de entrar no escriptorio da companhia e de examinar todos os documentos, exigindo as informações que julgar necessarias, para bem conhecer da regularidade das operações e dos actos praticados.

Art. 4.º Quando o fiscal julgar que quaesquer contractos, accordos ou projectos de obras, ou quaesquer resoluções tomadas podem concorrer para diminuir os lucros da companhia e ser por tanto prejudiciaes aos interesses do Estado, dará immediatamente d'elles conhecimento ao governo.

Art. 5.º O fiscal deverá informar sobre quaesquer requerimentos, representações ou reclamações que a companhia dirija ao governo.

Art. 6.º Para melhor poder informar o governo, o fiscal poderá reclamar da companhia que sejam requisitados dos delegados da mesma companhia em Africa os esclarecimentos ou documentos que entender necessarios.

Art. 7.º De cada uma das sessões do conselho de administração, ou da assembléa geral, enviará o fiscal ao governo cópia da respectiva acta, acompanhando-a das observações que entender convenientes, requisitando para esse fim da administração da companhia quaesquer informações ou documentos que convenha levar ao conhecimento do governo.

Art. 8.º O fiscal remetterá mensalmente os seguintes documentos:

1.º Balancete formulado com as mesmas indicações do balanço annual;

2.º Cópia de todos os contractos de empreitada ou de compra do material que se houverem celebrado;

3.º Nota especificada em relação a todos os contractos anteriores, indicando como cada um d'elles tem sido cumprido e dando todas as informações que sirvam para a mais completa apreciação dos ditos contractos;

4.º Nota do estado das contas com os *trustees* e informação minuciosa de todas as operações que se refiram ao serviço das obrigações;

5.º Indicação de quaesquer factos que possam interessar a construcção e exploração da linha ferrea e elucidar o governo ácerca das despesas de administração, tanto na metropole, como em Africa.

§ unico. O balancete será referido ao mez cujas contas hajam sido encerradas; os outros documentos serão referidos ao mez anterior.

Art. 9.º O fiscal corresponder-se-ha, no desempenho das suas funcções, com os ministerios da fazenda e da marinha e pelas direcções competentes, mas de todos os seus officios, communicacões ou relatorios, dará sempre cópia á secretaria, á qual esses documentos não forem endereçados.

Art. 10.º Nos primeiros dois mezes de cada anno e com relação ao anno anterior, o fiscal dirigirá ao governo um relatorio minucioso ácerca da situação economica e financeira da companhia, acompanhado de todas as informações estatisticas, que puder obter da companhia, relativas ao movimento de exploração da linha ferrea.

Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 27 de fevereiro de 1896.
=O director geral, *Francisco Joaquim da Costa e Silva*.

Está conforme. = *Tito Augusto de Carvalho*.

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr.—Em resposta ao officio de v. ex.^a, n.º 70, de 28 de janeiro de 1896, encarrega-me s. ex.^a o ministro de dizer-lhe que não ha a pagar indemnisação alguma aos paquetes pela demora dos passageiros a bordo, por falta de livre pratica ou por qualquer outra causa de força maior.

São sufficientemente elevadas as suas tarifas de passagens para lhes permittirem soffrer, sem razão para reclamarem, as despesas relativamente insignificantes provenientes d'essa demora casual.

Deus guarde a v. ex.^a—Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 9 de março de 1896.—Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. governador geral de Angola.—O director geral, *Francisco Joaquim da Costa e Silva*.

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr.—Ao officio de v. ex.^a, n.º 55, de 22 de janeiro de 1896, informando uma representação dos negociantes de Cacongo, pedindo que os paquetes façam escala pelo porto de Landana, encarrega-me s. ex.^a o ministro de dizer-lhe, para conhecimento dos interessados, que não póde ser deferida a sua pretensão, porque, estando o porto de Landana muito proximo do de Cabinda, com o qual mantem communicacões rapidas, maritimas e terrestres, não se justificaria a concessão pedida sem a ampliar a alguns outros portos da costa, não menos importantes e em peores condições, o que não só affectava enormemente os interesses geraes da provincia, as conveniencias dos passageiros em transito e as aspirações do governo a encurtar, quanto possivel, as communicacões entre a metropole e os portos principaes da costa, mas ainda obrigava o Estado a uma indemnisação á empresa nacional, pela imposição de mais um porto de escala para os seus vapores.

Deus guarde a v. ex.^a—Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 9 de março de 1896.—Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. governador geral da provincia de Angola.—O director geral, *Francisco Joaquim da Costa e Silva*.

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr.—Em referencia ao officio de v. ex.^a, n.º 923, de 15 de novembro de 1895, propondo alteração de prazos no convenio de extradição com o Estado Independente do Congo, encarrega-me s. ex.^a o ministro de communicar a v. ex.^a, para os devidos effeitos, que o governo do Estado Independente concordou em que, por meio de troca de notas, seja elevado a dois mezes e meio o praso a que se referem os artigos 7.º e 8.º do referido convenio.

Deus guarde a v. ex.^a—Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 9 de março de 1896.—Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. governador geral da provincia de Angola.—O director geral, *Francisco Joaquim da Costa e Silva*.

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr.—Com referencia ao officio, n.º 1:047, de 30 de dezembro ultimo, em que v. ex.^a remettia um requerimento de Pedro José da Costa, director dos correios, pedindo a ajuda de custo de viagem, encarrega-me s. ex.^a o ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar de dizer a v. ex.^a que, por despacho de 5 do corrente mez, foi indeferida esta pretensão, por não dar direito, a promoção na mesma provincia, ao abono de ajuda de custo.

Deus guarde a v. ex.^a—Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 9 de março de 1896.—Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. governador geral da provincia de Angola.—O director geral, *Francisco Joaquim da Costa e Silva*.

Sendo desconhecido o estado em que se encontra o importante e consideravel material de guerra que se acha disseminado pelas provincias ultramarinas, e tornando-se necessario que seja inspecionado por pessoa competente, que, fazendo o inventario geral, apure e classifique o que está nas circumstancias de ser convenientemente conservado ou concertado, e escolha tambem, em cada provincia, o pessoal preciso para a conservação e limpeza do que estiver em deposito, bem como o local proprio para a arrecadação e guarda dos respectivos artigos e municiamentos: manda Sua Magestade El-Rei, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, nomear, para extraordinariamente inspecionar o material de guerra distribuido ás provincias ultramarinas, o coronel da arma de artilheria do exercito do reino, Luiz Augusto de Vasconcellos e Sá, que perceberá, quando em serviço no ultramar, os vencimentos marcados na tabella A, annexa á portaria de 2 de outubro de 1895, e durante o tempo que estiver no reino terá direito aos vencimentos estabelecidos para os inspectores do material de guerra no continente e ilhas adjacentes; devendo, no cumprimento d'esta commissão, observar, na parte exequivel, o que se acha preceituado pelo ministerio da guerra para o desempenho de tão importante serviço.

Paço, em 10 de março de 1896.—*Jacinto Candido da Silva*.

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr.—Sua ex.^a o ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar encarrega-me de dizer a v. ex.^a, em resposta ao seu officio, n.º 44, de 12 de fevereiro ultimo, que, não tendo sido revogado o artigo 58.º do decreto de 30 de novembro de 1869, que equiparou para todos os effeitos aos facultativos habilitados pela escola de Nova Gôa os individuos nacionaes, ou estrangeiros naturalisados, que tiverem o curso completo da escola de medicina de Bombaim, podem estes exercer a clinica no Estado da India.

Deus guarde a v. ex.^a—Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 10 de março de 1896.—Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. governador geral da India.—O director geral, *Francisco J. da Costa e Silva*.

Devendo considerar se provisório, em virtude do disposto no artigo 186.º do regimento da administração de justiça de 20 de fevereiro de 1894, o actual regimen de aposentação dos funcionarios ultramarinos, convindo, portanto, estabelecer o mais breve possivel a caixa de aposentações a que se refere o artigo 134.º do mesmo regimento, para terem execução os preceitos d'esse e dos seguintes artigos, e devendo naturalmente relacionar-se esse importante serviço com a organização de filiaes da caixa geral de depositos nas provincias ultramarinas, de que hão-de resultar manifestas vantagens para a

administração da fazenda publica do ultramar, sobretudo nas suas relações com a da metropole: Sua Magestade El-Rei ha por bem encarregar o bacharel formado em direito pela universidade de Coimbra, José-Caetano de Almeida Côrte Real, recebedor da comarca de Leiria, de estudar este assumpto na provincia de Angola e de indicar ao governo os meios praticos de o realisar nos termos expostos, confiando da sua intelligencia e zêlo o bom desempenho d esta commissão sem dispendio algum para a fazenda publica.

Paço, em 12 de março de 1896.—*Jacinto Candido da Silva.*

Para o governador geral da provincia de Angola.

Sendo-me presente o requerimento em que a associação auxiliar das missões ultramarinas pede lhe seja concedido o edificio e dependencias do supprimido convento de Santa Clara, do Funchal, a fim de ali fundar um estabelecimento ou collegio de educação, um sanatorio para as irmãs das missões, voltadas de Africa refazerem saude e forças; uma escola preparatoria de aspirantes a irmãs da missão, de onde sairão voluntariamente para o instituto das irmãs africanas, de Carnide, e, emfim, se a tanto chegarem os meios, um asylo para raparigas pobres e ainda outras obras de caridade;

Conformando-me com as informações obtidas sobre o assumpto:

Hei por bem, nos termos do artigo 11.º da carta de lei de 4 de abril de 1861, conceder á mencionada associação auxiliar das missões ultramarinas, para fundação de um estabelecimento ou collegio de educação; um sanatorio para as irmãs das missões, voltadas de Africa refazerem saude e forças; uma escola preparatoria para aspirantes a irmãs da missão, de onde sairão voluntariamente para o instituto das irmãs africanas, de Carnide, e, se para tanto tiverem meios, de um asylo para raparigas pobres, e ainda outras obras de caridade; o edificio e dependencias do supprimido convento de Santa Clara, do Funchal, que lhe será entregue, com excepção da parte do convento que, pelo bispo da diocese e delegado do thesouro do districto, fôr julgada indispensavel para continuar a ser habitada pelas pupillas do mesmo supprimido convento, actualmente ali existentes, e da qual a mesma associação só poderá tomar posse por fallecimento ou saída da ultima.

O que tudo é concedido provisoriamente, com a clausula de ser sujeito á approvação das côrtes e reversão para o Estado, sem indemnisação alguma, no caso de não ter as mencionadas applicações e não ser respeitada a indicada reserva, ou quando ao Estado convenha dar outra applicação ao mesmo edificio.

O presidente do conselho de ministros, ministro e secretario d'estado dos negocios da fazenda, assim o tenha entendido e faça executar.—Paço, aos 12 de março de 1896.
—REI.—*Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro.*

Serenissimo Infante, Duque do Porto, D. Affonso Henriques Napoleão Maria Luiz Pedro de Alcantara Carlos Humberto Amadeu Fernando Antonio Miguel Raphael Gabriel Gonzaga Xavier Francisco de Assis João Augusto Julio Volfando Ignacio de Bragança Saboya Bourbon Saxe Coburgo Gotha, tenente-coronel honorario do regimento de artilheria n.º 1, meu muito amado e prezado irmão:

Tendo Vossa Alteza Serenissima sido nomeado, por portaria régia de 14 do corrente mez, para assumir, relativamente á administração e ao governo do Estado da India, todas as faculdades e attribuições do poder executivo;

Confiando que Vossa Alteza Serenissima, no desempenho das altas funcções em que está investido, continuará as gloriosas tradições do nosso antigo dominio n'aquelle Estado; e

Querendo dar a Vossa Alteza Serenissima um novo testemunho de apreço em que tenho os bons serviços por Vossa Alteza Serenissima prestados á nação:

Hei por bem e me apraz conceder a Vossa Alteza Serenissima o uso do titulo de Viso-Rei da India portugueza, durante todo o tempo que se conservar no exercicio das referidas funcções.

Serenissimo Infante, Duque do Porto, D. Affonso Henriques Napoleão Maria Luiz Pedro de Alcantara Carlos Humberto Amadeu Fernando Antonio Miguel Raphael Gabriel Gonzaga Xavier Francisco de Assis João Augusto Julio Volfando Ignacio de Bragança Saboya Bourbon Saxe Coburgo Gotha, tenente-coronel honorario do regimento de artilheria n.º 1, meu muito amado e prezado irmão, Nosso Senhor haja a augusta pessoa de Vossa Alteza Serenissima em sua continua guarda.

Escripta no paço das Necessidades, aos 16 de março de 1896.—De Vossa Alteza Serenissima extremoso irmão=CARLOS, com rubrica.=*Jacinto Candido da Silva.*

Para o Serenissimo Infante, Duque do Porto, D. Affonso Henriques Napoleão Maria Luiz Pedro de Alcantara Carlos Humberto Amadeu Fernando Antonio Miguel Raphael Gabriel Gonzaga Xavier Francisco de Assis João Augusto Julio Volfando Ignacio de Bragança Saboya Bourbon Saxe Coburgo Gotha, tenente-coronel honorario do regimento de artilheria n.º 1.

Sua Magestade El-Rei, tendo em vista o que lhe representou o governo geral da provincia de Moçambique, depois de ouvido o conselheiro presidente da respectiva Relação judicial; ha por bem, nos termos do disposto no artigo 51.º do regimento da administração de justiça nas provincias ultramarinas, approvado por decreto com força de lei de 20 de fevereiro de 1894, auctorisar o governador geral da referida provincia a incumbir as funcções de juiz municipal aos chefes da administração civil ou militar dos julgados onde não ha pessoal habilitado para as exercer; o que, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, se communica ao mencionado governador geral para seu conhecimento e devidos effeitos. Paço, em 16 de março de 1896.=*Jacinto Candido da Silva.*

Sua Magestade El-Rei, attendendo ao que lhe representou o governador geral da provincia de Angola sobre a conveniencia de modificar o preço do transporte, no caminho de ferro de Ambaca, de pedra para construcções nos comboios do mesmo caminho de ferro: ha por bem, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, approvar a tarifa especial que faz parte da presente portaria e baixa assignada pelo conselheiro director geral do ultramar.

Paço, em 17 de março de 1896.=*Jacinto Candido da Silva.*

CAMINHO DE FERRO DE LOANDA A AMBACA

Pequena velocidade

Tarifa especial

Transporte de pedra para construcções (excluida a cantaria) entre as estações de Cacuaco e as de Loanda

Base

18800 réis por wagon completo, minimo de peso 5 toneladas, ou pagando como tal.

Condições

- 1.ª Esta tarifa é applicavel para expedições de um ou mais wagons;
- 2.ª O expedidor requisitará, com dois dias de antecedencia, os wagons que precisar, em qualquer das estações de Loanda ou Cacuaco;

- 3.^a A carga e descarga é por conta do expedidor;
- 4.^a O praso concedido para carga é de 8 horas de dia, e, para descarga, de 12 horas, a contar da hora de chegada;
- 5.^a Além d'estes prazos, os wagons pagarão estacionamento á razão de 1\$000 réis por wagon e periodo indivisivel de 24 horas;
- 6.^a Ao expedidor será permittido transportar nos wagons carregados o pessoal necessario para a descarga, munido dos respectivos bilhetes de 3.^a classe;
- 7.^a As expedições poderão ser feitas para as estações de Loanda ou cidade alta, indifferentemente.

Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, 17 de março de 1896.—
Francisco Joaquim da Costa e Silva.

CIRCULAR. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Sendo muito conveniente que o museu colonial, confiado á guarda da Sociedade de Geographia de Lisboa, seja enriquecido e successivamente ampliado, de modo a corresponder ao pensamento de elevado interesse colonial que dictou a sua criação, encarrega-me s. ex.^a o ministro d'estado dos negocios da marinha e ultramar de recommendar muito particularmente á attenção de v. ex.^a este assumpto, esperando que, tendo em consideração as solicitações que n'este sentido lhe sejam feitas por aquella sociedade, promova efficazmente a remessa, não só de productos das differentes regiões d'essa provincia, mas de amostras ethnographicas ou de objectos de valor historico que possam, com vantagem, figurar nas collecções do dito museu.

Para a remessa d'estes productos, v. ex.^a preferirá os transportes do Estado, e será da maior conveniencia que se apresse a organização de quaesquer collecções, de modo que o museu colonial possa apresentar-se em condições favoraveis por occasião da celebração do centenário da India.

Deus guarde a v. ex.^a — Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 17 de março de 1896. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. governador geral do Estado da India. — O director geral, *Francisco J. da Costa e Silva.*

Tendo sido frequentes e instantes as queixas e reclamações contra a fôrma demorada e menos cuidadosa por que se procede ao despacho das mercadorias que correm á alfandega de Lourenço Marques;

Cumprindo, não só por conveniencia publica e a bem dos redditos do thesouro, mas tambem para satisfação do commercio na parte justa das suas reclamações, providenciar em ordem a que o serviço fiscal se realice nas melhores condições de commodidade, com rapidez, segurança, vigilancia e efficaz fiscalisação, de modo a continuar attrahindo o movimento commercial ao porto de Lourenço Marques e a promover o crescimento das receitas publicas na respectiva alfandega; e

Considerando que é de prevêr que, a um movimento crescente deva corresponder a necessidade correlativa do augmento de pessoal, e que, nas especiaes condições d'aquella casa fiscal, deva ainda esse pessoal ser escolhido, de reconhecida competencia e inconcussa honestidade;

Ha Sua Magestade El-Rei por bem determinar o seguinte:

1.^o Que o governador geral proceda a uma rigorosa selecção do pessoal existente na alfandega de Lourenço Marques, devendo lá permittir sómente o que, pela sua competencia e probidade, puder dar garantias de bom serviço, e propondo o destino que deva ter aquelle que lá não deva continuar;

2.^o Que chame áquella alfandega, por transferencia temporaria das outras alfandegas da provincia, o pessoal que julgar necessario, sem prejuizo da alfandega a que pertencer, uma vez que reuna as condições de competencia e probidade;

3.^o Que peça, com urgencia, e mesmo telegraphicamente, o pessoal que julgar necessario ainda, se o fôr, para lhe ser enviado da metropole;

4.º Que tome todas as providencias precisas para a alfandega offerecer ao commercio as necessarias condições de armazenagem e vigilancia, de modo a não serem damnificadas as mercadorias e poderem estar devidamente seguras, evitando-se, por igual, todas as fraudes para a fazenda publica com rigorosa fiscalisação;

5.º Que proponha as alterações, que entender convenientes, para a organização do serviço aduaneiro n'aquella casa fiscal, em ordem a que, sob todos os pontos de vista, satisfaça ás condições de excepcional importancia, que, progressivamente, vae tendo.

O que o mesmo aúgusto senhor manda comunicar, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, ao governador geral da provincia de Moçambique, para os devidos effectos.

Paço, em 23 de março de 1896. = *Jacinto Candido da Silva.*

Devendo regressar brevemente á metropole todas as forças do exercito do reino, que por decretos de 9 de outubro de 1894 e 9 de março de 1895 foram nomeadas para servir na provincia de Moçambique por espaço de um anno; e

Communicando o ministerio da marinha que não pôde, por emquanto, prescindir de forças européas n'aquella provincia:

Hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º São postas á disposição do ministerio da marinha e ultramar, para embarcarem com destino á provincia de Moçambique, a 1.ª companhia do 2.º batalhão do regimento de caçadores n.º 4, uma bateria de artilheria de montanha com quatro bôccas de fogo, uma secção de serviço de saude, e uma secção da administração militar, com os effectivos constantes do mappa junto.

Art. 2.º As condições e vantagens com que as referidas forças vão prestar serviço na dita provincia são as indicadas nas instrucções annexas ao decreto de 16 de dezembro da 1880, publicado na ordem do exercito, n.º 46, do mesmo anno.

Art. 3.º Os officiaes e praças de pret expedicionarios têm direito aos vencimentos constantes, respectivamente, das tabellas A e C, que fazem parte do decreto de 2 de outubro de 1895, inserto na ordem do exercito, n.º 18, do dito anno.

Os ministros e secretarios d'estado dos negocios da guerra e da marinha e ultramar assim o tenham entendido e façam executar. Paço, em 26 de março de 1896. = REI. = *Luiz Augusto Pimentel Pinto.* = *Jacinto Candido da Silva.*

Mapa da força expedicionária

Designações	Officiaes				Praças de pret															Totaes		
	Cirurgião ajudante	Capitães	Tenentes ou primeiros tenentes	Alferes	Selleiro-cerreeiro	Primeiros sargentos	Segundos sargentos	Primeiros cabos	Primeiros cabos serventes	Primeiros cabos conductores	Segundos cabos	Segundos cabos serventes	Segundos cabos conductores	Corneteiros	Ferrador	Aprendiz de ferrador	Soldados	Soldados serventes	Soldados conductores	Material — Peças B. E. M. 7 c	Officiaes	Praças de pret
Uma companhia do regimento de caçadores n.º 4	1	1	1	2	—	1	9	16	—	—	8	—	—	4	—	—	184	—	—	—	5	222
Uma bateria da brigada de artilheria de montanha	—	1	3	—	1	1	4	—	5	6	—	6	6	2	1	1	—	30	16	—	4	79
Serviço de saude	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1
Secção da administração militar	—	—	—	—	—	—	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	2	—	—	—	—	4
Total	1	2	4	2	1	2	14	18	5	6	8	6	6	6	1	1	186	30	16	—	9	306

Tendo sido presente a Sua Magestade El-Rei o relatorio em que o actual governador geral da provincia de Moçambique dá conta do resultado da campanha no paiz de Gaza, em que tão brillantemente se assignalou;

Tomando em consideração as diversas providencias que no referido documento são indicadas para que tão vasto e populoso territorio possa entrar em condições normaes de existencia e desenvolvimento, e que são:

1.º Manter por alguns annos o regimen excepçional a que o sujeita o decreto provincial, n.º 78-B, de 7 de dezembro do anno findo;

2.º Organisar, remontar, equipar, armar e uniformisar, quanto antes, o corpo de policia;

3.º Desarmamento geral, recolhendo aos depositos do governo todas as armas de fogo que estão na mão dos indigenas, não só do paiz de Gaza, mas das terras de Lourenço Marques até ao Incomati;

4.º Fazer o recenseamento das palhótas, a fim de que ainda este anno se cobre o imposto, que será de 2\$500 réis (meia libra em ouro) por palhóta;

5.º Cobrança do imposto de oito dias de trabalho gratuito, por cada individuo adulto, em cada anno, para o governo;

6.º Abertura de estradas do Chibutze a Chicomo, a Marracuene, ao Lepallula, ao Inguana, etc.;

7.º Montagem de correspondencia postal, pelo menos de quinze em quinze dias, entre Chibutze, Lourenço Marques e Inhambane, feito pelos indigenas á *candinga*; depois de completa a linha telegraphica até Chicomo, ligar Chibutze com aquelle ponto e com Marracuene;

Ha o mesmo Augusto Senhor por bem declarar que approva este plano de reformas e confia a sua bôa e efficaz realisação ao muito zêlo e especial competencia d'esse magistrado.

O que, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, se lhe communica para seu conhecimento e devidos effeitos.

Paço, em 26 de março de 1896. — *Jacinto Candido da Silva*.

ABRIL

Havendo sido, por decreto de 25 de março findo, nomeado, para proceder á inspecção de todos os serviços de administração militar e organização da força publica no Estado da India e na provincia de Macau e Timor, o general de brigada, sem prejuizo de antiguidade, Fernando de Magalhães e Menezes, e não estando estatuido em lei os vencimentos que lhe devem ser satisfeitos pelo desempenho d'este serviço: manda Sua Magestade El-Rei, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, que, durante o tempo que no ultramar exercer esta commissão, seja abonado dos vencimentos estabelecidos na tabella A, annexa á portaria de 2 de outubro de 1895, e, enquanto estiver no reino, perceberá os vencimentos da sua patente, a que legalmente tiver direito.

Paço, em 1 de abril de 1896. — *Jacinto Candido da Silva*.

DOM CARLOS, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, etc. Fazemos saber a todos os nossos subditos, que as côrtes geraes decretaram e nós queremos a lei seguinte:

Artigo 1.º A camara dos pares é composta de membros vitalicios, em numero não excedente a noventa, nomeados pelo Rei, além dos pares por direito proprio, mencionados no artigo 40.º da carta constitucional e no § 2.º do artigo 6.º da lei de 24 de julho de 1885.

§ 1.º Continuam fazendo parte da camara dos pares os actuaes pares do reino por direito hereditario, e pelo mesmo titulo terão ingresso n'esta camara os que se acharem comprehendidos na disposição do § 7.º do artigo 6.º da referida lei.

§ 2.º No numero dos noventa pares do reino, fixado pelo presente artigo, ficam incluídos os actuaes pares de nomeação régia, mas não se comprehendem os pares por direito hereditario.

Fica por este modo alterado o artigo 6.º da lei de 24 de julho de 1885.

Art. 2.º Não podem ser nomeados pares do reino os cidadãos que tiverem menos de quarenta annos de idade, ou os que forem absolutamente inelegiveis para deputados.

§ 1.º Não são comprehendidos na ultima parte d'este artigo:

1.º Os chefes de missões diplomaticas;

2.º Os commissarios régios nas provincias ultramarinas e os governadores das mesmas provincias;

3.º Os empregados superiores da casa real.

§ 2.º A nomeação de par do reino será officialmente communicada á camara dos pares, e, por proposta de algum dos seus membros, poderá ser impugnada, no praso de cinco dias desde a communicação, com exclusivo fundamento na infracção d'este artigo, sendo a impugnação resolvida pela camara no praso de dez dias desde a apresentação da proposta.

§ 3.º Na falta de impugnação ou resolução, nos termos e prazos declarados no paragraho antecedente, o presidente da camara dos pares admittirá o nomeado a prestar juramento e a tomar assento na camara,

Art. 3.º Os pares do reino que actualmente ou de futuro servirem logares nos conselhos administrativos, gerentes ou fiscaes de empresas ou sociedades constituidas por contracto ou concessão especial do Estado, ou que d'este hajam privilegio não conferido por lei generica, subsidio ou garantia de rendimento, salvo os que por delegação do governo representarem n'ellas os interesses do Estado, e os pares do reino que forem concessionarios, arrematantes ou empreiteiros de obras publicas, ficam inhibidos do exercicio do pariato, não podendo ser admittidos a tomar parte nas discussões nem a votar, emquanto não provarem que cessou o motivo de qualquer d'estas incompatibilidades.

§ unico. A infracção d'este artigo será punida com a pena de suspensão dos direitos politicos até tres annos, e tornará nulos de direito todos os actos em que, individual ou collectivamente, tome parte o par infractor no serviço das mesmas sociedades, empresas, concessões, arrematações ou empreitadas.

Art. 4.º Os ministros podem nomear, de entre os funcionarios superiores da administração do Estado, delegados especiaes para tomarem parte perante as camaras legislativas na discussão de determinados projectos de lei.

§ unico. A nomeação será communicada ao presidente da respectiva camara, na qual o delegado terá assento durante a discussão do projecto para que fôr designado.

Fica por este modo additado o artigo 47.º da carta constitucional.

Art. 5.º Quando alguma das camaras legislativas não approvar, no todo ou em parte, qualquer projecto de lei emanado da outra camara, ou não approvar as emendas ou addições feitas pela outra camara sobre qualquer projecto de lei, será nomeada uma comissão de igual numero de pares e deputados, logo que assim o resolva alguma d'ellas, e o que a comissão decidir por pluralidades de votos servirá, ou para ser immediatamente reduzido a decreto das côrtes geraes, ou para ser rejeitado o projecto.

§ 1.º Havendo empate na votação do projecto ou de algum dos seus artigos, ou na de qualquer das emendas ou addições, ou quando a comissão não chegue a resultado algum sobre o assumpto que lhe foi commettido, poderá qualquer das camaras pedir a reunião das côrtes geraes, representando n'esse sentido ao poder moderador.

§ 2.º As côrtes geraes serão convocadas e reunir-se-hão dentro de trinta dias, na camara dos deputados, sob a direcção do presidente da camara dos pares, servindo de secretarios o primeiro de cada uma das camaras.

§ 3.º Se no dia para que forem convocadas as côrtes geraes não se reunir a maioria dos membros de cada uma das camaras, será a sessão adiada para o primeiro dia util, em que se deliberará seja qual fôr o numero de pares e deputados que compareçam. O objecto da divergencia será votado sem discussão.

Art. 6.º O Rei exerce o poder moderador com a responsabilidade dos seus ministros:

§ 1.º Nomeando pares até ao numero de noventa, sem outra restricção que não seja a do artigo 2.º da presente lei.

§ 2.º Prorogando ou adiando as côrtes geraes e, nos termos do § 4.º do artigo 74.º da carta constitucional, dissolvendo a camara dos deputados e convocando outra que a substitua.

§ 3.º Perdoando e moderando as penas impostas aos réus condemnados por sentença, á excepção dos ministros d'estado, por crimes commettidos no exercicio das suas funcções, a respeito dos quaes só poderá ser exercida a prerogativa régia tendo precedido petição de qualquer das camaras legislativas.

Fica por este modo substituido o artigo 7.º da lei de 24 de julho de 1885.

Art. 7.º Nos primeiros quinze dias depois de constituida a camara dos deputados, o governo lhe apresentará o orçamento da receita e despesa do anno seguinte, as propostas fixando as forças de terra e mar, e a dos contingentes de recrutamento da força publica. Quando até o fim do anno economico as côrtes não hajam votado as respectivas leis, continuarão em vigor no anno immediato as ultimas disposições legaes sobre estes assumptos até nova resolução do poder legislativo. Se, porém, as côrtes não estiverem abertas, serão extraordinariamente convocadas e reunidas no praso de tres mezes, a fim de deliberarem exclusivamente sobre os assumptos de que trata este artigo; se estiverem funcionando, não serão encerradas sem haverem deliberado sobre o mesmo objecto, excepto sendo dissolvidas; no caso de dissolução serão convocadas e reunidas, no praso já indicado, em sessão ordinaria ou em sessão extraordinaria, para o mesmo exclusivo fim.

Fica por este modo alterado o artigo 12.º e ampliado o artigo 13.º do acto adicional de 5 de julho de 1852.

Art. 8.º Fica revogada a legislação em contrario.

Mandâmos, portanto, a todas as auctoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e guardem e façam cumprir e guardar tão inteiramente como n'ella se contém.

O presidente do conselho de ministros e os ministros e secretarios d'estado de todas as repartições a façam imprimir, publicar e correr. Dada no paço das Necessidades, em 3 de abril de 1896. — EL-REI, (com rubrica e guarda). — *Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro* = *João Ferreira Franco Pinto Castello Branco* = *Antonio d'Azevedo Castello Branco* = *Luiz Augusto Pimentel Pinto* = *Jacintho Candido da Silva* = *Luiz Maria Pinto de Soveral* = *Arthur Alberto de Campos Henriques*. — Logar do sello grande das armas reaes).

Carta de lei pela qual Vossa Magestade, tendo sancionado o decreto das côrtes geraes de 29 de fevereiro ultimo, que declara a maneira como deve ser composta a camara dos pares, fixando o numero dos vitalicios com as restricções determinadas no artigo 2.º da presente lei, e substitue e altera varios artigos da lei de 24 de julho de 1885, da carta constitucional e acto adicional de 5 de julho de 1852, manda cumprir e guardar o mesmo decreto, como n'elle se contém, pela fórmula retro declarada.

Para Vossa Magestade vêr. — *Victorino Gonçalves de Aguiar* a fez.

DOM CARLOS, por graça de Deus Rei de Portugal e dos Algarves, etc. Fazemos saber a todos os nossos subditos, que as côrtes geraes decretaram e nós queremos a lei seguinte:

Artigo 1.º É permittida aos agricultores e aos individuos que exerçam profissões correlativas á agricultura a fundação de associações locaes, com a denominação de «Syndicatos agricolas», tendo por fim principal estudar, defender e promover tudo quanto importe aos interesses agricolas geraes e aos particulares dos associados.

§ 1.º Os syndicatos agricolas terão a faculdade de praticar tudo quanto caiba no seu programma geral, e nomeadamente:

1.º Promover a instrucção agricola pelo estabelecimento de bibliothecas, cursos, conferencias, concursos e campos de experiencia;

2.º Facultar aos associados a acquisição de adubos, sementes e plantas, em condições vantajosas de preço e qualidade, e bem assim a compra ou exploração, em commum ou em particular, de machinas agricolas e animaes reproductores;

3.º Procurar mercados para os productos agricolas dos socios e facilitar as relações entre estes e os compradores de dentro e fóra do reino;

4.º Celebrar com as empresas de transportes terrestres, fluviaes ou maritimos contractos para os transportes por preços reduzidos dos generos agricolas, adubos, animaes e machinas pertencentes ao syndicato ou aos seus socios;

5.º Commetter aos tribunaes, ou directamente aos interessados, a resolução dos pleitos e contestações entre os socios, por meio de julgamento arbitral.

§ 2.º Aos syndicatos agricolas é expressamente prohibido exercerem industria, ou negociarem por conta propria, e, em geral, emprehenderem qualquer especulação, salvas as seguintes excepções:

1.ª Adquirirem e consentirem aos associados o uso em commum de animaes reproductores e machinas agricolas, nos termos expressos dos estatutos;

2.ª Empregarem o seu fundo social em empresas que não tenham caracter das operações bancarias, reputando-se taes o saque, accêite, aval e endosse de letras de cambio a prazos ou á ordem. N'estes termos poderão com o seu capital realizar emprestimos aos socios, com a garantia pessoal e tambem sobre as colheitas, alfaias agricolas, etc., nos limites e com as seguranças determinadas nos estatutos.

§ 3.º Os syndicatos agricolas pôdem tambem constituir, promover ou favorecer a constituição, nos termos das leis, com fundos e estatutos especiaes, de caixas de soccorros mutuos, sociedades cooperativas, sociedades de seguros mutuos, bancos ou caixas de credito agricola, caixas economicas, fructuarias e quaesquer outras instituições, que nos mesmos termos e condições possam promover e auxiliar o desenvolvimento agricola da região em que funcionem.

Art. 2.º As disposições d'esta lei applicam-se unicamente aos syndicatos agricolas que tenham mais de vinte socios, os quaes serão sempre maiores e no uso dos seus direitos civis.

§ unico. As suas direcções serão sempre compostas de socios que sejam em maioria cidadãos portuguezes, domiciliados na região onde o syndicato deva funcionar, e no gozo dos seus direitos civis.

Art. 3.º Os syndicatos agricolas constituem-se por escriptura publica comprehendendo os estatutos.

§ 1.º As copias authenticas das escripturas da constituição de qualquer syndicato agricola ficam, assim como os estatutos n'ellas comprehendidos, sujeitas á approvação do governo, nos termos seguintes:

1.º As referidas copias serão entregues na estação telegrapho-postal mais proxima da séde da associação, com endereço para o ministro e secretario d'estado dos negocios das obras publicas, commercio e industria;

2.º As estações telegrapho-postaes ficam obrigadas a passar recibo, indicando o dia da entrega das mesmas copias, e a expedil-as gratuitamente, pela via postal mais rapida, para o ministerio das obras publicas, commercio e industria. Pelo mesmo modo e via serão devolvidos os estatutos aos installadores do syndicato, os quaes passarão recibo de recepção;

3.º Consideram-se tacitamente approvados os estatutos sobre os quaes, no praso de dois mezes, contados da época fixada no n.º 2.º d'este paragrapho, não tenha recaído resolução governativa.

§ 2.º Nenhum syndicato agricola poderá começar a funcionar sem que os estatutos tenham sido approvados, ou que haja decorrido o praso fixado no n.º 3.º do § 1.º d'este artigo.

§ 3.º A approvação dos estatutos pelo governo fica isenta de qualquer imposto.

§ 4.º As mesmas disposições serão applicaveis sempre que os estatutos sejam alterados ou modificados.

Art. 4.º Os syndicatos agricolas que funcionem sem estatutos legalmente approvados podem ser dissolvidos por sentença do juiz de direito da comarca onde seja a sua séde, sobre promoção do ministerio publico ou a requerimento de cinco ou mais socios.

§ 1.º Pela mesma fórma poderão ser suspensas as deliberações dos syndicatos agricolas e das suas direcções, reputadas contrarias ás leis e aos estatutos, procedendo-se, com relação á sua revalidação ou annullação definitiva, nos termos das disposições do codigo commercial relativas ás sociedades anonyms.

§ 2.º Além do que fica disposto, as infracções dos artigos 2.º, 3.º, 7.º e 11.º sujeitam os infractores a multas de 2\$000 a 50\$000 réis, em processo correccional, sobre promoção do ministerio publico.

Art. 5.º O governo publicará modelos de estatutos para estas associações, os quaes terão apenas caracter facultativo.

Art. 6.º Os syndicatos agricolas têm individualidade juridica, podendo exercer todos os direitos relativos a interesses legitimos do seu instituto, demandar ou ser demandados.

Art. 7.º Os syndicatos agricolas não podem possuir bens immobiliarios, além dos que forem absolutamente indispensaveis ás suas reuniões, museus, bibliothecas, laboratorios, conferencias, cursos, e campos de experiencia cuja área não poderá exceder 1 hectare.

§ 1.º Os bens immobiliarios adquiridos pelos syndicatos, por qualquer titulo, e que excedam os limites indicados n'este artigo, serão convertidos em bens mobiliarias no praso de um anno.

§ 2.º Os immobiliarios não vendidos no praso de um anno serão vendidos judicialmente, revertendo 20 por cento do producto liquido para a fazenda nacional, e o remanescente para o cofre do syndicato.

Art. 8.º O fundo social dos syndicatos agricolas será constituido por joias de entrada, quotas e commissões pagas pelos socios, subsidios de corporações administrativas ou do Estado, e quaesquer donativos ou legados de particulares.

§ unico. Os mesmos syndicatos agricolas podem, a titulo de compensação de despesas, levar até 2 por cento de commissão por compras, vendas e transporte de conta dos socios.

Art. 9.º Os syndicatos agricolas podem ser dissolvidos:

1.º Por sentença do poder judicial;

2.º Por contarem menos de vinte associados;

3.º Por deliberação de dois terços dos seus membros, tomada em assembléa geral.

Art. 10.º Os estatutos dos syndicatos indicarão:

1.º A denominação da associação, sua séde e seus fins;

2.º O modo e as condições de admissão dos socios, os seus direitos e deveres, os casos em que podem ser expulsos e o processo da expulsão, os pagamentos a que são obrigados, e as vantagens que lhes são garantidas;

3.º A organização dos corpos gerentes e suas attribuições;

4.º Os poderes da assembléa geral, a organização e attribuições da respectiva mesa, as condições para a constituição e funcionamento da assembléa geral e para o exercicio do direito de voto, e o modo por que podem ser alterados os estatutos;

5.º O modo de proceder á liquidação no caso de dissolução.

Art. 11.º No caso de dissolução proceder-se-ha á liquidação dos haveres do syndicato.

Satisfeitas as dividas ou consignadas as quantias necessarias ao seu pagamento, proceder-se-ha á partilha do resto dos valores, conforme o que dispozerem os estatutos.

§ 1.º No caso de um syndicato se dissolver por decisão da assembléa geral, sem esta nomear logo os liquidatorios, ou no caso de ser retirada a approvação aos respectivos estatutos, o juiz de direito da comarca respectiva nomeará os liquidatorios.

§ 2.º A liquidação será feita sob a inspecção e vigilancia do governador civil do districto, o qual poderá delegar este encargo no delegado do ministerio publico.

Art. 12.º Os syndicatos agricolas podem colligar-se, formando uniões de syndicatos, para constituirem centros permanentes de relações de estudos, economicas ou agricolas, ou para promoverem e defenderem os respectivos interesses dentro da esphera dos estatutos e leis communs applicaveis.

§ unico. Estas uniões ou syndicatos centraes estabelecer-se-hão e funcçãoarão nas mesmas condições dos syndicatos locaes.

Art. 13.º E' nulla toda a deliberação tomada sobre objecto estranho áquelle para que tiver sido convocada a assembléa geral, e são prohibidas as discussões sobre assumptos alheios aos fins do syndicato, que estejam expressos nos seus estatutos, ou n'estes mais ou menos explicitamente comprehendidos.

§ unico. No caso de infracção d'este artigo, proceder-se-ha em conformidade com o disposto no artigo 13.º do decreto de 9 de maio de 1891.

Art. 14.º Qualquer membro de um syndicato agricola póde livremente demittir-se de socio, sem prejuizo de satisfazer as suas quotas do anno corrente, e conservando o direito de permanecer, sujeitando se ás respectivas prescripções estatutarias, nas sociedades a que se refere o § 3.º do artigo 1.º

Art. 15.º Os syndicatos agricolas ficam isentos da contribuição industrial e dos impostos do sello e de registro, podendo, portanto, ser escriptos em papel commum todos os seus documentos ou diplomas, incluindo as escripturas de constituição ou de modificação dos seus estatutos.

Art. 16.º Os syndicatos agricolas gosarão, para os transportes que façam de conta propria ou dos seus socios nos caminhos de ferro do Estado e nas linhas de paquetes

subsidiados, de uma redução de 25 por cento sobre as tarifas geraes ou especiaes applicaveis a esses transportes. O governo providenciará, quanto possivel, para que igual beneficio seja concedido nas linhas ferreas que não sejam do Estado, ou nos paquetes nacionaes, embora não subsidiados.

§ unico. Nos laboratorios das estações chimico-agricolas gosarão as analyses requisitadas pelos syndicatos agricolas, para seu uso ou dos seus socios, os seguintes abatimentos nas tabellas geraes: de 20 por cento para analyses de adubos e de plantas, suas partes ou derivados; de 70 por cento nas de terras.

Art. 17.º São applicaveis ás provincias ultramarinas as disposições da presente lei.

Art. 18.º E' o governo auctorisado a permittir a organização de camaras de commercio portuguezas nos paizes estrangeiros, destinadas a velarem pelo commercio dos productos nacionaes, com especialidade os agricolas, promovendo a sua venda e secundando o governo, directamente e por intermédio da camara de commercio e industria de Lisboa, ácerca da melhor direcção que deva dar-se a esse commercio, por meio de informações, consultas e propostas.

Art. 19.º As camaras de commercio portuguezas serão constituídas por negociantes portuguezes, residentes nas localidades escolhidas para sédes das mesmas camaras, e funcionarão como instituições de propaganda commercial, com o auxilio das auctoridades diplomaticas e consulares respectivas.

Art. 20.º Poderão requerer a constituição de uma camara de commercio, em qualquer paiz, os negociantes portuguezes em numero, pelo menos, de cinco, que tenham domicilio na localidade onde a pretendam fundar, e cuja idoneidade seja attestada pelo consul respectivo.

Art. 21.º Os requerimentos serão entregues ao consul, a quem competir, e por este informados e remettidos ao governo.

Art. 22.º A criação das camaras de commercio será feita por decreto real, pelo ministerio das obras publicas, commercio e industria, precedendo consulta dos conselhos superiores de agricultura e do commercio e industria.

§ unico. O decreto fixará o numero minimo de membros que deverão compôr a camara, e, no caso em que ella deva exercer a sua acção de propaganda em mais de uma localidade, a sua séde e bem assim o regimen da sua constituição e as suas attribuições e meios de acção em proveito do commercio nacional.

Art. 23.º As camaras de commercio corresponder-se-hão com o ministro das obras publicas, commercio e industria, e as suas consultas, informações ou propostas, quando não sejam de character reservado, serão oficialmente publicadas.

Art. 24.º Os requerimentos para a constituição de camaras de commercio serão sempre acompanhados dos projectos de estatutos, sobre os quaes recairá tambem a informação do agente consular respectivo e a consulta dos conselhos superiores de agricultura e do commercio e industria.

Art. 25.º Os requerimentos e mais documentos emanados das camaras de commercio e necessarios ou relativos á sua constituição, serão isentos do imposto do sello.

Art. 26.º Fica revogada a legislação em contrario.

Mandâmos, portanto, a todas as auctoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e guardem e façam cumprir e guardar tão inteiramente como n'ella se contém.

Os ministros e secretarios d'estado dos negocios do reino, ecclesiasticos e de justiça, da marinha e ultramar, dos estrangeiros e das obras publicas, commercio e industria, a façam imprimir, publicar e correr. Dada no paço, aos 3 de abril de 1896.—EL REI, com rubrica e guarda.—*João Ferreira Franco Pinto Castello Branco*—*Antonio d'Azevedo Castello Branco*—*Jacinto Candido da Silva*—*Luiz Maria Pinto de Soveral*—*Arthur Alberto de Campos Henriques*.—(Logar do sello grande das armas reaes).

Carta de lei pela qual Vossa Magestade, tendo sancionado o decreto das côrtes geraes de 18 de março de 1896, que permite aos agricultores e aos individuos que exerçam profissões correlativas á agricultura, a fundação de associações locaes, com a denominação de «syndicatos agricolas», e a organização de camaras de commercio portuguezas nos paizes estrangeiros, manda cumprir e guardar o mesmo decreto pela fôrma retro declarada.

Para Vossa Magestade ver.—*João Rozendo Peres Ramos* a fez.

DOM CARLOS, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, etc. Fazemos saber a todos os nossos subditos, que as côrtes geraes decretaram e nós queremos a lei seguinte :

Artigo 1.º A rehabilitação dos réus realizar-se ha por meio da revisão extraordinaria das respectivas sentenças condemnatorias, passadas em julgado, nos termos e pela fórmula estabelecida na presente lei.

Art. 2.º Além dos casos especificados nos artigos 1:263.º, 1:264.º, 1:265.º e 1:268.º da novissima reforma judiciaria, será admittida a revisão, quando tiverem occorrido circumstancias que justifiquem a innocencia dos condemnados.

Art. 3.º A revisão será concedida pelo supremo tribunal de justiça, podendo requerel-a o réu, ou promovel-a officiosamente o ministerio publico perante o mesmo tribunal, embora esteja executada a sentença.

Art. 4.º No caso de revisão, por motivo differente d'aquelle a que se refere a novissima reforma judiciaria, proceder-se-ha nos termos dos artigos seguintes.

Art. 5.º O réu que pretenda rehabilitar-se apresentará o requerimento em que peça a revisão, instruido com os documentos justificativos, sem o que não poderá tomar-se conhecimento do pedido.

Art. 6.º O supremo tribunal de justiça, ouvido o ministerio publico, decidirá, em secções reunidas, se, em vista do allegado e dos documentos, ha fundamento para se rever o processo.

§ 1.º Não será attendida a petição que tenha por intuito manifesto qualquer modificação da pena applicada na sentença.

§ 2.º O accordão, que conceda ou negue a revisão será sempre motivado.

Art. 7.º Attendido o requerimento do réu ou a promoção officiosa do ministerio publico, o supremo tribunal designará no accordão um juiz de 1.ª instancia, diverso d'aquelle em que o réu fôra julgado, se assim lhe fôr requerido, ou se o tiver por conveniente, a fim de se proceder ali á revisão do respectivo processo, sem que seja, todavia, suspensa a execução da sentença condemnatoria.

Art. 8.º A parte a quem se tenha concedido a revisão de processo ordinario ou correccional deverá dirigir um requerimento ao juiz competente, nos termos do artigo anterior, pedindo a citação do ministerio publico e da parte accusadora, se a houver, para, na segunda audiencia posterior á citação, verem offerecer o articulado e os respectivos documentos.

§ 1.º Se a revisão fôr promovida pelo ministerio publico, será o articulado offerecido contra a parte accusadora, se a houver, e contra um agente especial do ministerio publico, que para este fim será nomeado pelo juiz de entre os advogados, ou procuradores se no juizo não houver advogados, excepto nas comarcas onde haja mais de um delegado, porque, n'este caso, a nomeação será feita pelo respectivo procurador régio.

§ 2.º Seguir-se-hão todos os demais termos do respectivo processo até á sentença final.

Art. 9.º A parte a quem fôr concedida a revisão, tratando-se de processo de policia correccional, deverá dirigir o requerimento ao juiz competente, pedindo que se proceda a novo julgamento com citação do ministerio publico e da parte accusadora, se a houver, e que se proceda préviamente a qualquer exame necessario para o descobrimento da verdade, sendo tambem applicavel n'este caso o disposto no artigo 20.º do decreto de 15 de setembro de 1892.

§ 1.º Se a revisão fôr promovida pelo ministerio publico, proceder-se-ha á citação da parte accusadora, havendo a, e de um agente especial do ministerio publico, nomeado na fórmula do § 1.º do artigo antecedente.

§ 2.º Seguir-se-hão os demais termos do processo de policia correccional até á sentença respectiva.

Art. 10.º Nos processos em que houver intervenção do jury, decidirá este as questões de facto que lhe forem propostas, devendo ser formulados quesitos, não só ácerca dos factos que tiverem sido articulados, mas tambem sobre qualquer circumstancia adveniente da discussão da causa.

Art. 11.º Se fôr julgada improcedente a accusação, deverá a respectiva sentença declarar nulla a sentença condemnatoria, sem fazer referencia ás disposições da lei penal, e rehabilitado o réu perante a sociedade, readquirindo o seu estado de direito anterior á condemnação, logo que a sentença passe em julgado.

§ 1.º Esta sentença será publicada no *Diario do governo*, em tres dias consecutivos e affixada por certidão á porta do tribunal da comarca do domicilio ou residencia do rehabilitado, e á porta do tribunal da comarca em que fôra proferida a condemnação, devendo ser trancado o respectivo registo criminal.

§ 2.º Da sentença deverá o ministerio publico interpôr sempre os recursos legaes.

Art. 12.º Na sentença será arbitrada ao réu, quando este assim o tenha requerido, a justa indemnisação do prejuizo que houver soffrido com o cumprimento da pena, se no processo exirtirem os elementos necessarios para fazer aquelle arbitramento, e, no caso contrario, será a indemnisação fixada em processo ordinario, nos termos da legislação vigente.

§ unico. Se a pena tiver sido a de multa, e estiver já cumprida, ordenará a sentença a sua restituição.

Art. 13.º Se a rehabilitação fôr julgada improcedente, será pela nova sentença mantida a condemnação anterior.

Art. 14.º No caso do artigo antecedente, só poderá ser permittida segunda revisão, se a promover o procurador geral da corôa e fazenda.

Art. 15.º É permittida a revisão do processo e sentença relativa ao réu fallecido, seguindo-se as disposições anteriores no que fôr applicavel.

Art. 16.º São unicamente competentes para promoverem esta revisão os ascendentes, descendentes, conjuges e irmãos do mesmo réu.

Art. 17.º Os réus que fôrem condemnados pelos tribunaes militares tambem poderão rehabilitar-se por meio da revisão das respectivas sentenças condemnatorias, tanto nos casos especificados nos n.ºs 5.º, 7.º, 8.º e 9.º do artigo 300.º do codigo de justiça militar, como se tiverem occorrido circumstancias justificativas da innocencia dos condemnados.

Art. 18.º A revisão será concedida pelo supremo conselho de justiça militar, em vista de requerimento documentado do réu ou de exposição fundamentada do promotor de justiça militar, e poderá ser designado, para se proceder á revisão, o mesmo tribunal que proferira a sentença condemnatoria, ou diverso, conforme seja mais conveniente e accomodado ás circumstancias do processo.

§ 1.º Fôra dos casos especiaes a que se refere o artigo 17.º não se mandará suspender a execução da sentença, excepto se a pena imposta fôr a de morte.

§ 2.º A revisão das sentenças condemnatorias só poderá ter cabimento em tempo de paz.

Art. 19.º A sentença da rehabilitação será publicada tambem na ordem do exercito e da armada.

Art. 20.º Serão observadas as outras disposições que não estejam em desharmonia com a natureza e termos especiaes dos processos instaurados nos tribunaes militares.

Art. 21.º As disposições d'esta lei serão tambem applicaveis a todos os réus que se achem condemnados por sentenças passadas em julgado na data da sua promulgação, aos que já tenham cumprido a respectiva pena, e bem assim aos que já estejam fallecidos.

Art. 22.º Fica revogada a legislação em contrario.

Mandamos, portanto, a todas as auctoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e guardem e façam cumprir e guardar tão inteiramente como n'ella se contém.

Os ministros e secretarios d'estado dos negocios ecclesiasticos e de justiça, dos negocios da guerra e dos negocios da marinha e ultramar, a façam imprimir, publicar e correr. Dada no paço das Necessidades, aos 3 de abril de 1896. — EL-REI, com rubrica e guarda. — *Antonio d'Azevedo Castello Branco* — *Luiz Augusto Pimentel Pinto* — *Jacinto Candido da Silva*. — (Logar do sello grande das armas reaes).

Carta de lei pela qual Vossa Magestade, tendo sancionado o decreto das côrtes geraes de 23 de março proximo findo, que estabelece a maneira como se ha de realisar a rehabilitação dos réus, cujas sentenças condemnatorias tenham passado em julgado, tanto no fôro civil, como no militar do exercito e da armada, manda cumprir e guardar o mesmo decreto como n'elle se contém, pela fórmula supra declarada.

Para Vossa Magestade vêr. — *João Candido Collaço Paes* a fez.

DOM CARLOS, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, etc. Fazemos saber a todos os nossos subditos, que as côrtes geraes decretaram e nós queremos a lei seguinte :

Artigo 1.º São concedidas pensões vitalicias e annuaes de 800\$000 réis, pelos excepcionaes serviços prestados na recente campanha da Africa oriental, aos seguintes officiaes :

Coronel do regimento de infantaria n.º 2, Eduardo Augusto Rodrigues Galhardo ; capitão de cavallaria n.º 1, lanceiros de Victor Manuel, Joaquim Augusto Mousinho de Albuquerque.

Art. 2.º São concedidas, pelos serviços relevantissimos prestados na mesma campanha, pensões vitalicias e annuaes de 500\$000 réis, aos seguintes officiaes :

Tenente-coronel do regimento n.º 1 de infantaria da Rainha, Antonio Julio de Sousa Machado ; capitão do corpo do estado maior, Eduardo Augusto Ferreira da Costa ; capitão do estado maior de engenharia, Alfredo Augusto Freire de Andrade ; capitão do estado maior de artilheria, Henrique Mitchell de Paiva Conceiro ; medico naval de 1.ª classe, Antonio José Rodrigues Braga ; segundo tenente da armada, Filippe Trajano Vieira da Rocha ; alferes do regimento de caçadores n.º 3, José da Conceição Costa e Silva.

Art. 3.º São concedidas, pelos relevantes serviços prestados na mesma campanha, pensões vitalicias e annuaes de 300\$000 réis, aos seguintes officiaes :

Primeiro tenente da armada, Francisco Diogo de Sá ; primeiro tenente da armada, Alvaro de Oliveira Soares de Andréa ; primeiro tenente da armada, Guilherme Ivens Ferraz ; capitão da brigada de artilheria de montanha, Francisco de Sousa Pinto Cardoso Machado ; cirurgião-mór do regimento n.º 2 de caçadores da Rainha, Ignacio França ; segundo tenente da armada, Julio Lopes Valente da Cruz ; tenente do corpo do estado maior, Ayres de Ornellas de Vasconcellos ; primeiro tenente da brigada de artilheria de montanha, Annibal Augusto Sanches de Sousa Miranda ; tenente de infantaria, em commissão, Joaquim Pereira Leitão ; tenente do exercito da Africa oriental, Manuel Luiz Alves ; cirurgião ajudante da brigada de artilheria de montanha, Fernando de Miranda Monteroso ; alferes de cavallaria, em commissão, Raul Carlos Ferreira da Costa.

Art. 4.º As praças de pret, que fizeram parte do corpo expedicionario a Lourenço Marques, e que no praso de um anno, contado do seu regresso á metropole, se acharem impossibilitadas, em resultado de molestias adquiridas em Africa e comprovadas por uma junta militar de saude, de angariar pelo trabalho os meios de subsistencia, serão concedidas as seguintes pensões vitalicias annuaes :

De 144\$000 réis, aos officiaes inferiores que se tiverem distinguido em combate ;

De 72\$000 réis, aos cabos e soldados nas mesmas condições ;

De 72\$000 réis, aos mais officiaes inferiores ;

De 35\$000 réis, aos mais cabos e soldados ;

Art. 5.º As praças de pret do referido corpo expedicionario, mortas em combate ou em resultado de ferimentos recebidos em combate, ou por doencas adquiridas em Africa, legarão ás suas familias iguaes pensões, nos termos das concedidas pelo monte-pio official.

Art. 6.º Fica revogada a legislação em contrario.

Mandámos, portanto, a todas as auctoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e guardem e façam cumprir e guardar tão inteiramente como n'ella se contém.

O conselheiro d'estado, presidente do conselho de ministros, ministro e secretario d'estado dos negocios da fazenda, e os ministros e secretarios d'estado dos negocios da guerra e dos negocios da marinha e ultramar, a façam imprimir, publicar e correr. Dada no paço, aos 6 de abril de 1896.—**EL-REI** (com rubrica e guarda).—*Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro*—*Luiz Augusto Pimentel Pinto*—*Jacinto Candido da Silva*. — (Logar do sello grande das armas reaes.)

Carta de lei pela qual Vossa Magestade, tendo sancionado o decreto das côrtes geraes, de 10 de março proximo findo, concedendo pensões vitalicias e annuaes em recompensa dos excepcionaes e relevantes serviços prestados na recente campanha da Africa oriental pelos officiaes do exercito e da armada, a quem o mesmo decreto se refere, e bem assim pensões tambem annuaes e vitalicias ás praças de pret que fizeram parte do corpo expedicionario a Lourenço Marques, e que se acharem impossibilitadas de angariar os meios de subsistencia por molestias adquiridas em Africa ; legando as praças do

referido corpo iguaes pensões a suas familias, quando mortos em combate, ou em resultado de doenças adquiridas em Africa; manda cumprir e guardar o mesmo decreto, como n'elle se contém pela fórma rétro declarada.

Para Vossa Magestade ver.—*Francisco da Costa* a fez.

Tendo sido nomeado, por decreto de 26 de março findo, chefe do estado maior do governo geral da provincia de Moçambique o tenente do corpo do estado maior do exercito do reino, Ayres Ornellas de Vasconcellos, e sendo necessario estabelecer os vencimentos extraordinarios que deve perceber emquanto desempenhar a importante commissão que lhe é commettida: manda Sua Magestade El-Rei, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, que ao referido official seja abonada mensalmente a gratificação de exercicio de 123\$000 réis e o subsidio diario de 1\$200 réis, além do soldo e gratificação que de direito lhe pertencerem como official do alludido corpo.

Paço, em 5 de abril de 1896.—*Jacinto Candido da Silva*.

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr.—Sua ex.^a o ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar encarrega-me de fazer sciente a v. ex.^a, para os devidos effeitos, de que, por despacho de 9 do corrente, foi mandado contar a Bernardo Heitor Pereira Garcez, capitão do quadro occidental em inactividade temporaria, pelo pedir, e com licença de residir n'essa provincia o tempo que, como praça de pret, serviu no regimento de artilheria do Estado da India (tres annos, dois mezes e dois dias); devendo ser trancada a respectiva verba na casa «deducção no tempo de serviço» do livro de matricula, visto não existir disposição que mande deduzir para effeito de reforma e condecorações o tempo de serviço que as praças prestam em arma differente d'aquella a que posteriormente passam.

Deus guarde a v. ex.^a—Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 10 de abril de 1896. Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. governador da provincia de S. Thomé e Príncipe.—O director geral, *Francisco J. da Costa e Silva*.

(CIRCULAR).—Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr.—Encarrega-me s. ex.^a o ministro de recommendar a v. ex.^a se digne providenciar, para que nos portos d'essa provincia as auctoridades maritimas, aduaneiras e sanitarias, prestem todas as facilidades aos vapores que se empregam no serviço telegraphico, de modo a evitar-lhes demoras inuteis nos portos com formalidades embarçosas, que podem excepcionalmente dispensar-se com estes vapores, quando não transportem carga e se limitem apenas ao serviço especial da telegraphia submarina.

Deus guarde a v. ex.^a—Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 11 de abril de 1896.—Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. governador geral de Angola.—O director geral, *Francisco J. da Costa e Silva*.

Tendo de retirar a força expedicionaria que, por effeito do decreto de 17 de outubro de 1895, se acha em serviço no Estado da India; e communicando o ministerio dos negocios da marinha e ultramar ser conveniente manter n'aquelle Estado força militar da metropole;

Hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.^o Que sejam postos á disposição do ministerio da marinha e ultramar, para embarcarem para o Estado da India, uma bateria de artilheria de montanha, uma secção de artilheria de guarnição, um esquadrão de cavallaria, uma secção de serviço de saude e uma secção da administração militar, com a composição indicada no mappa junto.

Art. 2.^o Que as condições e vantagens concedidas aos officiaes e praças de pret, que vão prestar serviço na India, sejam as expressas nas instrucções annexas ao decreto de 16 de novembro de 1890, inserto na ordem do exercito, n.^o 46, do mesmo anno.

Art. 3.^o Que os vencimentos a que teem direito os referidos officiaes e mais praças sejam os que constam das tabellas A e C publicadas na ordem do exercito, n.^o 18, (1.^a serie) de 18 de outubro de 1895.

Os ministros e secretarios d'estado dos negocios da guerra e da marinha e ultramar assim o tenham entendido e façam executar. Paço, em 16 de abril de 1896.—REI.—*José Estevão de Moraes Sarmento*—*Jacinto Candido da Silva*.

Mapa da força expedicionaria

Designações	Officiaes						Praças de pret																		Totaes					
	Capitães	Tenentes ou primeiros tenentes	Alferees ou segundos tenentes	Cirurgião ajudante	Veteruario	Aspirante da administração militar	Selleiro-correio	Serralheiro-ferreiro	Serralheiro-ferreiro	Carpinteiro	Coronheiro	Espingardeiro	Primeiros sargentos	Segundos sargentos	Primeiros cabos	Primeiros cabos serventes	Primeiros cabos conductores	Segundos cabos	Segundos cabos serventes	Segundos cabos conductores	Clarins ou corneteiros	Aprendizes de clarim ou corneteiro	Ferradores	Aprendizes de ferrador	Soldados	Soldados serventes	Soldados conductores	Material — Peças B. E. M. 7 c.	Officiaes	Praças de pret
Uma bateria da brigada de artilheria de montanha.....	1	4	-	-	-	-	1	1	-	1	1	1	1	6	-	6	6	-	6	6	2	1	2	1	-	50	40	6	5	132
Uma secção do regimento de artilheria n.º 5	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	3	-	-	3	-	-	1	-	-	-	21	-	-	-	1	30
Um esquadrão do regimento de cavallaria n.º 2, lanceiros de El-Rei.....	2	2	2	-	-	-	-	-	1	-	-	-	2	4	7	-	-	7	-	-	2	2	2	1	103	-	-	-	6	131
Secção de serviço de saude	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1
Secção da administração militar.....	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	3
Total geral.....	3	7	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	13	12	6	6	10	6	6	5	3	4	2	125	50	40	6	15	297

DOM CARLOS, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, etc. Fazemos saber a todos os nossos subditos, que as côrtes geraes decretaram e nós queremos a lei seguinte:

Artigo 1.º São approvados, para serem ratificados, a convenção commercial e de navegação, assignada entre Portugal e a Russia, a 9 de julho de 1895, o respectivo protocollo final e a declaração constante das notas trocadas na mesma data entre a secretaria d'estado nos negocios estrangeiros e a legação imperial russa.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrario.

Mandâmos, portanto, a todas as auctoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como n'ella se contém.

O ministro e secretario d'estado dos negocios estrangeiros a faça imprimir, publicar e correr. Dada no paço das Necessidades, aos 17 de abril de 1896.—EL-REI, com rubrica e guarda.—*Luiz Maria Pinto de Soveral*. — (Logar do sello grande das armas reaes.)

Carta de lei pela qual Vossa Magestade, tendo sancionado o decreto das côrtes geraes, de 27 de março de 1896, que approva a convenção commercial e de navegação, assignada em 9 de julho de 1895, o respectivo protocollo e a declaração constante das notas trocadas na mesma data entre a secretaria d'estado dos negocios estrangeiros e a legação imperial russa, manda cumprir e guardar o mesmo decreto pela fôrma supra declarada.

Para Vossa Magestade vêr.—*Joaquim Pereira de Bettencourt e Athayde* a fez.

DOM CARLOS, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, etc. Fazemos saber a todos os nossos subditos, que as côrtes geraes decretaram e nós queremos a lei seguinte:

Artigo 1.º São approvados, a fim de ser ratificados, a declaração commercial assignada em Lisboa, aos 5 de julho de 1894, entre Portugal e os Paizes Baixos, e o protocollo respectivo da mesma data.

§ unico. É igualmente approvedo, para identico fim, o accordo constante das notas diplomaticas, trocadas em Lisboa, aos 9 de fevereiro de 1895, que torna extensiva a applicação do artigo 7.º da sobredita declaração aos assumptos regulados pela convenção de 10 de junho e declaração de 1 de julho de 1893, approvadas por lei de 6 de julho do mesmo anno.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrario.

Mandâmos, portanto, a todas as auctoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como n'ella se contém.

O ministro e secretario d'estado dos negocios estrangeiros a faça imprimir, publicar e correr. Dada no paço das Necessidades, aos 17 de abril de 1896.—EL-REI, com rubrica e guarda.—*Luiz Maria Pinto de Soveral*. — (Logar do sello grande das armas reaes.)

Carta de lei pela qual Vossa Magestade, tendo sancionado o decreto das côrtes geraes de 27 de março de 1896, que approva a declaração commercial assignada aos 5 de julho de 1894, entre Portugal e os Paizes Baixos, o protocollo respectivo da mesma data, e o accordo constante das notas diplomaticas de 1 de fevereiro de 1895, manda cumprir e guardar o mesmo decreto pela fôrma supra declarada.

Para Vossa Magestade vêr.—*Joaquim Pereira de Bettencourt e Athayde* a fez.

DOM CARLOS, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, etc. Fazemos saber a todos os nossos subditos, que as côrtes geraes decretaram e nós queremos a lei seguinte:

Artigo 1.º São approvados, a fim de serem ratificados, o tratado de commercio e de navegação, assignado entre Portugal e a Noruega, em Lisboa, em 31 de dezembro de 1895, e os dois protocollos annexos ao mesmo tratado.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrario.

Mandâmos, portanto, a todas as auctoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como n'ella se contém.

O ministro e secretario d'estado dos negocios estrangeiros a faça imprimir, publicar e correr. Dada no paço das Necessidades, aos 17 de abril de 1896. — EL-REI, com rubrica e guarda. — *Luiz Maria Pinto de Soveral*. — (Logar do sello grande das armas reaes.)

Carta de lei pela qual Vossa Magestade, tendo sancionado o decreto das côrtes geraes de 27 de março de 1896, que approva o tratado de commercio e de navegação, assignado entre Portugal e a Noruega, em Lisboa, aos 31 de dezembro de 1895, e os seus dois protocollos annexos, manda cumprir e guardar o mesmo decreto pela fôrma supra declarada.

Para Vossa Magestade vêr. — *Joaquim Pereira de Bettencourt e Athayde* a fez.

DOM CARLOS I, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, d'áquem e d'além mar em Africa, Senhor de Guiné, e da conquista, navegação, commercio da Ethiopia, Arabia, Persia e da India, etc. Faço saber aos que a presente carta de confirmação e ratificação virem, que aos 9 de julho de 1895 se concluiu e assignou, pelos respectivos plenipotenciarios em Lisboa, entre mim e Sua Magestade o Imperador de todas as Russias, uma convenção commercial e de navegação, com o respectivo protocollo final e declaração constante de notas trocadas entre a secretaria d'estado dos negocios estrangeiros e a legação imperial russa, cujo teor é o seguinte:

(Tradução)

Sa Majesté le Roi de Portugal et des Algarves et Sa Majesté l'Empereur de toutes les Russies, également animés du désir de développer les relations entre les deux États, ont résolu de conclure à cet effet une convention commerciale et de navigation, et ont nommé pour leurs plenipotentiaires respectifs, savoir:

Sa Majesté le Roi de Portugal et des Algarves, le conseiller Carlos Lobo d'Avila, ministre et secrétaire d'État au département des affaires étrangères;

Sa Majesté l'Empereur de Russie, le conseiller privé Dmitri Schévitch, son envoyé extraordinaire et ministre plenipotentiaire près la cour de Sa Majesté Très-Fidèle;

Lesquels, après s'être communiqué leurs pleins pouvoirs, trouvés en bonne et due fôrme, sont convenus des articles suivants:

Sua Magestade o Rei de Portugal e dos Algarves e Sua Magestade o Imperador de todas as Russias, igualmente animados do desejo de desenvolver as relações entre os dois Estados, resolveram concluir para este fim uma convenção commercial e de navegação, e nomearam por seus plenipotenciarios respectivos, a saber:

Sua Magestade o Rei de Portugal e dos Algarves, o conselheiro Carlos Lobo d'Avila, ministro e secretario d'estado dos negocios estrangeiros;

Sua Magestade o Imperador da Russia, o conselheiro privado Dmitri Schévitch, seu enviado extraordinario e ministro plenipotenciario junto de Sua Magestade Fidelissima.

Os quaes, depois de se haverem comunicado os seus plenos poderes, achados em boa e devida fôrma, convieram nos artigos seguintes:

ARTICLE 1.^{er}

Les sujets de chacune des Hautes Parties Contractantes jouiront dans le territoire de l'autre des mêmes droits et faveurs en matière de commerce et d'industrie qui sont ou seront accordés aux sujets de toute autre nation et ne pourront être assujettis à d'autres ou plus fortes contributions, restrictions ou obligations générales ou locales que celles qui seront imposées aux nationaux.

Il est entendu, toutefois, que les stipulations qui précèdent ne dérogent en rien aux lois, ordonnances et règlements spéciaux en matière de commerce, d'industrie et de police, qui sont ou seront en vigueur dans chacun des deux pays contractants et applicables à tous les étrangers.

ARTICLE 2

Les sujets de chacune des Hautes Parties Contractantes jouiront dans le territoire de l'autre, en ce qui concerne la propriété des inventions, des marques et des modèles ou dessins industriels ou commerciaux, jusqu'à la conclusion d'une convention spéciale à ce sujet, de la même protection que les nationaux, pourvu qu'ils se conforment aux lois et règlements du pays.

ARTICLE 3

Le Portugal et la Russie se garantissent réciproquement qu'aucun autre pays ne recevra à l'avenir dans l'un des deux États contractants un traitement plus avantageux, en ce qui concerne les entrepôts, la réexportation et la navigation en général.

Toutefois, cette disposition ne portera pas sur les traités que le Portugal a conclus avec la république Sud Africaine, le 11 décembre 1875, et l'État Libre d'Orange, le 10 mars 1876, ni sur les stipulations intervenues ou qui pourront intervenir entre le Portugal et le Brésil.

ARTICLE 4

Les produits d'origine portugaise énumérés dans le tarif A. joint à la présente convention, payeront en Russie, lorsqu'ils seront importés directement, les droits fixés par le dit tarif, sauf l'application de l'article suivant.

De même les produits d'origine russe

ARTIGO 1.º

Os subditos de cada uma das Altas Partes contractantes gosarão no territorio da outra, em materia de commercio e de industria, dos mesmos direitos e favores que são ou forem concedidos aos subditos de qualquer outra nação, e não poderão estar sujeitos a outras ou mais pesadas contribuições, restricções ou obrigações geraes ou locaes que as que forem impostas aos nacionaes.

Fica, todavia, entendido que as disposições precedentes em nada derogam as leis, ordenanças e regulamentos especiaes que, em materia de commercio, de industria e de policia, vigoram ou vigorarem em cada um dos dois paizes contractantes, com applicação a todos os estrangeiros.

ARTIGO 2.º

Os subditos de cada uma das Altas Partes contractantes gosarão no territorio da outra, pelo que respeita á propriedade dos inventos, das marcas e dos modelos ou desenhos industriaes ou commerciaes, até á conclusão de uma convenção especial a este respeito, da mesma protecção que os nacionaes, comtanto que se conformem ás leis e regulamentos do paiz.

ARTIGO 3.º

Portugal e a Russia garantem se reciprocamente que nenhum outro paiz receberá de futuro, n'um dos dois Estados contractantes, tratamento mais vantajoso pelo que respeita aos entrepostos, á reexportação e á navegação em geral.

Esta disposição não se refere, porém, aos tratados que Portugal concluiu com a republica Sul-Africana, a 11 de dezembro de 1875, e o Estado livre de Orange, a 10 de março de 1876, nem ás estipulações que foram ou forem celebradas entre Portugal e o Brazil.

ARTIGO 4.º

Os productos de origem portugueza enumerados na pauta A, junta á presente convenção, pagarão na Russia, quando forem importados directamente, os direitos fixados na dita pauta, salva a applicação do artigo seguinte.

Do mesmo modo os productos de origem

énumérés dans le tarif B, joint à la présente convention, payeront en Portugal, lorsqu'ils seront importés directement, les droits fixés par le dit tarif, sauf l'application de l'article suivant.

ARTICLE 5

Les produits d'origine portugaise énumérés dans le tarif A et la table A, joints à la présente convention, ne payeront pas en Russie, lorsqu'il seront importés directement, d'autres ni plus forts droits que ceux que payeront les produits similaires de toute autres provenance, soit que ces droits frappent l'importation, soit qu'ils frappent la consommation, et qu'ils soient perçus par l'État ou par les administrations locales.

De même les produits d'origine russe énumérés dans le tarif B et la table B, joints à la présente convention, ne payeront pas en Portugal, lorsqu'ils seront importés directement, d'autres ni plus forts droits que ceux que payeront les produits similaires de toute autre provenance, soit que ces droits frappent l'importation, soit qu'ils frappent la consommation, et qu'ils soient perçus par l'État ou par les administrations locales.

ARTICLE 6

Les prescriptions de l'article précédent ne s'appliquent pas :

1 Aux faveurs ayant le caractère de privilèges que le Portugal a accordés ou accordera à l'Espagne et au Brésil;

2 Aux faveurs actuellement accordés ou qui pourraient être accordées ultérieurement aux Etats limitrophes, pour faciliter le trafic local d'une zone frontière s'étendant jusqu'à 15 kilomètres de largeur;

3 Aux faveurs actuellement accordées ou qui pourraient être accordées ultérieurement, relativement à l'importation ou à l'exportation, aux habitants du gouvernement d'Arkhangel, ainsi que pour les côtes septentrionales et orientales de la Russie d'Asie (Sibérie).

Il est bien entendu en outre que les dispositions des articles précédents ne s'appliquent ni aux stipulations spéciales contenues dans le traité passé entre la Russie et la Suède et la Norvège le 25 avril (6 mai) 1838, ni à celles qui sont ou seront relatives au commerce de la Russie avec les États et pays limitrophes de l'Asie, et que ces stipulations ne pourront dans aucun cas être invoquées pour modifier les relations de commerce et de navigation

russe enumerados na pauta B, junta á presente convenção, pagarão em Portugal, quando forem importados directamente, os direitos fixados na dita pauta, salva a applicação do artigo seguinte.

ARTIGO 5.º

Os productos de origem portugueza enumerados na pauta A e na tabella A, juntas á presente convenção, não pagarão na Russia, quando forem importados directamente, outros nem maiores direitos que os que pagarem os productos similares de qualquer outra procedencia quer esses direitos incidam sobre a importação, quer sobre o consumo, e quer sejam arrecadados pelo Estado, quer pelas administrações locais.

Do mesmo modo os productos de origem russa enumerados na pauta B e na tabella B, juntas á presente convenção, não pagarão em Portugal, quando forem importados directamente, outros nem maiores direitos que os que pagarem os productos similares de qualquer outra procedencia, quer esses direitos incidam sobre a importação, quer sobre o consumo, e quer sejam arrecadados pelo Estado, quer pelas administrações locais.

ARTIGO 6.º

As prescripções do artigo precedente não se applicam :

1.º Aos favores, com caracter de privilegios, que Portugal, concedeu, ou conceder, á Hespanha ou ao Brazil;

2.º Aos favores actualmente concedidos ou que ulteriormente puderem ser concedidos aos estados limitrophes, para facilitar o trafico local de uma zona fronteiriça, cuja largura se estenda até 15 kilometros;

3.º Aos favores actualmente concedidos, ou que ulteriormente puderem ser concedidos, relativamente á importação ou á exportação, aos habitantes do governo de Arkhangel, bem como pelo que se refere ás costas septentrionaes e orientaes da Russia asiatica (Siberia).

Fica, além d'isso, entendido que as disposições dos artigos precedentes se não applicam, nem ás estipulações especiaes contidas no tratado concluido entre a Russia e a Suecia e Noruega, a 25 de abril (6 de maio) de 1838, nem ás que são ou forem relativas ao commercio da Russia com os Estados e paizes limitrophes da Asia, e que essas estipulações não poderão, em caso algum, ser invocadas para modificar as relações de commercio e de navegação

établies entre les deux Parties Contractantes par la présente convention.

ARTICLE 7

Les manifestes remis à la douane du pays importateur devront contenir la déclaration de l'origine des marchandises.

Pour la preuve de cette origine les Hautes Parties Contractantes se réservent la faculté d'exiger ou des certificats délivrés par l'autorité locale du port de départ, ou tout simplement les factures, les uns et les autres documents devant être visés par le fonctionnaire consulaire compétent. Les dits certificats seront délivrés gratis, et le droit de chancellerie pour le visa consulaire n'excédera point 900 réis, ou 1 rouble 25 copeks or.

ARTICLE 8

L'importation directe, à laquelle se rapportent les articles 4 et 5, consiste, en ce qui concerne le commerce maritime, dans l'embarquement des marchandises dans un port de l'une des Hautes Parties Contractantes, et dans leur débarquement, durant le même voyage, dans un port de l'autre Partie Contractante, quelle que soit la nationalité du navire, et bien que celui-ci aborde, comme escale ou en relâche, un port d'une tierce puissance. Elle est démontrée par le manifeste et les connaissements. En ce qui concerne le commerce terrestre, sera censée directe l'importation qui s'effectuera en transit par les voies ferrées.

ARTICLE 9

Est assimilée à l'importation directe l'importation sous connaissement direct (*through bill of lading*) ou lettre de voiture, quand bien même les marchandises spécifiés sur les dits connaissements et lettres de voiture auraient été transbordées ou déposées dans les entrepôts de transit des ports d'une tierce puissance, ou seraient parvenues à ces ports par une voie ferrée. Dans tous les cas ci-dessus il sera exigé le certificat d'origine.

ARTICLE 10

Les deux gouvernements s'engagent à s'entendre, dans un délai plus ou moins rapproché, sur la conclusion d'un nouveau traité de commerce destiné à remplacer celui du 16/28 février 1851, qui a été dénoncé.

estabelecidas entre as duas Partes contratantes pela presente convenção.

ARTIGO 7.º

Os manifestos entregues á alfandega do paiz importador deverão conter a declaração da origem das mercadorias.

Para prova d'essa origem reservam se as Altas Partes contratantes a faculdade de exigir, ou certificados expedidos pela autoridade local do porto de partida, ou simplesmente as facturas, devendo uns e outros documentos ser visados pelo funcionario consular competente. Os ditos certificados serão expedidos gratis, e o emolumento do visto consular não excederá 900 réis, ou 1 rublo e 25 copecks (oiro).

ARTIGO 8.º

A importação directa, a que se referem os artigos 4.º e 5.º, consiste, pelo que respeita ao commercio maritimo, no embarque das mercadorias n'um porto de uma das Altas Partes contractantes, e no seu desembarque, durante a mesma viagem, n'um porto da outra Parte contractante, qualquer que seja a nacionalidade do navio, e ainda que este toque, por escala ou arribada, em porto de terceira Potencia. E' comprovada pelo manifesto e conhecimentos. Pelo que respeita ao commercio terrestre, considerar-se-ha directa a importação que se effectuar em transito pelas vias ferreas.

ARTIGO 9.º

E' assimilada á importação directa a importação sob conhecimento directo (*through bill of lading*) ou carta de porte, ainda quando as mercadorias especificadas no dito conhecimento ou carta de porte tenham sido trasbordadas ou depositadas nos entrepostos de transito dos portos de terceira Potencia, ou tenham chegado a esses portos pela via ferrea. Em todos estes casos será exigido o certificado de origem.

ARTIGO 10.º

Os dois governos promettem reciprocamente entender-se, n'um praso mais ou menos proximo, para a conclusão de novo tratado de commercio, destinado a substituir o de 16 (28) de fevereiro de 1851, que foi denunciado.

ARTICLE 11

La présente convention sera exécutoire pour le Portugal dans la métropole et aux îles adjacentes (Madeira, Porto Santo e Açores).

Elle entrera en vigueur sept jours après l'échange des ratifications et restera obligatoire pendant cinq années.

Dans le cas où aucune des Hautes Parties Contractantes n'aurait notifié à l'autre, douze mois avant l'échéance du terme sus-indiqué, son intention de faire cesser les effets de la présente convention, celle-ci demeurera obligatoire pour une période égale de cinq années, et, à l'expiration de ce dernier terme et à défaut de dénonciation, elle sera prorogée pour des périodes successives d'une année.

En foi de quoi les plénipotentiaires respectifs l'ont signée et y ont apposé leurs cachets.

Fait en double expédition, à Lisbonne, le 9 juillet 1895.

(L. S.) *Carlos Lobo d'Avila.*
(L. S.) *Dmitri Schévitch.*

ARTIGO 11.º

A presente convenção será executória para Portugal na metropole e nas ilhas adjacentes (Madeira, Porto Santo e Açores).

Entrará em vigor sete dias depois da troca das ratificações, e continuará obrigatória durante cinco annos.

No caso de nenhuma das Altas Partes contratantes haver notificado á outra, doze mezes antes de findar o praso acima indicado, a sua intenção de fazer cessar os effeitos da presente convenção, esta permanecerá obrigatória durante igual periodo de cinco annos, findo o qual, na falta de denunciação, será prorogada por successivos periodos de um anno.

Em firmeza do que, os plenipotenciarios respectivos a assignaram e lhe appozeram os seus sinetes.

Feita em duplicado, em Lisboa, a 9 de julho de 1895.

(L. S.) *Carlos Lobo d'Avila.*
(L. S.) *Dmitri Schévitch.*

(TARIF A)

Droits à l'entrée en Russie

Tarif russe du 11 juin 1891	Marchandises	Unité	Droits	
			Roubles	Copecks
Ex 58	Liège non ouvré.....	Poud	—	10
60	Liège ouvré:			
	— Demi-ouvré (en plaques, cubes, etc.).....	»	1	60
	— Liège ouvré.....	»	2	40

Carlos Lobo d'Avila.
Dmitri Schévitch.

(TARIF B)

Droits à l'entrée en Portugal

Tarif portugais du 17 juin 1892	Marchandises	Unité	Droit — Réis
Ex 31	Peaux ou cuirs, tannés.....	kil.	\$240
32	Peaux ou cuirs corroyés, maroquinés et maroquins.....	»	\$480
Ex 33	Peaux ou cuirs corroyés de veau, teints ou noircis.....	»	\$360
	Peaux ou cuirs corroyés, vernis, lisses ou grenés.....	»	\$400
42	Douves.....	ad val.	$\frac{1}{2}$ 0/0
44	Cercles en bois pour futailles.....	»	$\frac{1}{2}$ 0/0
58	Lin et chanvre en masse.....	kil.	\$005
62	Bois ordinaire, en poutres, poutrelles et planches de plus de 75 millimètres d'épaisseur et d'au moins 25 centimètres de largeur.....	m. cub.	1\$200
63	Bois ordinaire, scié en planches ou feuilles de plus de 35 millimètres d'épaisseur sans dépasser 75 millimètres.....	»	2\$500
84	Goudron et brai minéral.....	tonne	\$010
97	Huiles minérales légères pour l'éclairage (densité de 0,780 jusqu'à 0,820; point d'ignition de 37° jusqu'à 49°).....	litre	\$046
98	Huiles minérales moyennes (densité au-dessus de 0,820 jusqu'à 0,860; point d'ignition de 50° jusqu'à 150°).....	kil.	\$052
344	Thé.....	»	\$900
348	Morne de toute sorte.....	»	\$034
367	Fromages.....	»	\$220
590	Bougies de tout genre pour éclairage, à l'exception des bougies où prédomine la paraffine.....	»	\$090

Carlos Lobo d'Avila.
Dmitri Schévitch.

(PAUTA A)

Direitos de entrada na Russia

Pauta russa de 11 de junho de 1891	Mercadorias	Unidade	Direitos	
			Rublos	Copeks
Ex 58	Cortiça em bruto.....	Pud	-	10
60	Cortiça em obra :			
	— Meio laborada (em pranchas, cubos, etc.).....	"	1	60
	— Cortiça em obra.....	"	2	40

Carlos Lobo d'Avila.
Dmitri Schévitch.

(PAUTA B)

Direitos de entrada em Portugal

Pauta portu- guesa de 17 de junho de 1892	Mercadorias	Unidades	Direitos	
			Réis	
Ex 31	Pelles ou couros, atados	Kilog.		\$240
32	Pelles ou couros cortidos, amarrados e marroquins.	"		\$480
Ex 33	Pelles ou couros cortidos de vitella, tintos ou engraixados.	"		\$360
	Pelles ou couros cortidos, envernizados, lisos ou frisados.	"		\$400
42	Aduellas.	Ad valorem	$\frac{1}{2} \frac{0}{0}$	
44	Areos de madeira para vasilhame.	"	$\frac{1}{2} \frac{0}{0}$	
58	Linho e canhamo em rama	Kilog.		\$005
62	Madeira ordinaria em vigas, vigotas e pranchas de espessura superior a 75 millímetros e largura minima de 25 centímetros.....	Metro cub.		1\$200
63	Madeira ordinaria, serrada em tábuas ou folhas de espessura superior a 35 millímetros até 75 millímetros inclusive.....	"		2\$500
84	Alcatrão e breu mineral.	Tonelada		\$010
97	Oleos minerais leves, proprios para iluminação (densidade de 0,780 a 0,820; ponto de ignição de 37° a 49°).	Litro		\$046
98	Oleos minerais médios (densidade superior a 0,820 até 0,860; ponto de ignição de 50° a 150°)	Kilog.		\$052
344	Chá	"		\$900
348	Bacalhau em qualquer estado	"		\$034
367	Queijos.....	"		\$220
590	Vélas de qualquer qualidade para iluminação, exceptuadas as vélas em que predomine a parafina.....	"		\$090

Carlos Lobo d'Avila.
Dmitri Schévitch.

(TABLE A)

Produits portugais qui à leur entrée en Russie jouiront du traitement de la nation la plus favorisée

Tarif russe du 11 juin 1891	Marchandises
Ex 5	Légumes communs non préparés, oignon et ail en gousses.
6	Fruits et baies : Fruits et baies frais, salés, trempés, et autres de toute espèce, excepté ceux spécialement dénommés. Oranges douces, citrons et oranges amères, frais. Écorces de citrons, d'oranges, d'oranges amères, séchées ou en saumure. Raisins frais,
Ex 7	Fruits et baies secs de toute espèce, tels que pruneaux, figues, dattes, raisins secs et autres, non sucrés.
Ex 11	Noix et noisettes : Châtaignes et noix de coco. Amandes avec ou sans coques.
Ex 13	Olives vertes et noires, légumes, fruits et autres aliments de toute espèce, à l'huile, au vinaï- gre, ou autrement préparés (en conserves), importés en récipients de verre, de terre cuite, de fer blanc ou autres hermétiquement fermés, excepté ceux spécialement dénommés.
Ex 18	Café brut en fèves.
Ex 19	Cacao en fèves et écale de cacao brut.
Ex 24	Produits de confiserie : Confitures, fruits au rhum, en liqueurs, au cognac, en sirop et en jus. Marmelade sans sucre.
28	Vins : De toute espèce, en fûts et barils. Non mousseux en bouteilles. Mousseux de toute espèce.
33	Sel de cuisine de toute espèce.
Ex 37	Poisson : Mariué, à l'huile. Salé, et fumé de toute espèce, excepté les harengs.
Ex 38	Huîtres et homards.
Ex 52	Cire d'abeille et cire végétale de toute espèce.
54	Cuir non travaillés ou peaux bruts, excepté les pelleteries, cuir de poissons et d'amphibies : Secs et salés à sec. Salés humides.
Ex 87	Caoutchouc et gutta-percha à l'état brut.
Ex 117	Huiles végétales : Huiles grasses (huiles d'olives, d'arachides, de sésame et de jatropha curcas). Huile de coco et de palme.
207	Dentelles, broderies, entre-deux : Dentelles de toute sorte faites à la main, dentelles de soie faites à la machine (blondes), broderies et entre deux de soie. Dentelles faites à la machine (garnitures), excepté celles de soie, broderies et entre-deux, excepté ceux de soie.

Carlos Lobo d'Avila.

Dmitri Schévitch.

(TABELLA A)

Productos portuguezes que na sua entrada na Russia gosarão do tratamento da nação mais favorecida

Pauta russa de 11 de junho de 1891	Mercadorias
Ex 5	Legumes communs não preparados, cebola e alho em casca
6	Fructas e bagas:
	Fructas e bagas frescas, salgadas, de calda sem assucar, e outras de qualquer especie, excepto as especialmente mencionadas
	Laranjas doces, limões e laranjas amargas, frescas.
	Casca de limões, de laranjas, de laranjas amargas, seccas ou em salmoura.
	Uvas frescas.
Ex 7	Fructas e bagas seccas de qualquer especie, taes como ameixas, figos, tamaras, uvas passadas e outras, não assucaradas.
Ex 11	Nozes e avellãs:
	Castanhas e côcos.
	Amendoas com ou sem casca.
Ex 13	Azeitonas verdes e pretas, legumes, fructas e outros alimentos de qualquer especie, em azeite, em vinagre, ou de outro modo preparados (em conservas), importados em recipientes de vidro, de louça de barro, de folha de Flandres, ou outros hermeticamente fechados, excepto os especialmente mencionados.
Ex 18	Café bruto em grão.
Ex 19	Cacau em grão e casca de cacau em bruto.
Ex 24	Productos de confeitaria:
	Doces de fructa, fructas em aguardente, em licores, em cognac, em xarope e em sumo.
	Marmelada sem assucar.
28	Vinhos:
	De qualquer especie, em cascos e barris.
	Não espumosos, em garrafas.
	Espumosos de qualquer especie.
33	Sal de cozinha, de qualquer especie.
Ex 37	Peixe:
	De escabeche, em azeite.
	Salgado, e fumado de qualquer especie, excepto arenques.
Ex 38	Ostras e lagostas.
Ex 52	Cera de abelha e cera vegetal de qualquer especie.
54	Couros não preparados, ou pelles em bruto, excepto pellame; couro de peixes e de amphibios:
	Sêccos e salgados em sêcco;
	Salgados humidos.
Ex 87	Caoutchouc e gutta-percha em bruto.
Ex 117	Oleos vegetaes:
	Oleos gordos (azeite de oliveira, oleo de amendoim, de gergelim e de purgueira).
	Oleo de côco e de palma.
207	Rendas, bordados, entremeios:
	Rendas de qualquer especie feitas á mão, rendas de seda feitas á machina (<i>blondes</i>), bordados e entremeios de seda.
	Rendas feitas á machina (<i>garnitures</i>), excepto as de seda, bordados e entremeios, excepto os de seda.

Carlos Lobo d'Avila.
Dmitri Schévitch.

(TABLE B)

Produits russes qui à leur entrée en Portugal jouiront du traitement de la nation la plus favorisée

Tarif portu- gais du 17 juin 1892	Marchandises
26	Huiles et graisses animales (excepté la graisse de porc, le saindoux et la margarine).
33	Peaux ou cuirs corroyés, non spécifiés.
45	Solives, soliveaux, traverses et planches.
50	Malt et levûre.
53	Étoupes en masse et produits similaires provenant de filaments analogues au lin.
57	Bois à brûler.
59	Lin et chanvre séchés.
60	Bois brut pour ébénistes.
61	Bois en feuilles pour ébénisterie.
64	Bois ordinaire, scié, en planches ou feuilles depuis 15 jusqu'à 35 millimètres d'épaisseur.
65	Bois ordinaire, scié, en planches ou feuilles de moins de 15 millimètres d'épaisseur.
66	Bois de mâture pour navires.
80	Graines oléagineuses, non dénommées, y compris le mancarra et le coprah (pulpe de coco).
97	Huiles minérales légères pour l'éclairage.
99	Huiles minérales lourdes pour le graissage de machines; substances fossiles, ainsi que leurs produits non dénommés.
260	Fil de lin ou de chanvre, simple, écreu, n° 1 à 50.
261	Fil de lin ou de chanvre, simple, écreu, n° 51 et au delà.
262	Fil de lin ou de chanvre, simple, apprêté ou blanchi, n° 1 à 50.
263	Fil de lin ou de chanvre, simple, apprêté ou blanchi, n° 51 et au delà.
264	Fil de lin ou de chanvre, simple, teint ou imprimé, n° 1 à 50.
265	Fil de lin ou de chanvre, simple, teint ou imprimé, n° 51 et au delà.
266	Fil de lin ou de chanvre, simple, retors, écreu, blanchi ou teint.
267	Fil pour tissu grossier jusqu'au n° 12, d'étoupe de lin ou de chanvre, simple, ou mélangé à d'autres filaments végétaux non dénommés, filé à sec, écreu.
268	Le même, blanchi ou crémé.
269	Le même, teint ou imprimé.
274	Toile d'emballage et grosse toile, teintes ou imprimées.
283	Toiles, demi-toiles, coutils et noyales pour voiles.
298	Futre en feuilles, écreu ou blanchi, pour être imprimé ou teint.
315	Eaux-de-vie et alcool, simples, en fûts ou en dames-jeannes.
316	Eaux-de-vie et alcool, simples, en bouteilles, cruchons ou contenants semblables.
317	Boissons alcooliques non dénommées.
323	Céréales en grains, non dénommées.
325	Farine de céréales, excepté celle de froment.
326	Maïs en grains.
327	Froment en grains.
337	Fèves.
351	Poisson non dénommé, salé, pressé ou fumé.
354	Saindoux et graisse.
362	Beurre naturel.
365	Oeufs.
440	Caoutchouc et gutta-percha, en objets manufacturés, non dénommés.
547	Cordages, câbles, amarres et cordes (excepté celles en métal): ficelle, cordonnet et fil à voiles, merlin, ligne pour sondes, etc.

Carlos Lobo d'Avila.
Dmitri Schévitch.

(TABELLA B)

Produtos russos que na sua entrada em Portugal gosarão do tratamento da nação mais favorecida

Punta
portu-
guezia
de 17
de junho
de 1892

Mercadorias

26	Óleos e gorduras animais (excepto banha, unto e margarina).
33	Pelles ou couros cortidos, não especificados.
43	Barrotes, barrotes, paus e ripas.
50	Cevada germinada e levadura.
53	Estopas em rama e productos comparaveis provenientes de filamentos similares ao linho.
57	Lenha.
59	Linho e canhamo sedados.
60	Madeira em bruto para marcenaria.
61	Madeira em folhas para marcenaria.
64	Madeira ordinaria, serrada, em tabuas ou folhas de 15 millimetros de espessura até 35.
65	Madeira ordinaria, serrada, em tabuas ou folhas de espessura inferior a 15 millimetros.
66	Madeira para mastreação de embarcações.
80	Sementes oleosas, não especificadas, incluindo mancarra e copra.
97	Óleos minerais leves proprios para iluminação.
99	Óleos minerais pesados para lubrificação de machinas; substancias fósseis e seus productos não especificados.
260	Fio de linho ou canhamo simples, crú, n.º 1 a 50.
261	Fio de linho ou canhamo simples, crú, n.º 51 para cima.
262	Fio de linho ou canhamo simples, curado ou branqueado, n.º 1 a 50.
263	Fio de linho ou canhamo simples, curado ou branqueado, n.º 51 para cima.
264	Fio de linho ou canhamo simples, tinto ou estampado, n.º 1 a 50.
265	Fio de linho ou canhamo simples, tinto ou estampado, n.º 51 para cima.
266	Fio de linho ou canhamo torcido crú, branqueado ou tinto.
267	Fio para grossarias até n.º 12, de estopa de linho, canhamo simples ou associado a outros filamentos vegetaes não especificados — flagão a secco — crú.
268	Fio para grossarias até n.º 12, de estopa de linho, canhamo simples ou associado a outros filamentos vegetaes não especificados — flagão a secco — branqueado ou cremado.
269	Fio para grossarias até n.º 12, de estopa de linho, canhamo simples ou associado a outros filamentos vegetaes não especificados — flagão a secco — tinto ou estampado.
274	Canhamagos ou grossarias, tintos ou estampados.
283	Lonas, meias lonas, brins e brinções para vélas de embarcações.
298	Felto em pasta, crú ou branqueado, para estampar ou tingir.
313	Aguardente e alcool, simples, em cascos ou garrações
316	Aguardente e alcool, simples, em garrafas, botijas e vasos similhantes.
317	Bebidas alcoolicas não especificadas.
323	Cereaes em grão não especificados.
325	Farinha de outros cereaes, que não o trigo.
326	Milho em grão.
327	Trigo em grão.
337	Favas.
351	Peixe não especificado, salgado, prensado ou fumado.
354	Banha e unto.
362	Manteiga natural.
365	Ovos
440	Caoutchouc e gutta-percha em obra, não especificada.
547	Corame, cabos, amarras e cordas (excepto as de metal), corde, fios de carreira, e de vela, merlim, morraço e sondarezas.

Carlos Lobo d'Avila.
Dmitri Schewitch.

Protocole final

Au moment de procéder à la signature de la convention de commerce et de navigation, conclue ce jour à Lisbonne entre le Portugal et la Russie, les soussignés sont convenus de ce qui suit:

1^o Il est entendu que la prescription du dernier alinéa de l'article 5 du règlement du commerce maritime pour l'exécution du traité du 27 mars 1893, entre le Portugal et l'Espagne, n'est pas comprise dans le traitement de la nation la plus favorisée, stipulé dans l'article 3 de la convention susdite.

2^o Les dispositions des articles 7 et 8 de la convention concernant les manifestes du navire seront applicables aux déclarations de chargement ou autres documents qui, suivant les règlements du pays importateur, doivent remplacer les manifestes.

3^o Pour ce qui concerne la table A et le tarif B, annexés à la convention, il est arrêté que dans le cas où le gouvernement russe augmenterait dans l'avenir les droits d'entrée actuellement en vigueur sur les vins contenant plus de 16 pour cent d'alcool, le gouvernement portugais pourra augmenter proportionnellement les droits d'entrée sur le pétrole.

Le présent protocole fera partie intégrante de la convention à laquelle il se rapporte, les deux actes devant être ratifiés dans un seul et même instrument.

Fait en double expédition à Lisbonne, le 9 juillet 1895.

(L. S.) *Carlos Lobo d'Avila.*

(L. S.) *Dmitri Schévitch.*

Lisbonne, le 9 juillet 1895. — Monsieur le ministre. — Le gouvernement impérial de Russie ayant décidé l'assimilation du tarif douanier du grand-duché de Finlande au tarif douanier de l'empire, déclare que son intention est de ne procéder que graduellement à la majoration du premier de ces tarifs, le tarif finlandais ne devant être définitivement assimilé au tarif russe que vers la fin de 1905.

Le gouvernement impérial, désireux d'écartier toute incertitude à ce sujet, qui ne saurait être avantageuse au développement des relations commerciales extérieures, croit devoir établir dès à présent les principaux termes pour la majoration graduelle du tarif finlandais.

Protocollo final

No acto de proceder á assignatura da convenção de commercio e de navegação, concluída n'esta data, em Lisboa, entre Portugal e a Russia, concordaram os abaixo assignados no seguinte:

1.^o Fica entendido que a prescrição da ultima alinea do artigo 5.^o do regulamento do commercio marítimo para execução do tratado de 27 de março de 1893, entre Portugal e Hespanha, se não inclue no tratamento da nação mais favorecida, estipulado no artigo 3.^o da sobre dita convenção;

2.^o As disposições dos artigos 7.^o e 8.^o da convenção, concernentes aos manifestos do navio, serão applicaveis ás declarações de carga ou outros documentos que, segundo os regulamentos do paiz importador, devam substituir os manifestos.

3.^o Pelo que respeita á tabella A e á pauta B, annexas á convenção, estipula-se que, no caso de o governo russo augmentar no futuro os direitos de entrada actualmente em vigor para os vinhos contendo mais de 16 por cento de alcool, o governo portuguez poderá augmentar proporcionalmente os direitos de entrada do petroleo.

O presente protocollo fará parte integrante da convenção a que se refere, devendo os dois actos ser ratificados n'um só e mesmo instrumento.

Feito em duplicado, em Lisboa, a 9 de julho de 1895.

(L. S.) *Carlos Lobo d'Avila.*

(L. S.) *Dmitri Schévitch.*

Lisboa, 9 de julho de 1895. — Sr. ministro. — O governo imperial da Russia, tendo decidido igualar a pauta aduaneira do grão-ducado da Finlandia á pauta aduaneira do imperio, declara que é sua intenção proceder gradualmente á elevação da primeira d'estas pautas, não devendo a pauta finlandeza ser definitivamente igualada á pauta russa senão pelos fins de 1905.

O governo imperial, desejando remover a tal respeito toda a incerteza, que não poderia ser vantajosa ao desenvolvimento das relações commerciaes exteriores, crê dever estabelecer desde já os principaes termos para a elevação gradual da pauta finlandeza.

Le gouvernement impérial de Russie déclare, à cet effet, qu'il n'est pas dans son intention de procéder à cette majoration avant le $\frac{19}{31}$ décembre de l'année 1898; à partir de cette date le tarif finlandais pourra être majoré de 50 pour cent des différences qui existeront entre les taux des tarifs russe et finlandais; dès le $\frac{18}{31}$ décembre 1901 une nouvelle majoration de 25 pour cent des dites différences pourra avoir lieu; à partir du $\frac{18}{31}$ décembre 1903, le gouvernement impérial de Russie se réserve une pleine et entière liberté d'action quant à l'assimilation définitive du tarif douanier du grand-duché de Finlande au tarif douanier de l'empire.

Toutefois, les stipulations précitées, réglant le mode de majoration graduelle du tarif finlandais, ne privent pas les autorités compétentes du grand-duché de Finlande du droit d'introduire dans le dit tarif des changements partiels, motivés par les besoins locaux du commerce et de l'industrie.

Il est bien entendu que l'effet de la convention commerciale du $\frac{27 \text{ juin}}{9 \text{ juillet}}$ 1895 entre la Russie et le Portugal avec les dispositions du protocole final qui fait partie intégrante de la convention, s'étendra au grand-duché de Finlande en tout ce qui lui est applicable.

Veuillez agréer, monsieur le ministre, l'assurance de ma plus haute considération.

Son excellence monsieur Lobo d'Avila.
= *Schévitch*.

Lisbonne, le 9 juillet 1895. — Monsieur le ministre. — Par la note que votre excellence a eu la bonté de m'adresser sous la date d'aujourd'hui, vous avez bien voulu me faire part des conditions suivantes, établies par votre gouvernement par rapport à l'assimilation du tarif douanier du grand-duché de Finlande au tarif de l'empire russe.

D'après votre note, le gouvernement impérial de Russie est disposé à ne pas procéder à la majoration du tarif finlandais avant le $\frac{19}{31}$ décembre de l'année 1898.

A partir de cette date le gouvernement impérial de Russie se réserve de majorer le dit tarif de 50 pour cent des différences qui existeront entre les taux des tarifs russe et finlandais, et d'introduire, dès le $\frac{18}{31}$ décembre 1901, une nouvelle majoration de 25 pour cent des dites différences.

Para este effeito, declara o governo imperial que não é sua intenção proceder a essa elevação antes de 19 (31) de dezembro do anno de 1898; a partir d'esta data poderá a pauta finlandeza ser alteada de 50 por cento das diferenças que existirem entre as taxas das pautas russa e finlandeza; depois de 18 (31) de dezembro de 1901 poderá realizar-se uma nova elevação de 25 por cento das ditas diferenças; a partir de 18 (31) de dezembro de 1903, reserva-se o governo imperial inteira liberdade de acção quanto á equiparação definitiva da pauta aduaneira do grão-ducado de Finlandia á pauta aduaneira do imperio.

Todavia, as estipulações acima expostas, reguladoras do modo de elevação gradual da pauta finlandeza, não privam as competentes auctoridades do grão-ducado de Finlandia do direito de introduzir na dita pauta modificações parciaes, motivadas pelas necessidades locais do commercio e da industria.

Fica entendido que os effeitos da convenção commercial de 27 de junho (9 de julho) de 1895 entre a Russia e Portugal, com as disposições do protocollo final que faz parte integrante da mesma convenção, serão extensivos ao grão-ducado da Finlandia, em tudo quanto lhe fôr applicavel.

Queira acceitar, senhor ministro, a segurança da minha mais alta consideração.

A sua excellencia o senhor Lobo d'Avila. = *Schévitch*.

Lisboa, 9 de julho de 1895. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Pela nota que v. ex.^a me fez a honra de me dirigir em data de hoje, serviu-se v. ex.^a dar-me conhecimento das condições seguintes, estabelecidas pelo seu governo relativamente á assimilação da pauta aduaneira do grão-ducado de Finlandia á pauta do imperio da Russia.

Segundo a nota de v. ex.^a, o governo imperial da Russia está disposto a não proceder á elevação da pauta finlandeza antes de 19 (31) de dezembro de 1898. A partir d'esta data o governo imperial da Russia reserva-se elevar a dita pauta de 50 por cento das diferenças que existirem entre as taxas das pautas russa e finlandeza, e introduzir desde 18 (31) de dezembro de 1901 um novo augmento de 25 por cento das referidas diferenças.

Nonobstant les stipulations qui précèdent, le gouvernement impérial de Russie, en se gardant une pleine et entière liberté d'action quant à l'assimilation définitive du tarif douanier du grand-duché de Finlande au tarif de l'empire russe à partir du $\frac{18}{31}$ décembre 1903, croit devoir réserver aux autorités compétentes du grand-duché de Finlande le droit d'introduire dans le dit tarif des changements partiels motivés par les besoins locaux du commerce et de l'industrie.

En outre, la note de votre excellence constate que le gouvernement impérial de Russie consent à ce que l'effet de la convention commerciale et de navigation conclue à la date d'aujourd'hui entre le Portugal et la Russie, avec les dispositions du protocole final, qui fait partie intégrante de la convention, s'étendra au grand-duché de Finlande en tout ce qui lui est applicable.

Je m'empresse de prendre acte de ces déclarations contenues dans votre note précitée.

Je saisis l'occasion pour vous renouveler, monsieur le ministre, l'assurance de ma haute considération. — Mr. D. Schévitch. — *Lobo d'Avila*.

E sendo-me presente a mesma convenção, respectivo protocollo final e declaração constante das notas trocadas entre a secretaria d'estado dos negocios estrangeiros e a legação imperial russa, cujo teor fica acima inserido, bem visto, considerado e examinado por mim tudo o que n'elles se contém, e tendo sido approvados pelas côrtes geraes, os ratifico e confirmo, assim no todo como em cada uma das suas partes, clausulas e estipulações, e, pela presente, os dou por firmes e válidos para haverem de produzir os seus effectos, promettendo observal-os e cumpril-os inviolavelmente e fazel-os cumprir e observar por qualquer modo que possa ser.

Em testemunho e firmeza do sobredito fiz passar a presente carta, por mim assignada, passada com o sêllo grande das minhas armas e referendada pelo ministro e secretario d'estado abaixo assignado.

Dada no paço das Necessidades, aos 17 de abril de 1896. — (L. S.) — EL-REI, com rubrica e guarda. — *Luiz de Soveral*.

(As ratificações foram trocadas em Lisboa, a 21 de abril de 1896.)

Não obstante as estipulações precedentes, o governo imperial da Russia, reservando-se plena e inteira liberdade de acção quanto á assimilação definitiva da pauta aduaneira do grão ducado de Finlandia á pauta do imperio russo, a partir de 18 (31) de dezembro de 1903, julga dever manter ás auctoridades competentes do grão-ducado de Finlandia o direito de introduzir na dita pauta alterações parciaes motivadas pelas necessidades locais do commercio e da industria.

Além d'isso, a nota de v. ex.^a consigna o accordo do governo imperial da Russia no sentido de o effeito da convenção commercial e de navegação concluida n'esta data entre Portugal e a Russia, com as disposições do protocollo final que faz parte integrante da mesma convenção, se tornar extensivo ao grão-ducado de Finlandia em tudo o que lhe é applicavel.

Apresso-me a registar estas declarações contidas na referida nota de v. ex.^a

Aproveito esta occasião para reiterar a v. ex.^a os protestos da minha alta consideração. — Sr. D. Schévitch. — *Lobo d'Avila*.

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Tendo a *West African Telegraph Company* reclamado perante o governo contra o lançamento da contribuição industrial, que lhe tem sido feito n'essa provincia pela exploração das suas estações, e tendo esta reclamação sido apreciada pelas respectivas repartições e pela junta consultiva do ultramar, mandou s. ex.^a o ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar ouvir, sobre a legitimidade do pedido da companhia, a procuradoria geral da corôa e fazenda, a qual foi de parecer que, sendo a *West African Telegraph* uma companhia subsidiada pelo governo de Sua Magestade, porque a garantia de um numero maximo de palavras transmittidas, pagando o governo a differença entre o numero que tiver sido transmittido e esse limite, constitue

um verdadeiro subsidio, o mesmo ex.^{mo} ministro conformou-se com esse parecer, por despacho lançado no respectivo processo; o que me encarrega de comunicar a v. ex.^a a fim de que se sirva ordenar a annullação dos lançamentos de contribuição referidos á companhia reclamante e restituir as verbas que porventura têm sido pagas em deposito até que a reclamação fôsse resolvida.

Deus guarde a v. ex.^a Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, 17 de abril de 1896. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. conselheiro governador geral da provincia de Angola. = O director geral, *Francisco J. da Costa e Silva*.

DOM CARLOS, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves d'áquem e d'álmê mar, em Africa Senhor da Guiné, e da conquista, navegação, commercio da Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, etc. Faço saber aos que a presente carta de confirmação e ratificação virem, que aos 5 dias do mez de julho de 1894 se concluiu e assignou pelos respectivos plenipotenciarios em Lisboa, entre mim e Sua Magestade a Rainha Regente dos Paizes Baixos, uma declaração commercial e respectivo protocollo, bem como o accordo constante das notas trocadas em 9 de fevereiro de 1895, diplomas cujo teor é o seguinte:

(Traducção)

Déclaration

En attendant la conclusion d'un traité de commerce et de navigation entre le Portugal et les Pays-Bas établi sur des bases plus amples, le gouvernement de Sa Majesté le Roi de Portugal et des Algarves et le gouvernement de Sa Majesté la Reine des Pays-Bas sont convenus de la déclaration suivante:

ARTICLE I

Les produits du sol et de l'industrie des Pays-Bas, mentionnés dans le tarif ci-joint (annexe A), importés directement, payeront en Portugal et aux îles de Madère, de Porto Santo et des Açores les droits fixés par ledit tarif, tous droits additionnels compris.

ARTICLE II

Les produits du sol et de l'industrie des Pays-Bas, indiqués par le tableau ci-joint (annexe B), importés directement en Portugal et aux îles de Madère, de Porto Santo et des Açores, ne seront pas assujettis à des droits autres ni plus élevés, de quelque dénomination que ce soit, que les produits similaires d'une autre nation étrangère.

ARTICLE III

Les produits du sol et de l'industrie du Portugal, des îles de Madère, de Porto Santo et des Açores, importés directement dans les Pays-Bas, n'y seront pas assujettis à des droits autres ni plus élevés, de

Declaração

Emquanto se não conclue, entre Portugal e os Paizes Baixos, um tratado de commercio e navegação sobre bases mais amplas, o governo de Sua Magestade o Rei de Portugal e dos Algarves e o governo de Sua Magestade a Rainha dos Paizes Baixos convêm na declaração seguinte:

ARTIGO I

Os productos do solo e da industria dos Paizes Baixos, mencionados na pauta junta (annexo A), importados directamente, pagarão em Portugal e nas ilhas da Madeira, Porto Santo e Açores os direitos fixados na dita pauta, ficando isentos de quaesquer additionaes.

ARTIGO II

Os productos do solo e da industria dos Paizes Baixos, indicados na tabella junta (annexo B), importados directamente, não serão sujeitos em Portugal e nas ilhas da Madeira, Porto Santo e Açores a outros ou mais elevados direitos, de qualquer denominação, do que os productos similares de outra nação estrangeira.

ARTIGO III

Os productos do solo e da industria de Portugal, das ilhas da Madeira, Porto Santo e Açores, importados directamente, não serão sujeitos nos Paizes Baixos a outros ou mais elevados direitos, de qualquer deno-

quelque dénomination que ce soit, que les produits similaires d'une autre nation étrangère.

ARTICLE IV

Pour ce qui concerne l'importation indirecte, le transit, l'exportation, la réexportation et la navigation, les deux gouvernements se garantissent réciproquement le traitement de la nation étrangère la plus favorisée.

ARTICLE V

Pour le cas où le gouvernement portugais accorderait en termes généraux à un pays tiers le traitement de la nation la plus favorisée en matière de commerce, ce traitement sera du fait même et sans autre stipulation applicable aux Pays-Bas.

ARTICLE VI

Les concessions que le Portugal a accordées ou accordera à l'Espagne et au Brésil ne pourront être réclamées par les Pays-Bas comme conséquence de la présente déclaration, mais il est entendu que si le Portugal concédait à quelque autre État le partage des faveurs, qu'il aurait accordées à l'Espagne ou au Brésil, les Pays-Bas jouiraient des mêmes faveurs.

ARTICLE VII

Toutes questions ou tous différends sur l'interprétation ou l'exécution de la présente déclaration, et de même toute autre question qui pourrait surgir entre les deux pays, pourvu qu'elle ne touche ni à leur indépendance ni à leur autonomie, s'ils ne peuvent être réglés à l'amiable, seront soumis au jugement de deux arbitres, dont un sera nommé par chacun des deux gouvernements. En cas de différence d'opinion entre les deux arbitres, ceux-ci désigneront de commun accord un troisième qui décidera.

ARTICLE VIII

Cette déclaration restera exécutoire pendant une année après l'échange des ratifications et continuera à être en vigueur jusqu'à l'expiration d'une année à partir du jour où l'un des deux gouvernements l'aura dénoncée.

Le Portugal se réserve la faculté de dénoncer cette déclaration et d'en faire cesser les effets trois mois après, si la limite

minação, do que os productos similares de outra nação estrangeira.

ARTIGO IV

Pelo que respeita á importação indirecta, ao transit, á exportação, á reexportação e á navegação, os dois governos garantem-se reciprocamente o tratamento da nação estrangeira mais favorecida.

ARTIGO V

No caso de o governo portuguez conceder em termos geraes a um terceiro paiz o tratamento da nação mais favorecida em materia de commercio, este tratamento, será, *ipso facto*, e sem dependencia de nova estipulação, applicavel aos Paizes Baixos.

ARTIGO VI

As concessões que Portugal outorgou ou outorgar á Hespanha e ao Brazil não poderão ser reclamadas pelos Paizes Baixos como consequencia da presente declaração; mas fica entendido que, se Portugal conceder a algum outro Estado participação nos favores por elle outorgados á Hespanha ou ao Brazil, os Paizes-Baixos gozarão dos mesmos favores.

ARTIGO VII

Todas as questões ou desacordos sobre a interpretação ou execução da presente declaração, bem como qualquer outra questão que possa surgir entre os dois paizes, comtanto que não interesse nem á sua independencia, nem á sua autonomia, se não poderão ser regulados amigavelmente, serão submettidos ao julgamento de dois arbitros, nomeados cada qual por cada um dos dois governos. No caso de divergencia de opinião entre os dois arbitros, estes designarão de commum accordo um terceiro, que decidirá.

ARTIGO VIII

Esta declaração vigorara durante um anno depois da troca das ratificações e continuará em vigor até á expiração de um anno, a contar do dia em que um dos dois governos a tiver denunciado.

Portugal reserva-se a faculdade de denunciar esta declaração e de fazer cessar os seus effeitos tres mezes depois, se o

actuelle de la force alcoolique des vins importés dans les Pays-Bas était abaissée au détriment des vins portugais, ou si ces vins y étaient frappés par des droits d'octroi ou de consommation plus forts que les vins de même nature nationaux ou de tout autre origine, à moins que le gouvernement portugais n'eût consenti à pareil abaissement ou traitement différentiel de la part d'un gouvernement tiers, sans dénoncer la convention de commerce qui le lierait avec ce pays.

Les Pays-Bas font les mêmes réserves pour le cas où le gouvernement portugais traiterait le commerce ou la navigation des Pays-Bas dans les colonies portugaises sur un pied moins favorable que ceux d'un tiers pays.

La déclaration sera soumise dans le plus bref délai à l'approbation de la législature des deux pays, et l'échange des ratifications aura lieu à la Haye aussitôt que faire se pourra.

En foi de quoi les plénipotentiaires, dûment autorisés, ont signé la présente déclaration et y ont apposé leurs cachets.

Faite en double expédition à Lisbonne, le 5 juillet 1894.

(L. S.) *Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro.*
(L. S.) *Carel van Heeckeren.*

Annexe A

Produits du sol et de l'industrie des Pays-Bas qui, en outre qu'ils bénéficieront du traitement de la nation étrangère la plus favorisée, ne payeront à leur importation en Portugal, aux îles de Madère de Porto Santo et des Azores des droits autres ni plus élevés que les droits réduits ou consolidés qui suivent, tous droits additionnels compris :

Articles	Par kilogramme Réis
Ex 273 Damassés de jute	1\$000
275 Toile d'emballage et grosse toile de jute	150
276 Toile d'emballage et grosse toile de lin ou de jute mêlé de lin ou de chanvre	180
Ex 288 Tissus de jute non dénom- més, écrus ou blanchis	650
Ex 291 Sacs en toile d'emballage ou en grosse toile de jute	225

limite actual da força alcoolica dos vinhos importados nos Paizes-Baixos fôr baixado em detrimento dos vinhos portuguezes, ou se estes vinhos ali forem onerados com direitos de barreira ou de consumo mais elevados do que os vinhos nacionaes ou de qualquer outra origem, a menos que o governo portuguez não tenha consentido em semelhante abaixamento ou tratamento differencial da parte de terceiro governo, sem denunciar a convenção commercial que o ligasse com o respectivo paiz.

Os Paizes-Baixos fazem as mesmas reservas para o caso de o governo portuguez tratar o commercio ou navegação dos Paizes-Baixos nas colonias portuguezas de modo menos favoravel que os de terceiro paiz.

A declaração será submettida no mais breve praso á approvação dos poderes legislativos de ambos os paizes, e a troca das ratificações effectuar-se-ha na Haya logo que fôr possivel.

Em firmeza do que, os dois plenipotentciarios, devidamente auctorisados, assignaram a presente declaração e lhe appozeram os seus sellos.

Feita em duplicado em Lisboa, aos 5 de julho de 1894.

(L. S.) *Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro.*
(L. S.) *Carel van Heeckeren.*

Annexo A

Productos do solo e da industria dos Paizes Baixos que, além de gosarem do tratamento da nação estrangeira mais favorecida, não pagarão, na sua importação em Portugal e nas ilhas da Madeira, Porto Santo e Açores, outros ou mais elevados direitos do que os reduzidos ou consolidados seguintes, aos quaes não poderão accrescer adicionaes alguns :

Artigos	Por kilogramma Réis
Ex 273 Adamascados de juta	1\$000
275 Canhamãos e grossarias de juta	\$150
276 Canhamãos e grossarias de linho ou de juta, con- tendo linho ou canhamo	\$180
Ex 288 Tecidos de juta não espe- cificados, crus ou bran- queados	\$650
Ex 291 Saccos de canhamão ou de grossaria de juta	\$225

339 Sucre raffiné par la méthode portugaise, et sucre au-dessus du type 20 de l'échelle hollandaise.....	145
340 Sucre non dénommé....	120
367 Fromages.....	200
477 Étain ouvré....	200
Ex 477 Capsules en étain pour bouteilles.....	160
Ex 577 Pippes en terre ou en craie sans ornements ni incrustations d'autre matière.....	80
590 Bougies de tout genre pour l'éclairage, à l'exception de bougies contenant de la paraffine.....	90

Fait en double expédition à Lisbonne, le 5 juillet 1894.

Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro.
Carel van Heeckeren.

Annexe B

Les produits compris dans les articles suivants du tarif portugais actuel des droits d'importation (loi du 10 mai 1892 et décret du 17 juin 1892) ne pourront pas être assujettis à leur importation directe des Pays-Bas en Portugal, aux îles de Madère, de Porto Santo et des Açores, à des droits d'entrée autres ni plus élevés que les produits similaires d'origine ou de manufacture d'un autre pays.

Les numéros:
3, 4, 5, 7, 8, 9, 11 et 12;
Le numéro 14 et les numéros suivants jusqu'au numéro 24 inclusivement;
Le numéro 26 et les numéros suivants jusqu'au numéro 38 inclusivement;
Le numéro 40 et les numéros suivants jusqu'au numéro 48 inclusivement;
Le numéro 50;
Le numéro 53 et les numéros suivants jusqu'au numéro 56 inclusivement;
Le numéro 58 et les numéros suivants jusqu'au numéro 86 inclusivement;
Les numéros 88, 91, 94, 95 et 96;
Le numéro 100 et les numéros suivants jusqu'au numéro 118 inclusivement;
Le numéro 121 et les numéros suivants jusqu'au numéro 125 inclusivement;
Le numéro 127 et les numéros suivants jusqu'au numéro 176 inclusivement;
Le numéro 179 et les numéros suivants jusqu'au numéro 348 inclusivement;

339 Assucar areado pelo systema portuguez e o superior ao typo 20 da escala hollandeza....	\$145
340 Assucar não especificado.	\$120
367 Queijos.....	\$200
447 Estanho em obra....	\$200
Ex 477 Capsulas de estanho para garrafas.....	\$160
Ex 577 Cachimbos de barro ou de gesso sem ornamentações ou incrustações de outra materia.....	\$080
590 Vêlas de qualquer qualidade para illuminação, á excepção das que contiverem parafina.....	\$090

Feito em duplicado em Lisboa, aos 5 de julho de 1894.

Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro.
Carel van Heeckeren.

Annexo B

Os productos comprehendidos nos seguintes artigos da actual pauta portugueza dos direitos de importação (lei de 10 de maio e decreto de 17 de junho de 1892) não poderão estar sujeitos, na sua importação directa dos Paizes Baixos em Portugal, ilhas da Madeira, Porto Santo e Açores, a outros ou mais elevados direitos do que os productos similares de origem ou de manufactura de outro paiz.

Numeros dos artigos:
Os n.^{os} 3, 4, 5, 7, 8, 9, 11 e 12.
O n.^o 14 e os numeros seguintes até o n.^o 24 inclusivé;
O n.^o 26 e os numeros seguintes até o n.^o 38 inclusivé;
O n.^o 40 e os numeros seguintes até o n.^o 48 inclusivé;
O n.^o 50;
O n.^o 53 e os numeros seguintes até o n.^o 56 inclusivé;
O n.^o 58 e os numeros seguintes até o n.^o 86 inclusivé;
Os n.^{os} 88, 91, 94, 95 e 96;
O n.^o 100 e os numeros seguintes até o n.^o 118 inclusivé;
O n.^o 121 e os numeros seguintes até o n.^o 125 inclusivé;
O n.^o 127 e os numeros seguintes até o n.^o 176 inclusivé;
O n.^o 179 e os numeros seguintes até o n.^o 348 inclusivé;

Les numéros 350 et 351;

Le numéro 354 et les numéros suivants jusqu'au numéro 367 inclusivement;

Le numéro 369 et les numéros suivants jusqu'au numéro 429 inclusivement;

Le numéro 431 et les numéros suivants jusqu'au numéro 434 inclusivement;

Les numéros 436, 437, 438, 440, 441 et 442;

Le numéro 444 et les numéros suivants jusqu'au numéro 489 inclusivement;

Le numéro 491;

Le numéro 493 et les numéros suivants jusqu'au numéro 517 inclusivement;

Le numéro 519 et les numéros suivants jusqu'au numéro 558 inclusivement;

Les numéros 563, 564 et 565;

Le numéro 567 et les numéros suivants jusqu'au numéro 587 inclusivement;

Les numéros 590, 591 et 592.

Os n.ºs 350 e 351;

O n.º 354 e os numeros seguintes até o n.º 367 inclusivé;

O n.º 369 e os numeros seguintes até o n.º 429 inclusivé;

O n.º 431 e os numeros seguintes até o n.º 434 inclusivé;

Os n.ºs 436, 437, 438, 440, 441 e 442;

O n.º 444 e os numeros seguintes até o n.º 489 inclusivé;

O n.º 491;

O n.º 493 e os numeros seguintes até o n.º 517 inclusivé;

O n.º 519 e os numeros seguintes até o n.º 558 inclusivé;

Os n.ºs 563, 564 e 565;

O n.º 567 e os numeros seguintes até o n.º 587 inclusivé; e

Os n.ºs 590, 591 e 592.

Fait en double expédition à Lisbonne, le 5 juillet 1894.

Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro.
Carel van Heeckeren.

Protocolo

Au moment de procéder à la signature de la déclaration conclue à la date de ce jour entre le Portugal et les Pays-Bas, les plénipotentiaires soussignés ont dressé le protocole suivant:

a) Les mots «*produits du sol et de l'industrie*» insérés aux articles I, II et III doivent être entendus en ce sens, qu'ils s'appliquent non seulement aux produits de la métropole, mais également aux produits des colonies respectives exportés de la métropole.

b) Les dispositions de l'article IV ne s'appliquent pas aux faveurs par rapport à la navigation consignées dans les traités du Portugal avec la République Sud Africaine et l'État Libre d'Orange.

c) Les deux gouvernements, se réservant toute liberté d'action au sujet du règlement ultérieur de leurs relations coloniales (en dehors de ce qui a été établi par rapport à leurs possessions dans l'archipel et Timor e Solor), conviennent cependant dès maintenant de ne placer ni les établissements commerciaux de l'un des deux pays qui se trouvent déjà établis dans les colonies de l'autre, ni les entreprises de navigation de l'un des deux pays qui se trouvent déjà en relations avec les colonies de l'autre, dans une position moins favorable que ceux d'un tiers pays.

Feito em duplicado em Lisboa, aos 5 de julho de 1894.

Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro.
Carel van Heeckeren.

Protocollo

No momento de proceder á assignatura da declaração concluida n'esta data entre Portugal e os Paizes-Baixos, os plenipotentciarios abaixo assignados lavraram o protocollo seguinte:

a) As palavras «*productos do solo e da industria*», insertas nos artigos I, II e III, devem ser entendidas no sentido de se applicarem, não só aos productos da metropole, como tambem aos productos das colonias respectivas exportados da metropole.

b) As disposições do artigo IV não se applicam aos favores, relativos á navegação, consignados nos tratados de Portugal com a republica Sul-Africana e o Estado Livre de Orange.

c) Os dois governos, reservando se inteira liberdade de acção a respeito da regulção ulterior das suas relações coloniaes (salvo o estabelecido com referencia ás suas possessões no archipelago de Timor e Solor), convém, comtudo, desde já, em não collocar, nem os estabelecimentos commerciaes, nem as empresas de navegação de um dos dois paizes, já existentes nas colonias do outro ou em relação com estas, em posição menos favoravel que os estabelecimentos ou empresas de terceiro paiz.

d) Le présent protocole, qui sera ratifié en même temps que la déclaration susmentionnée, sera considéré comme faisant partie intégrante de cette déclaration et aura même force, valeur et durée.

Fait en double expédition à Lisbonne, le 5 juillet 1894.

(L. S.) *Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro.*
(L. S.) *Carel van Heeckeren.*

d) O presente protocollo, que será ratificado ao mesmo tempo que a declaração supramencionada, será considerado como fazendo parte integrante d'ella, e terá a mesma força, valor e duração.

Feito em duplicado, aos 5 de julho de 1894.

(L. S.) *Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro.*
(L. S.) *Carel van Heeckeren.*

Lisbonne, le 9 février 1895.—Monsieur le ministre.— En admettant le principe d'arbitrage dans nos deux dernières conventions du 10 juin 1893 et du 5 juillet 1894, nous avons adopté deux règles différentes par rapport à la composition des commissions d'arbitrage.

Bien que les dispositions de notre déclaration commerciale du 5 juillet dernier ne dérogent point aux principes de la convention du 10 juin 1893, ni à ceux de la déclaration du 1.^{er} juillet 1893 conclue à Lisbonne dans le but de régler les relations coloniales de nos deux pays dans l'archipel de Timor et Solor, le gouvernement royal propose d'établir, dès maintenant, que toute commission d'arbitres à laquelle il y aurait lieu d'avoir recours pendant la durée de la convention commerciale du 5 juillet dernier et en vertu des stipulations de la convention du 10 juin 1893 ou de la déclaration du 1.^{er} juillet 1893 susmentionnées, sera composée de deux arbitres qui en cas de différence d'opinion désigneront de commun accord un troisième qui décidera.

Or, il est bien entendu que les dispositions de l'article 7 de la convention susindiquée du 10 juin 1893, qui se rapportent plus particulièrement à la composition de la commission d'arbitres, rentreront en pleine vigueur aussitôt que la déclaration commerciale du 5 juillet dernier cessera ses effets.

En priant votre excellence de bien vouloir me faire savoir si le gouvernement de Sa Majesté Très Fidèle se rallie à cette proposition, je saisis cette occasion de réitérer à votre excellence les assurances de ma haute considération.— Son excellence mr. Carlos Lobo d'Avila, ministre des affaires étrangères de Sa Majesté Très Fidèle.— *Carel van Heeckeren.*

Lisbonne, le 9 février 1895.—Monsieur le ministre.— Par une note en date d'aujourd'hui vous avez bien voulu me soumettre une proposition de votre gouvernement

Lisboa, 9 de fevereiro de 1895.—Sr. ministro.— Admittindo o principio de arbitragem nas nossas duas ultimas convenções de 10 de junho de 1893 e de 5 de julho de 1894, adoptámos duas regras diferentes relativamente á composição das commissões arbitraes.

Bem que as disposições da nossa declaração commercial de 5 de julho ultimo não deroguem os principios da convenção de 10 de junho de 1893 nem os da declaração de 1 de julho do mesmo anno, concluidas em Lisboa com o fim de regular as relações colonias dos nossos dois paizes no archipelago de Timor e Solor, propõe o governo real estabelecer-se, desde já, que toda e qualquer commissão de arbitros, a que haja de recorrer-se durante o vigor da convenção commercial de 5 de julho ultimo, e em virtude das estipulações da convenção de 10 de junho ou da declaração de 1 de julho de 1893, supramencionadas, será composta de dois arbitros, que, em caso de divergencia de opinião, designarão de commun accordo um terceiro, que decidirá.

Fica entendido que as disposições do artigo 7.^o da alludida convenção de 10 de junho de 1893, que se referem mais particularmente á composição da commissão de arbitros, recobrarão pleno vigor logo que cessarem os efeitos da declaração commercial de 5 de julho ultimo.

Rogando a v. ex.^a queira fazer-me saber se o governo de Sua Magestade Fidelissima concorda com esta proposta, aproveito a occasião para reiterar a v. ex.^a os protestos da minha alta consideração.— A s. ex.^a o sr. Carlos Lobo d'Avila, ministro dos negocios estrangeiros de Sua Magestade Fidelissima.— *Carel van Heeckeren.*

Lisboa, 9 de fevereiro de 1895.—Sr. ministro.— Em nota datada de hoje, serviu-se v. ex.^a submeter ao meu exame uma proposta do seu governo, com refe-

par rapport à la composition de la commission d'arbitrage en vertu des dernières conventions conclues entre le Portugal et les Pays Bas.

Bien que les dispositions de notre déclaration commerciale du 5 juillet dernier ne dérogent point aux principes de la convention du 10 juin 1893 ni à ceux de la déclaration du 1^{er} juillet 1893, conclues à Lisbonne dans le but de régler les relations coloniales de nos deux pays dans l'archipel de Timor et Solor, le gouvernement de Sa Majesté Très Fidèle consent à établir, dès maintenant, que toute commission d'arbitres à laquelle il y aurait lieu d'avoir recours pendant la durée de la convention commerciale du 5 juillet dernier et en vertu des stipulations de la convention du 10 juin 1893, ou de la déclaration du 1^{er} juillet 1893, susmentionnées, sera composée de deux arbitres qui en cas de différence d'opinion désigneront de commun accord un troisième qui décidera.

Il est bien entendu que les dispositions de l'article 7 de la convention susindiquée du 10 juin 1893, qui se rapportent plus particulièrement à la composition de la commission d'arbitres, rentreront en pleine vigueur aussitôt que la déclaration commerciale du 5 juillet dernier cessera ses effets.

Je saisis cette occasion pour vous renouveler l'assurance de ma considération la plus distinguée. — Monsieur le baron Heeckeren de Kell. = *Lobo d'Avila*.

E, sendo-me presente a mesma declaração, respectivo protocollo e notas, cujo teor fica acima inserido, bem visto, considerado e examinado por mim tudo o que n'elles se contém, e tendo sido approvados pelas côrtes geraes, os ratifico e confirmo, assim no todo como em cada uma das suas partes, clausulas e estipulações, e pela presente os dou por firmes e válidos para haverem de produzir os seus devidos efeitos, prometendo observal-os e cumpril-os invariavelmente e fazel-os cumprir e observar por qualquer modo que possa ser.

Em testemunho e firmeza do sobredito, fiz passar a presente carta, por mim assignada, expedida com o sello grande das minhas armas, e referendada pelo ministro e secretario d'estado abaixo assignado.

Dada no paço das Necessidades, aos 20 de abril de 1896. — (L. S.) = EL-REI, com rubrica e guarda. = *Luiz de Soveral*.

As ratificações foram trocadas em Haya a 22 de maio, estipulando-se na respectiva acta que a declaração entre em vigor a 8 de junho de 1896.

rencia á composição da commissão de arbitragem por effeito das ultimas convenções concluidas entre Portugal e os Paizes Baixos.

Comquanto as disposições da nossa declaração commercial de 5 de julho ultimo não deroguem os principios da convenção de 10 de junho de 1893, nem os da declaração de 1 de julho do mesmo anno, concluidas em Lisboa com o fim de regular as relações coloniaes de ambos os paizes no archipelago de Timor e Solor, concorda o governo de Sua Magestade Fidelissima em se estabelecer, desde já, que toda e qualquer commissão arbitral a que se tenha de recorrer durante o vigor da convenção commercial de 5 de julho ultimo, e em virtude das estipulações da convenção de 10 de junho, ou da declaração de 1 de julho de 1893, supra mencionadas, será composta de dois arbitros que, no caso de divergencia de opinião, designarão de commun accordo um terceiro, que decidirá.

Fica entendido que as disposições do artigo 7.^o da citada convenção de 10 de junho de 1893, que se referem mais particularmente á composição da commissão de arbitros, recobrarão pleno vigor logo que cessarem os effeitos da declaração commercial de 5 de julho ultimo.

Aproveito a occasião para reiterar a v. ex.^a os protestos da minha mais distincta consideração. — Sr. barão Heeckeren de Kell. = *Lobo d'Avila*.

III.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Encarrega-me s. ex.^a o ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar de dizer a v. ex.^a que, por despacho de 10 do corrente, foi auctorizada a companhia dos caminhos de ferro atravez da Africa a abrir á exploração

os 8 kilometros do caminho de ferro de Ambaca, em seguida ao kilometro 300, sem subsidio algum, não tendo o governo interferencia nas tarifas senão como elemento de ordem e policia, visto não dar subsidio, mas que se deve manter a fiscalisação devida para garantia do publico.

Deus guarde a v. ex.^a — Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 21 de abril de 1896. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. governador geral da provincia de Angola. = O director geral, *Francisco J. da Costa e Silva*.

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Convindo haver n'esta secretaria d'estado conhecimento exacto das rêdes telegraphicas e telephonicas existentes n'essa provincia, bem como do pessoal n'ellas empregado, determina s. ex.^a o ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar que v. ex.^a se digne ordenar ao inspector dos telegraphos, que confeccione mappas segundo os modelos juntos, referidos a 31 de março ultimo, os quaes devem ser enviados a esta secretaria com a possivel brevidade.

Identicos mappas devem ser enviados a esta secretaria, referidos a 30 de junho e 31 de dezembro de cada anno.

É conveniente que os mappas referidos a 31 de março ultimo venham acompanhados de planta onde estejam indicadas as directrizes das diversas rêdes.

Deus guarde a v. ex.^a — Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, 22 de abril de 1896. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. governador geral da provincia de Angola. = Pelo director geral, *Tito Augusto de Carvalho*.

Rede telephonica em exploração em toda a provincia

Estações	Distancias entre as estações	Distancias á origem	Data da abertura da estação	Observações

Pessoal telegraphico existente

Nomes	Categorias	Data da nomeação	Data da posse	Estações ou localidade onde serve	Observações

Rede telegraphica em exploração em toda a provincia

Estações	Distancia entre as estações	Distancia da origem	Data da abertura da estação	Observações

Linhas telegraphicas em construcção

Pontos extremos e intermédios	Distancias	Extensão da parte já construida	Data do começo da construcção	Tempo provavel para a conclusão	Pessoal necessario para a exploração	Observações

Linhas telegraphicas projectadas

Pontos extremos e intermédios	Distancias approximadas	Observações

(CIRCULAR).—III.^{mo} e ex.^{mo} sr.—Tendo sido dirigidos a s. ex.^a o ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar, por algumas auctoridades das provincias ultramarinas, diversos telegrammas officiaes versando sobre assumptos de contestavel urgencia, ou redigidos sem a concisão que, na linguagem telegraphica, se deve sempre ter em vista, e até, por vezes, dando ou instando por inuteis e duplicados esclarecimentos, encarrega-me o mesmo ex.^{mo} ministro de recomendar muito instantemente a v. ex.^a se sirva providenciar para que, na expedição de quaesquer telegrammas officiaes, todas as auctoridades d'essa provincia, zelando rigorosamente como lhes cumpre, os interesses da fazenda publica, se limitem ás urgencias reconhecidas do serviço e sejam sempre tão concisas quanto, sem prejuizo da indispensavel clareza, o permita o assumpto de que tenham de tratar.

Igualmente quer o mesmo ex.^{mo} ministro que eu chame a attenção de v. ex.^a para a conveniencia de determinar que todos os telegrammas, tanto recebidos como expedidos, sejam devidamente registados nas repartições competentes para se evitarem extravios e duplicações.

Deus guarde a v. ex.^a—Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 22 de abril de 1896.—III.^{mo} e ex.^{mo} sr. governador da provincia de S. Thomé e Príncipe.

O director geral, *Francisco J. da Costa e Silva*.

Hei por bem determinar que sejam postas em vigor no ultramar as disposições relativas a distinctivos, honras, continencias, visitas e salvas, na parte applicavel, estatuidas na ordenança geral da armada, approvada por decreto de 5 de março de 1896.

O ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 23 de abril de 1896.—REI.—*Jacinto Candido da Silva*.

Convindo harmonisar as disposições que regulam o serviço de pharóes nas provincias ultramarinas com as que vigoram no continente do reino e ilhas adjacentes: hei por bem ordenar que seja posto em vigor no ultramar, na parte applicavel, o regulamento e instrucções para o serviço dos pharóes, approvado por decreto de 21 de novembro de 1895.

O ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 23 de abril de 1896.—REI.—*Jacinto Candido da Silva*.

Regulamento e instrucções a que se refere o decreto supra

Convindo reunir-n'um só documento as disposições que regulam o serviço de pharóes do continente e ilhas adjacentes, adaptando-as ás necessidades actuaes, segundo a conveniencia dos serviços e da navegação, e ampliando-as no intuito de attender ás indicações praticas e aos melhoramentos realisados modernamente nos systemas eapparelhos illuminatorios, e tendo em vista definir em termos claros e rigorosos não só os serviços propriamente profissionaes dos pharoleiros, como tambem a sua responsabilidade no exercicio dos seus importantes deveres: hei por bem approvar o regulamento e instrucções annexas, que d'este decreto faz parte e baixa assignado pelo secretario do conselho do almirantado.

O ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, 21 de novembro de 1895.—REI.—*Jos. Bento Ferreira de Almeida*.

Regulamento para o serviço dos pharões

CAPITULO I

Serviço de pharões e seu pessoal

Artigo 1.º A 6.ª repartição do conselho do almirantado compete, pela 3.ª secção, a direcção, estudo, informação, expediente e inspecção de todos os assumptos relativos ao serviço de pharões, pharoleiros, marcas, balizas, boias, e signaes de nevoeiro.

§ unico. O chefe da repartição e chefe da 3.ª secção são, respectivamente, o inspector e director dos serviços de pharões e seu pessoal.

Art. 2.º Para os effeitos da disciplina, vigilancia e fiscalisação, o pessoal dos pharões é tambem directamente subordinado aos chefes dos departamentos maritimos e capitães dos portos da sua respectiva área.

Art. 3.º No serviço de pharões são attribuições dos chefes dos departamentos, além das que têm os capitães dos portos:

1.º Remetter ao conselho do almirantado, pela 6.ª repartição, todos os mappas, escla-recimentos e informações que sobre o serviço e pessoal de pharões e balizagem lhes forem enviadas pelos capitães dos portos, ou que, por qualquer via, cheguem ao seu conheci-mento;

2.º Remetter mensalmente ao conselho do almirantado, pela 4.ª repartição, devida-mente visadas e acompanhadas dos respectivos documentos, as requisições de fundos para as despesas com o pessoal, expediente, aluguer de embarcações e transporte de material para o serviço dos pharões;

3.º Conceder licenças até oito dias aos pharoleiros, sem prejuizo do serviço.

Art. 4.º Aos capitães dos portos compete:

1.º Propôr os melhoramentos que julgar convenientes ao serviço da illuminação e ba-lizagem da costa e portos da respectiva capitania;

2.º Tomar conhecimento das queixas ou reclamações sobre o serviço dos pharões e fazer as indagações necessarias para as esclarecer, dando de tudo conhecimento ao chefe do departamento;

3.º Vigiar e impedir, por si e pelos seus subordinados, que na costa se não accendam luzes particulares, que possam ser confundidas com pharões;

4.º Informar os requerimentos em que se solicite auctorisação para o estabelecimento de luzes ou quaesquer marcas maritimas para uso particular, pronunciando-se sobre as vantagens ou inconvenientes d'essas luzes ou marcas e sobre a idoneidade dos requerentes;

5.º Exigir dos constructores de obras, que possam directa ou indirectamente influir na navegação, a conveniente balizagem e illuminação d'essas obras, devendo para isso formular um projecto, de accordo com o constructor, que enviará ao conselho do almi-rantado para ser devidamente sancionado;

6.º Visitar de surpresa os pharões a qualquer hora do dia ou da noite, podendo exigir do respectivo pessoal todos os esclarecimentos que julgar convenientes a bem do serviço, consignando no mappa A as observações que se lhe offerecer;

7.º Prestar todas as informações sobre os serviços de pharões, boias, marcas e ba-lizas;

8.º Vigiar, na área da sua jurisdicção, pelo exacto cumprimento das prescripções d'este regulamento e instrucções;

9.º Dar conhecimento ao chefe do departamento das occorrencias extraordinarias no serviço de pharões e balizas;

10.º Receber e fazer seguir ao seu destino todo o material e combustivel que lhe fôr enviado pelo conselho do almirantado para serviço dos pharões da sua respectiva área;

11.º Remetter ao chefe do departamento:

Annualmente, as informações do pessoal (modelo I).

Mensalmente, o mappa da effectividade do pessoal de pharões (modelo G);

Requisição de fundos para pagamento dos vencimentos ao pessoal de pharões, despe-sas de expediente, aluguer de embarcações e transporte de material para serviço dos mesmos;

a) Para este fim procederá de fôrma identica á adoptada para pagamento do pessoal e despesas da sua capitania, devendo receber do chefe dos pharões as relações processadas

para os vencimentos do mez, e fazendo-as acompanhar de uma requisição de fundos igual na importancia á totalidade das relações de pagamento e mais despesas ;

b) Quando, por conveniencia de serviço, se dêr alguma transferencia do pessoal de pharóes, os capitães dos portos farão directamente ás empresas as requisições para transporte em caminhos de ferro ou em vapores subsidiados pelo Estado ;

c) A importancia de ajudas de custo e abonos para transporte em estrada ordinaria (artigo 31.º) será requisitada, em especial, pela capitania do porto em cuja área o pharoleiro estiver servindo, á qual será immediatamente enviada ;

d) Esta importancia será entregue ao pharoleiro adiantadamente ;

e) Pelo que diz respeito ás despesas com o transporte de material e combustivel para os pharóes, os capitães dos portos procederão de fórmula identica ao que fica estabelecido na alinea b) ;

12.º Chamar ao serviço os supranumerarios por sua iniciativa, quando urgente necessidade de serviço a isso os obrigue, dando immediatamente conta d'este facto ;

a) Para este fim devem existir, nos departamentos e capitancias, relações dos supranumerarios residentes nas suas respectivas áreas, com as convenientes indicações de morada, para serem rapidamente encontrados ;

13.º Conceder até tres dias de licença aos pharoleiros, sem prejuizo do serviço ;

14.º Propôr a transferencia de pharoleiros de um para outro pharol, dentro da área da sua jurisdicção, segundo as conveniencias do serviço e justificando esta proposta ;

15.º Transferir de um para outro pharol da sua área, em casos extraordinarios e muito urgentes, os pharoleiros necessarios para substituir os que se acharem occasionalmente impossibilitados, dando immediatamente conta d'este facto ;

16.º Participar todas as faltas, abusos e irregularidades praticados pelo pessoal de pharóes, que cheguem ao seu conhecimento ;

17.º Reprehender os pharoleiros verbalmente, ou em nota, e suspendel-os, a título provisorio, em casos muito graves, dando immediatamente parte circunstanciada do occorrido ao chefe do departamento ;

18.º Propôr castigos e recompensas a estes empregados, fundamentando as suas propostas ;

19.º Informar os requerimentos dos candidatos a pharoleiros supranumerarios ;

20.º Receber, dentro do praso de trinta dias, a apresentação dos pharoleiros supranumerarios, nomeados para a respectiva área, participando ao chefe do departamento a data da apresentação ;

21.º Providenciar, em casos urgentes, como julgar mais conveniente, de modo que, sob pretexto algum, deixem os pharóes de funcionar regularmente ;

22.º Vigiar pelo exacto cumprimento das instrucções sobre o systema uniforme de balizagem, approvadas pela portaria de 19 de agosto de 1895.

Art. 5.º O quadro dos pharoleiros compõe-se de :

10 primeiros pharoleiros ;

20 segundos pharoleiros ;

50 pharoleiros auxiliares.

§ 1.º Os logares d'este quadro são de serventia vitalicia.

§ 2.º O accendimento de novos pharóes ou o estabelecimento de novos signaes de nevoeiro, justifica o augmento d'este quadro, devendo, n'este caso, o conselho do almirantado propôr no orçamento annual a verba necessaria para o accrescimento de despesa.

§ 3.º Em cada pharol electrico, e nos que tenham signal de nevoeiro de 1.ª classe, deve ser chefe do pharol um conductor de machinas de 1.ª classe do corpo de marinheiros da armada.

Art. 6.º Além do quadro haverá, para coadjuvarem o serviço de pharóes, até vinte e quatro pharoleiros ajudantes do sexo feminino das familias dos pharoleiros, e pharoleiros supranumerarios em numero sufficiente para occorrerem ás necessidades do serviço em cada departamento maritimo, de modo que haja, pelo menos, um supranumerario para cada grupo de tres pharoleiros em serviço na área da respectiva capitania ou delegação.

Art. 7.º A admissão do pessoal de pharóes tem logar na classe de pharoleiro supranumerario.

§ 1.º Os pharoleiros supranumerarios são exclusivamente destinados a substituir os pharoleiros do quadro, doentes ou ausentes por qualquer motivo.

§ 2.º Só em caso de força maior, por falta absoluta de pessoal do quadro, ou por virtude de funcionarem novos pharões, poderão os supranumerarios ser empregados permanentemente.

Art. 8.º Os logares de pharoleiros supranumerarios serão providos por concurso documental préviamente annuciado no *Diario do governo*, nas capitánias e delegações.

O candidato deverá, no praso de trinta dias, apresentar na capitania do porto em que deseje ser admittido como supranumerario um requerimento escripto pelo proprio punho, e devidamente reconhecido e instruido com os documentos que próvem:

- 1.º Ser portuguez;
- 2.º Não ter menos de vinte e um nem mais de trinta e cinco annos de idade;
- 3.º Ter aptidão physica para o serviço que pretende desempenhar;
- 4.º Estar isento do serviço militar;
- 5.º Ter bom comportamento moral e civil.
- 6.º Saber ler, escrever, e as quatro operações sobre inteiros e decimaes.

§ 1.º Os documentos a que se refere este artigo são:

- 1.º Certidão de idade;
- 2.º Certidão do facultativo;
- 3.º Resalva ou baixa do serviço militar;
- 4.º Folha corrida;
- 5.º Certificado de bom comportamento moral e civil, passado pela respectiva repartição de policia de Lisboa, ou pelos administradores dos bairros ou concelhos em que tenha residido durante os ultimos tres annos, caso n'este periodo não tenha sido militar;

6.º Exame de instrucção primaria ou attestado de professor official que comprove a condição 6.ª

§ 2.º São condições de preferencia para admissão e classificação:

- 1.º Ter approvação em algum curso ou cadeira da escola profissional de artes mechanicas;
- 2.º Ter conhecimentos praticos de serralheria, relojoaria ou qualquer arte ou officio mechanico aproveitavel nos pharões;
- 3.º Ter sido praça da armada;
- 4.º Ter servido na marinha mercante;
- 5.º Ter sido praça do exercito;
- 6.º Exercer ou ter exercido a profissão maritima;
- 7.º Ser filho de pharoleiro que tenha tido bons serviços e bom comportamento, podendo n'este unico caso ser admittido com dezoito annos completos. Se fôr recrutado para o serviço militar, considerar-se ha licenciado durante o tempo obrigatorio de serviço effectivo, e quando tenha baixa, se d'esta constar ter tido bom comportamento, poderá voltar ao serviço de pharões, ficando com o numero na escala que tinha á data da sua sahida d'este serviço.

§ 3.º O capitão do porto formulará a sua opinião por escripto, que enviará, acompanhada dos respectivos documentos e pelas vias competentes, á secretaria do conselho do almirantado.

§ 4.º O conselho do almirantado, quando o julgue conveniente, apesar do attestado a que se refere o n.º 2.º do § 1.º, poderá mandar comparecer os candidatos perante uma junta medica por elle designada.

§ 5.º Quando nas capitánias se verificar que faltam alguns documentos dos exigidos aos candidatos, será affixado um aviso á porta da capitania, no qual se dê um praso de quinze dias para a entrega d'esses documentos; findo este, serão impreterivelmente enviados á secretaria do conselho do almirantado sómente os requerimentos que estiverem devidamente documentados.

Art. 9.º O conselho do almirantado, em vista das habilitações dos candidatos, procederá á sua classificação e nomeará, por provisão, pharoleiros supranumerarios os que julgar nas condições exigidas, e pela ordem das preferencias a que se refere o artigo 8.º

§ unico. Notificada a nomeação do candidato por intermédio da respectiva capitania do porto, esta tomará nota da sua residencia, a fim de o chamar ao serviço em occasião opportuna, e quando mude de residencia deverá participal o, verbalmente ou por escripto, na capitania respectiva.

Art. 10.º Os supranumerarios não poderão ser obrigados a fazer serviço fóra da área das capitánias e delegações para que tenham sido nomeados.

§ unico. Poderão, porém, fazer serviço fóra das suas capitánias, para satisfazerem ás condições exaradas no artigo 13.º, pelo tempo prescripto nas diferentes alíneas d'esse artigo.

Art. 11.º O supranumerario mais antigo em cada capitania ou delegação é o primeiro chamado ao serviço na falta de qualquer pharoleiro.

§ 1.º Se, sem motivo de força maior devidamente justificado, se não apresentar immediatamente, passará para o fim da escala geral.

§ 2.º No caso de reincidencia considerar-se-ha demittido.

Art. 12.º O supranumerario a provêr no lugar de auxiliar é obrigado no praso de quinze dias, a contar da data em que lhe fôr notificado pela respectiva capitania o competir-lhe a entrada no quadro, a declarar por escripto, se opta pela sua permanencia como supranumerario na sua capitania, ou se pela entrada no quadro; a ausencia de declaração implica a demissão do serviço de pharões.

§ unico. O supranumerario que optar pela entrada no quadro deverá, em nota especial remetida á respectiva capitania, declarar se deseja, ou não, ficar sujeito ao desconto de 5 por cento do seu vencimento para a caixa de aposentações, a fim de adquirir direito á respectiva aposentação.

Art. 13.º Os logares de pharoleiros auxiliares serão providos nos pharoleiros supranumerarios pela ordem da nomeação d'estes, satisfeitas as seguintes condições:

1.ª Terem servido:

a) Quinze dias, pelo menos, n'um pharol dioptrico com candieiro de nivel variavel e reservatorio inferior;

b) Quinze dias, pelo menos, em pharol catoptrico com candieiro de nivel sonstante e reservatorio superior;

c) Trinta dias, pelo menos, em pharol dioptrico das tres primeiras ordens ou quarta de rotação e, sempre que seja possivel, onde haja signal sonoro a vapor.

2.ª Terem boas informações dos chefes dos pharões com quem tenham servido.

3.ª Satisfazerem a um exame pratico em que demonstrem terem conhecimento das seguintes especialidades:

a) Serviço e limpeza dos candieiros e respectivas torcidas, fumivoros, reflectores, lentes, renovação das valvulas das bombas alimentares, montagens, desmontagem das varias peças dos candieiros e do apparelho de rotação;

b) Serviço dos signaes sonoros, seu modo de funcionar, accender, pôr em movimento, parar, remediar qualquer accidente;

c) Conhecimento do regulamento e instrucções, serviço da escripturação e observações meteorologicas.

4.ª Responderem, por escripto, perante o capitão do porto ou um official da 6.ª repartição, a seis perguntas, tiradas á sorte, de entre as que constituem o questionario (modelo n.º 1).

§ 1.º Nas ilhas adjacentes, emquanto não houver pharões que satisfaçam ás condições do n.º 1.º, será esse serviço dividido proporcionalmente á importancia dos pharões ali existentes.

§ 2.º O supranumerario a quem competir a nomeação a auxiliar por ordem de antiguidade e que, por motivos alheios á sua vontade, não tiver satisfeito ás condições d'este artigo, será nomeado auxiliar, não se tornando definitiva essa nomeação emquanto não satisfizer a essas condições.

Art. 14.º Dentro do quadro, as promoções ás diversas classes de pharoleiros serão feitas em portarias, por antiguidade, tendo em attenção o comportamento, informações, applicação, zelo e aptidão para o serviço.

§ 1.º Os pharoleiros do quadro serão collocados em qualquer pharol e segundo as lotações estabelecidas pelo conselho do almirantado.

§ 2.º Os segundos pharoleiros ou auxiliares, que ao tempo de lhes competir a promoção, preferirem continuar servindo no pharol em que se acharem, poderão desistir da promoção, não podendo n'esse caso ser transferidos senão por castigo ou por urgente necessidade do serviço, e, n'este ultimo caso, temporariamente.

Art. 15.º Para a promoção a segundo pharoleiro é necessario:

1.º Ter satisfeito ás condições para a nomeação a auxiliar;

2.º Ter sido julgado, pelo seu comportamento, zelo e aptidão para o serviço, apto para chefe de pharol;

3.º Ter servido, durante dois annos, em pharol de uma das tres primeiras ordens, sendo, pelo menos, seis mezes em pharol de rotação e outros seis em pharol provido de signal sonoro, com machina de vapor;

4.º Ter servido um anno em pharões dioptricos.

§ unico. Os pharoleiros que, por motivos alheios á sua vontade, só tenham servido nos pharões das ilhas adjacentes, ficam dispensados da ultima parte da condição 3.ª, emquanto ali não houver signal sonoro.

Art. 16.º Para a promoção a primeiro pharoleiro é necessario:

1.º Ter sido julgado, pelo seu comportamento, informações, zêlo e aptidão para o serviço, apto para chefe de pharol de 1.ª ordem;

2.º Ter servido, durante dois annos, pelo menos, como segundo pharoleiro, chefe em pharol cuja lotação seja de dois ou mais pharoleiros;

3.º Ter servido como segundo pharoleiro durante, pelo menos, tres mezes em pharol dioptrico de rotação;

4.º Ter servido, durante um anno, como segundo pharoleiro, em pharol isolado, quer seja como chefe, quer como adjunto.

Art. 17.º A base da contagem da antiguidade dos pharoleiros para a promoção é regulada pela ordem por que entraram nas respectivas classes.

Art. 18.º A antiguidade relativa dos pharoleiros das mesmas classes regula-se pelo tempo de serviço effectivo, referido á data da collocação no effectivo do quadro d'essa classe.

§ unico. Na contagem do tempo de serviço effectivo desconta-se: os dias de suspensão, de faltas e doenças não justificadas e licenças que, em dias seguidos ou interpolados, excedam quarenta e cinco dias em cada anno, para o pessoal em serviço nos pharões isolados, e trinta dias, para o de outros pharões.

Art. 19.º Quando se dê igual antiguidade entre os pharoleiros da mesma classe, a antiguidade regula-se pela da classe anterior. Em caso de iguaes antiguidades em todas as classes do quadro, é considerado mais antigo o que primeiro tiver sido nomeado supranumerario.

E, havendo ainda igualdade n'esta ultima nomeação, é reputado mais antigo o que tiver sido mais classificado segundo as disposições do artigo 9.º

Art. 20.º As pharoleiras ajudantes são nomeadas pelo conselho do almirantado, nas seguintes condições:

a) A promoção recairá nas mulheres dos pharoleiros em serviço nos pharões cuja lotação as comporte, sendo toda a responsabilidade do seu serviço unica e absolutamente de seus maridos;

b) Estas ajudantes não têm direito a qualquer abono senão nos dias de serviço effectivo, e não gosam de quaesquer outras garantias;

c) Em cada pharol não poderá haver em serviço mais do que um individuo do sexo feminino;

d) Quando no mesmo pharol houver mais do que um pharoleiro casado, a preferencia da nomeação recairá sobre a mulher do pharoleiro mais antigo;

e) A ajudante será licenciada sem vencimento, quando, por motivo de transferencia do pharoleiro, seu marido, não tenha cabimento na lotação do pharol para que fôr transferido;

f) Em caso de inhabilitação temporaria do pharoleiro cuja mulher desempenha o logar de pharoleira ajudante, esta deixará de fazer serviço, sendo substituida pela mulher de outro pharoleiro casado, immediatamente mais moderno, e assim até ao ultimo, ou, na falta d'estas, por um supranumerario;

g) Exceptua-se a circumstancia de haver apenas no pharol um pharoleiro e sua mulher, pois esta continuará em serviço, se a impossibilidade do marido fôr de pouco tempo e não seja necessario chamar supranumerario;

h) Em pharões em que haja um só pharoleiro poderá admittir-se como ajudante a filha, a irmã ou a mãe do pharoleiro, não tendo aquellas menos de dezeseis annos e esta mais de sessenta.

Art. 21.º O pessoal ao serviço nos pharões póde usar armas em sua defesa e do material a seu cargo, e é isento de todos os encargos pessoaes de serviço administrativo e de jurados, bem como da obrigação de aboletamentos.

Art. 22.º Os pharoleiros não podem, quer permanente, quer temporariamente, desempenhar cargos publicos ou particulares, ou exercer qualquer profissão ou industria, que sejam, ou possam vir a ser, incompativeis com o exercicio dos seus respectivos

logares. N'estes casos terão os pharoleiros de optar, no praso de oito dias, depois de officialmente intimados, entre os seus logares e aquelles que indevidamente exercerem.

Art. 23.º Os pharoleiros, conjunctamente com os serviços designados nas instrucções, terão a seu cargo a limpeza dos sobresalentes, ferramentas, mobiliario e do edificio e annexos, sendo cada um responsavel pelo estado de conservação e asseio da sua habitação e do material a seu cargo.

Art. 24.º É absolutamente prohibido aos pharoleiros permittirem a entrada no pharol, durante a noite, a pessoas estranhas ao serviço. Só podem permittir a entrada a visitantes, depois de terminado o serviço da manhã e até uma hora antes da hora de accender.

a) Cumpre-lhes acompanhar sempre os visitantes, prevenindo-os que não poderão tocar nosapparelhos, nem entrar mais do que uma pessoa por cada vez na camara da lanterna.

São os pharoleiros os responsaveis por qualquer avaria causada por visitantes.

b) Os pharoleiros convidarão os visitantes, á sua entrada, a inscrever-se no respectivo livro, e, só depois de cumprida esta formalidade, é que os devem acompanhar na visita ao pharol.

c) Á saída offerecerão novamente o livro V aos visitantes, pedindo-lhes que deixem registada na casa das observações a sua impressão sobre o estado de asseio do apparelho, machinas e do edificio e sobre o modo como foram recebidos pelo pessoal.

Art. 25.º Cumpre aos pharoleiros prestar todos os soccorros, compatíveis com os seus recursos, aos navegantes e naufragos, offerecendo a estes alimentos e asylo em caso de necessidade e providenciando, para que sejam soccorridos promptamente pela aucto-ridade mais proxima, não deixando, comtudo, de attender á vigilancia indispensavel sobre a luz, para que não soffra qualquer interrupção.

Art. 26.º A aposentação do pessoal do quadro do serviço de pharóes é regulada pelo decreto de 17 de julho de 1886.

CAPITULO II

Vencimentos e abonos

Art. 27.º Os vencimentos de categoria do pessoal do serviço de pharóes são os seguintes:

Conductores de machinas, chefes de pharóes — os seus prets.

Primeiros pharoleiros — por dia, 600 réis.

Segundos pharoleiros — por dia, 500 réis.

Pharoleiros auxiliares — por dia, 400 réis.

Pharoleiros supranumerarios — por dia, 400 réis, quando estejam servindo.

Pharoleiras ajudantes — por dia, 200 réis.

Art. 28.º Os conductores de machinas, chefes de pharóes, além dos seus prets, recebem a gratificação diaria de 500 réis.

Art. 29.º Aos pharoleiros em serviço nos pharóes isolados no mar, ou situados em terra em pontos distantes das povoações e de difficil accesso, é abonada e gratificação diaria de 160 réis.

Art. 30.º Aos empregados em serviço nos pharóes electricos ou com signal movido a vapor é abonada a gratificação diaria de 100 réis.

Art. 31.º Os pharoleiros, em viagem por motivo de serviço, recebem 500 réis diarios de ajuda de custo e o abono para transporte em estrada ordinaria na razão de 35 réis por kilometro.

§ 1.º Os pharoleiros viajam em 2.ª classe em caminho de ferro e em 2.ª camara nos vapores.

§ 2.º Aos pharoleiros transferidos por conveniencia de serviço, ou por effeito de promoção, será abonada a despesa da viagem das suas familias, considerando-se, para este effeito, familia do empregado sua mulher, filhos e sua mãe quando esteja a seu cargo e vivendo no seu domicilio.

§ 3.º Os abonos a cada pessoa de familia são iguaes aos que competem ao pharoleiro.

§ 4.º Quando a transferencia do pharoleiro fôr por um periodo inferior a tres mezes, não será abonada a despesa de jornada da familia.

Art. 32.º As transferencias, feitas a pedido do empregado, não dão direito a abonos de qualidade alguma.

CAPITULO III

Licenças

Art. 33.º As licenças ao pessoal do serviço de pharões podem ser concedidas, sem prejuizo do serviço:

De um dia, pelos chefes dos pharões;

Até tres dias, pelos capitães dos portos;

Até oito dias, pelos chefes dos departamentos;

Até quinze dias, pelo inspector do serviço de pharões;

Por mais de quinze dias, pelo conselho do almirantado.

Art. 34.º As licenças só podem ser concedidas por motivo justo, allegado por es-

cripto.

Art. 35.º As licenças requeridas por motivo de doença, devidamente comprovada, são concedidas com os respectivos vencimentos por inteiro, até cinco dias. Além d'esse prazo, perde o empregado não só as gratificações de exercício, como também um terço do seu vencimento de categoria.

Art. 36.º As licenças requeridas por qualquer motivo, que não seja o de doença, são concedidas com todos os vencimentos, até tres dias, e, além d'esse prazo, com perda total das gratificações e apenas metade do vencimento de categoria.

§ 1.º Quando estas licenças excedam trinta dias consecutivos ou quarenta e cinco dias interpolados durante um anno, perdem os licenciados todos os vencimentos.

§ 2.º Aos empregados em serviço nos pharões isolados podem ser concedidos, em cada anno, sem prejuizo do serviço, vinte dias de licença, consecutivos ou interpolados, sem perda de vencimentos.

Art. 37.º A importância dos descontos feitos ao empregado licenciado é distribuída proporcionalmente pelo pessoal do pharol em que está servindo; quando, porém, a licença exceda o prazo de quinze dias, cessará esse benefício e o empregado licenciado será substituído no serviço por um supranumerario durante o seu impedimento.

Art. 38.º As licenças requeridas pelos supranumerarios ou ajudantes, por qualquer motivo, serão sempre concedidas sem vencimento.

Art. 39.º O empregado que adoeecer imediatamente parte de doente ao seu superior immediato, justificando assim a sua falta até tres dias. Findos estes, se continuar a doença, enviará certidão de facultativo, a qual justifica faltas até trinta dias, e assim consecutivamente poderá justificar faltas com certidões mensaes de facultativo até um anno.

§ 1.º O empregado que estiver impossibilitado, por doença, mais de um anno seguido, será mandado inspecionar. Se for julgado incapaz para o serviço, será aposentado, estando nos termos de o ser, e demittido, se o não estiver. Se, porém, não for julgado completamente incapaz para o serviço, poderá ser-lhe concedida licença por mais seis mezes.

§ 2.º Os dias de doença não são contados interpoladamente, mas sim pela sua successão chronologica, sem exceptuar os dias santificados ou feriados.

Art. 40.º Os empregados impossibilitados do serviço por motivo de doença, devidamente comprovada, têm direito a todos os seus vencimentos durante os cinco primeiros dias, e além d'este prazo perdem as gratificações e um terço do vencimento de categoria, desconto que reverterá em favor dos outros empregados do mesmo pharol, nos termos do artigo 37.º d'este regulamento.

Os supranumerarios e ajudantes doentes não têm vencimento algum.

CAPITULO IV

Faltas e penalidades

Art. 41.º As penas disciplinares applicaveis aos empregados do serviço de pharões são:

1.ª Advertencia;

2.ª Repreensão verbal ou registada;

3.ª Suspensão do exercício e de todos os vencimentos até um anno;

4.ª Demissão.

Art. 42.º São causas de advertencia: pequenas irregularidades no serviço, pouco cuidado casual no asseio pessoal e na boa manutenção das habitações, faltas leves na rigorosa observancia das disposições d'este regulamento e das instrucções e ordens de serviço.

Art. 43.º São causas de reprehensão: a repetição de faltas pelas quaes tenha sido já advertido, pouco zêlo no cumprimento de obrigações e procedimento irregular.

Art. 44.º São causas de suspensão:

1.ª Manifestas ou repetidas provas de negligencia ou desleixo, faltas ao serviço não justificadas, mau procedimento, offensas ao decore e insubordinação leve:

2.ª A pronuncia em qualquer crime, logo que o respectivo despacho tenha passado em julgado:

3.ª A negligencia ou qualquer outro motivo culposos de que resulte apagar-se o pharól ou qualquer prejuizo material, dormir durante o quarto;

4.ª A desobediencia voluntaria ás disposições regulamentares, instrucções do serviço e ordens superiores;

5.ª A contravenção do disposto no artigo 22.º;

6.ª O abandono de posto estando de serviço ou de quarta.

Art. 45.º São causas de demissão:

1.ª A insubordinação grave, a reincidencia em faltas ao serviço não justificadas e em insubordinações pelas quaes já tenha sido suspenso;

2.ª Ter sido suspenso mais de tres vezes por faltas commettidas ou mau procedimento;

3.ª A condemnação em juizo por crime a que corresponda pena maior;

4.ª Ter causado voluntariamente prejuizos importantes no material do serviço de pharóes ou signaes sonoros;

5.ª Deixar apagado o pharól durante a noite por mais de trinta minutos, por ter adormecido, por falta de vigilancia ou ainda por avaria, de que tenha responsabilidade e cuja reparação não tenha sido feita dentro d'aquelle praso por descuido seu ou qualquer outro motivo culposos.

Art. 46.º A applicação de qualquer pena disciplinar não subtrahê o empregado á applicação de outras penas que, em virtude do codigo penal, o poder judicial lhe deva impôr.

Art. 47.º Se o facto de estar apagado um pharól ou de não funcionar um signal sonoro por inhabilidade, imprevidencia, desattenção, negligencia ou inexecução do regulamento e instrucções, fôr causa de algum accidente maritimo, de que resultem mortes, ferimentos, contusões ou prejuizos materiaes, o empregado responsavel, além de demittido, será immediatamente preso por qualquer dos seus superiores ou pela respectiva auctoridade administrativa e entregue ao poder judicial para ser julgado e punido nos termos do codigo penal.

CAPITULO V

Disposições transitorias

Art. 48.º Os actuaes segundos pharoleiros e auxiliares que não aproveitem a condição estabelecida no § 2.º do artigo 14.º e não tenham satisfeito ás condições de promoção exaradas nos artigos 15.º e 16.º, serão promovidos, devendo, porém, immediatamente cumpril-as com as seguintes restricções:

1.ª Aos actuaes auxiliares é dispensada a condição 1.ª do artigo 15.º;

2.ª Aos actuaes segundos pharoleiros é dispensada a condição 4.ª do artigo 16.º

Art. 49.º Os actuaes primeiros pharoleiros poderão continuar servindo nos pharóes em que se acham, ainda que sejam de loração inferior, quando essa permanencia não importe prejuizo de serviço.

Conselho do almirantado, 21 de novembro de 1895. — O secretario, *Torquato Ezequiel dos Prazeres Machado*, capitão de mar e guerra.

Instrucções para o serviço dos pharões

CAPITULO I

Candieiros e bicos

Systemas em serviço

- 1) São tres os systemas de candieiros em uso nos pharões:
 - I. Candieiros de nivel variavel;
 - II. Candieiros de nivel constante e reservatorio superior;
 - III. Candieiros de nivel constante e reservatorio inferior, ou candieiros mechanicos.
- 2) A fórma dos bicos é, em geral, independente do systema do candieiro; as suas disposições são approximadamente as mesmas, independentemente do numero de torcidas, que pode variar de um a seis.

Candieiros

1.º Systema — Nivel variavel

- 3) São os seguintes: n.ºs 1 e 2; n.ºs 1 e 2 modelo 1889; n.ºs 1ª, 2ª e 3ª; n.ºs 1ª e 2ª e lanterna 1ª.

Estes candieiros compõem-se essencialmente de um reservatorio para petroleo, que communica livremente com a atmosphera, no qual mergulham as torcidas que alimentam o bico. O petroleo sóbe pela acção da capillaridade, mas esta ascensão faz-se irregularmente e com tanta maior difficuldade, quanto mais baixo está o nivel do reservatorio. A fórma e a capacidade do reservatorio são calculadas de maneira a remediar até certo ponto este inconveniente e a assegurar o funcionamento da luz durante as noites mais longas.

Convém, comtudo, encher novamente o candieiro durante as noites de inverno, principalmente se fôr de duas torcidas. Se a disposição do aparelho ou as condições locais não permittirem encher o candieiro com segurança, deverá retirar-se e substituí-lo pelo de reserva convenientemente preparado.

- 4) O candieiro typo n.º 1, como indica a figura I, compõe-se de um reservatorio cylindrico conico com cerca de 1 litro de capacidade.

O reservatorio assenta sobre um pé ôco, ao qual está roscado e que recebe o petroleo que possa verter do candieiro. Este pé tem orificios para a entrada do ar que sóbe até ao bico.

- 5) A torcida, de 30 millimetros de diametro, é vestida n'um tubo (mécheiro) de latão, ao qual está fixa pela parte inferior por meio de um annel com dentes ou por uma linha. Uma chave exterior e uma cremalheira, que entra n'uma pequena guia ao longo do tubo do bico, servem para mover o mécheiro.

- 6) O bico é de dupla corrente de ar. A corrente exterior, que passa entre a chaminé e o bico, é dividida em duas por um tubo cylindrico fixo, ao longo do qual entra a chaminé. Este tubo desce atravez do reservatorio até ao pé do candieiro, onde communica com o ar exterior.

- 7) Um disco horisontal, cuja haste cylindrica entra no tubo central, tem por fim projectar o ar sobre a chamma e activar a combustão.

- 8) O candieiro n.º 2 pouco differe do antecedente. O bico é de duas torcidas concentricas, tendo a interior 30 millimetros de diametro e a exterior 50 millimetros.

- 9) O reservatorio tem cerca de 3 litros de capacidade, sendo em tudo identico ao do n.º 1.

- 10) Candieiros n.ºs 1 e 2 (modelo de 1889). Pódem ter uma ou duas torcidas e não têm disco. As torcidas têm, respectivamente, 20 e 40 millimetros, estando a exterior envolvida n'um annel movel (desviador) destinado a condensar a chamma e a augmentar a sua intensidade, assim como o seu effeito util.

- 11) Os reservatorios dos candieiros descriptos enchem-se com uma almotolia pela tubuladura destinada a este fim. O nivel do petroleo não deve exceder o primeiro filete de rosca da tubuladura. Em seguida rosca-se o tampão, tendo o cuidado de verificar se

o furo que o atravessa está desentupido, a fim de assegurar a livre comunicação do reservatório com o ar exterior.

12) Em algumas luzes de pequena importancia usam-se os bicos circulares ordinarios, vulgarmente denominados de 6, 12 e 16 linhas, que no serviço dos pharóes têm a designação de 1^p, 2^p e 3^p.

13) Estes bicos são roscados em reservatorios de folha de Flandres, cuja forma varia conforme o aparelho em que servem e cuja capacidade é de 1, 2 e 3 litros, sendo designados identicamente aos respectivos bicos.

14) As torcidas, denominadas no commercio 6, 12 e 16 linhas, têm a numeração 1^p, 2^p e 3^p identica á dos respectivos bicos.

15) Candieiros de serviço dos pharoleiros, denominados 1^s e 2^s. São de latão e de pé alto com a capacidade d 0¹, 2. O 2^s é o modelo francez e differe do 1^s apenas na altura do pé, que é menor, e no bico que é um pouco mais largo. O candieiro 1^s serve com o bico 1^p.

16) Lanterna 1^a. Tem quatro faces com vidros, cupula de cobre, pequeno reservatorio de folha de Flandres de 1 decilitro de capacidade, com bico de torcida de cordão denominado 1^a. Consome apenas 5 grammas de petroleo por hora e serve para uso dos pharoleiros.

Candieiros

2. systema --- Nivel constante e reservatorio superior

Tipos 1 N, 2 N, 3 N etc.

17) N'este systema o petroleo conserva-se a um nivel constante, que deve ser 4 a 8 centimetros abaixo da corôa do bico.

18) Compõe-se, fig. II, de um reservatorio cylindrico, cuja abertura é fechada por uma valvula metallica de forma lenticular. Esta valvula tem uma haste, que póde correr ao longo de uma guia fixa ao reservatorio.

19) Para encher o candieiro inverte-se o reservatorio, a valvula abre o orificio e enche-se de petroleo completamente até á valvula. Depois de cheio, puxa-se a haste da valvula para que esta tape o orificio e volta-se o reservatorio, conservando sempre a abertura fechada até que elle entre no vaso de nivel constante, tambem cylindrico, onde se ajusta perfeitamente. Quando este chega ao seu lugar, a haste, encontrando o fundo do vaso, abre a valvula e uma porção de petroleo sairá até chegar a um certo nivel. Logo acima d'este nivel está a abertura de um tubo, que, atravessando o fundo do vaso, serve para despejar sobre o aparador E (fig. II) o petroleo em excesso sobre o nivel constante n .

20) É necessario encher completamente o reservatorio até á valvula, a fim de evitar que dentro d'elle fique algum ar, o que é inconveniente porque obrigaria a sair mais petroleo do que o necessario para o vaso do nivel constante.

21) O bico tem torcida de 30 millimetros de diametro, tem disco e na parte inferior um aparador E, que recebe o petroleo que verte do bico e o que excede o nivel constante do reservatorio.

22) O typo 2 N é identico ao antecedente, mas com duas torcidas de 30 e 50 millimetros.

23) O typo 3 N é um candieiro disposto de forma que póde ser cheio e despejado sem se deslocar o reservatorio. Satisfaz melhor que qualquer outro ás exigencias do serviço. Compõe-se de um reservatorio de 7 litros de capacidade, approximadamente, fixo por meio de um anel a um pinasio da lanterna ou do aparelho. Pela parte inferior e roscado a elle, está o vaso de nivel constante, ligado por meio de uma tubagem de latão ao bico e seu suporte.

24) Para assentar o bico, colloca-se o suporte de ferro M (fig. III) sobre a columna e sobre elle o bico, que deve ficar 26 millimetros abaixo do cruzamento dos fios que servem para determinar o plano focal. A sua altura regula-se por meio dos parafusos BB (fig. III).

A junta do bico com o suporte faz-se com mercurio, que se deita no tubo A. O nivel do mercurio, depois do bico estar no seu lugar, deve ficar 2 centimetros abaixo do bordo do tubo.

25) Verifica-se depois, como indica a figura, se o traço a pontos, marcado com as letras N C do vaso V do nível constante, fica 75 millímetros abaixo da corôa do bico. Se isto não succeder e a diferença fôr superior a 5 millímetros, deve proceder-se á rectificação da posição do reservatorio.

26) Para encher o reservatorio abre-se o tampão T (fig. III) para que o ar possa sair ao entrar o petroleo; colloca-se vertical o manipulo da torneira S que está no vaso V e aperta-se completamente o parafuso do regulador R. Vasa-se o petroleo no tampo F que tem a fôrma de funil. Cheio o reservatorio, colloca-se o tampão T, *tendo-o cuidado de o apertar bem*. Se não houver esse cuidado, o petroleo, ao chegar ao bico, trasborda pela parte superior dando causa a uma explosão.

27) Para pôr o candieiro a funcionar, colloca-se a torneira de passagem P na primeira posição (fig. III). Alarga-se completamente o parafuso R do regulador e abre-se pouco a pouco a torneira S do vaso V. O petroleo enche o vaso V até ao traço marcado NC.

É preciso notar que a torneira S se abre para a direita (lado onde está gravada no vaso a palavra «petroleo»).

Quando o combustivel é azeite, esta torneira abre-se para a esquerda. Com este combustivel o vaso V é inutil e o exgotto regula-se com o parafuso R do regulador.

A torneira P pôde tomar quatro posições: 1.^a posição (fig. III), communica o reservatorio com o bico; 2.^a posição, despeja o reservatorio e bico ao mesmo tempo; 3.^a posição, despeja só o bico; 4.^a posição, despeja só o reservatorio.

28) O bico tem disco e é de tres torcidas, que têm, respectivamente, 30, 50 e 70 millímetros de diametro.

29) O bico 3 N, modelo 1889, differe do antecedente:

1.^o Na suppressão do disco;

2.^o Na redução do diametro das torcidas que são de 20, 40 e 60 millímetros;

3.^o Na installação de um desviador A (fig. V) destinado a condensar a chamma e a augmentar a sua intensidade, assim como o seu effeito util.

30) Nos candieiros 4 N, 5 N e 6 N o reservatorio é fixo como o antecedente, mas de maior capacidade. O vaso de nivel constante differe do do candieiro 3 N em não ter parafuso regulador e em a torneira S estar no reservatorio. A fig. IV mostra as disposições especiaes d'estes candieiros.

31) Os bicos têm disco e são de 4, 5 ou 6 torcidas, cujos diametros são 30, 50, 70, 90, 110 e 130 millímetros.

32) Os bicos, modelo 1889, não têm disco, mas sim desviador, e as suas torcidas são de 20, 40, 60, 80, 100 e 120 millímetros de diametro.

33) Estão dispostos estes bicos como indica a fig. V. Mergulham n'um tubo D, que contém uma certa quantidade de mercurio. No centro d'este tubo está um outro B que, por intermédio de uma torneira K, communica com qualquer das canalisações C C, que estão representadas no córte X Y, ou com a do exgotto V do bico.

34) O bico repousa, por intermédio do anel M, sobre 3 columnas P com parafusos N, que servem para regular a altura, horisontalidade e centralisação do bico. Estas columnas assentam sobre um suporte de ferro.

Candieiros

3.^o systema

Nível constante e reservatorio inferior

35) N'estes candieiros, tambem chamados mechanicos, o petroleo está n'um reservatorio inferior ao bico e é elevado por meio de bombas a um nivel constante, que é mantido por meio de um aparelho especial denominado «appendice Dénéchaux», que faz parte integrante do bico.

36) O motor do machinismo é em geral um peso, cuja corda se enrola n'um tambor collocado por baixo do reservatorio do petroleo. O peso não deve ordinariamente exceder 20 kilogrammas.

37) Os corpos das bombas estão dentro do reservatorio e as suas hastes são postas em movimento por engrenagens dispostas na parte superior d'elle, as quaes, por seu turno, recebem o movimento de uma arvore vertical, que atravessa o reservatorio, terminando na parte inferior em parafuso sem fim.

O machinismo inferior põe em movimento esta arvore e é regulado por uma ventoinha.

38) Em alguns candieiros o machinismo inferior dá movimento de rotação a uma arvore vertical que atravessa o reservatorio e que põe em acção as bombas alimentares por meio de tres pequenos tirantes. Estas bombas são formadas por valvulas de pelle de vitella.

39) As causas principaes do mau funcionamento dos candieiros mechanicos são :

1.^a Falta de mobilidade das valvulas proveniente de falta de limpeza;

2.^a Deterioração das valvulas;

3.^a Falta de mobilidade da ventoinha;

4.^a Gasto das engrenagens e má disposição dos tirantes.

40) Os candieiros mechanicos devem ser cuidadosamente tratados para que conservem toda a mobilidade do seu mechanismo.

Limpam-se as engrenagens com uma escova e applica-se oleo de relojoaria com uma pequena espatula de madeira a todos os piões e rodas dentadas. Os candieiros devem ser completamente desmontados uma vez por anno, pelo menos, as engrenagens limpas com petroleo usando uma pequena palheta de madeira macia.

Em caso de necessidade póde empregar-se *tripoli* diluido em alcool, applicado com escova de relojeiro; mas depois é necessario um cuidado especial em limpar completamente o machinismo de qualquer particula de pó, para que não fique a moer as engrenagens e a estragal-as em pouco tempo.

41) As valvulas devem ser feitas pelos pharoleiros por moldes de ferro. São de pelle de vitella encebada ou embebida em azeite.

42) Os candieiros d'este systema são assim numerados: 3^M, 4^M, 5^M e 6^M conforme os seus bicos são de 3, 4, 5 e 6 torcidas.

43) Os bicos d'estes candieiros têm lateralmente um tubo que, como já se disse, se denomina *appendice Dénéchaux*, que serve para regular o nivel constante de petroleo dentro do bico (fig. VI). Pelo trabalho das bombas, o petroleo enche o reservatorio R e sóbe o tubo A até ao nivel constante, que está cêrca de 5 millimetros abaixo da corôa do bico.

O tubo O serve para evitar que o nivel do petroleo suba além d'aquella altura, dando exgotto ao petroleo ascendente que volta ao reservatorio. Quando estes bicos servem a azeite, fecha-se com um parafuso o tubo de exgotto O do *appendice* e applica-se-lhe um tampão cheio, em vez do de rede que serve habitualmente com o petroleo.

44) Como a velocidade da corrente do ar que entra pelas conductas é menor que a da corrente exterior que passa entre a chaminé e o bico, Farquhar obviou este inconveniente envolvendo a torcida exterior n'um tubo por onde passa o ar e que tem o mesmo diametro das conductas. Na torcida central ha um outro tubo interior para o mesmo effeito. A chaminé entra n'uma galeria disposta de fórma que o ar entra em muito pequena quantidade. Não tem disco.

Chaminés e fumivoros

45) Para assegurar e regular a combustão do petroleo no bico, envolve-se a chamma com uma chaminé de crystal de fórma apropriada, que é sustentada por uma galeria movel.

As chaminés, cylindricas na base, soffrem a uma certa altura um estrangulamento, estreitando para a parte superior, que affecta a fórma cylindrica ou ligeiramente tronconica.

46) As chaminés são designadas por numeros correspondentes ao numero de torcidas do bico em que servem.

47) As chaminés dos bicos Farquhar, logo acima do estrangulamento, alargam novamente, sendo menos pronunciado este alargamento quando se destinam a bicos alimentados a azeite.

Designam-se pelo numero de torcidas seguido da letra F.

48) As chaminés dos bicos 1^P, 2^P, 3^P têm a mesma designação que os respectivos bicos.

49) As chaminés dos bicos 1^S são tambem assim designadas.

50) Quando a chaminé é encarnada ou verde, o seu numero é seguido da letra E ou V.

51) Como em geral a altura da chaminé é insufficiente, prolonga-se com um fumivoro, tubo de ferro ou cobre com obturador e respectiva chave, destinado a regular a tiragem á vontade.

52) Os fumivoros, ordinariamente fixos pela parte superior, têm a sua parte inferior movel por meio de um *joelho* para facilitar a manobra da chaminé.

53) Devem ser todos os dias desmontados e limpos para evitar que o negro do fumo, que n'elles se accumula, venha a cair sobre o bico.

54) É indispensavel que os obturadores se possam manobrar com facilidade e se possam manter indifferentemente em qualquer posição.

55) A sua numeração corresponde á das chaminés, embora com o mesmo numero haja fumivoros de differentes comprimentos apropriados ao apparelho optico em que servem.

Torcidas

56) As torcidas são de trama de algodão e de fôrma cylindrica para os bicos 1 a 6. As dos bicos 1^p, 2^p e 3^p são planas, tomando a fôrma cylindrica quando collocadas nos bicos. São designadas pelo numero que corresponde ao diametro dos differentes bicos ou á sua nomenclatura. Assim denominam-se 1^p, 2^p, 3^p, 1^s, etc.

57) Para collocar a torcida corta-se do tamanho do *calibre* respectivo. O *calibre* é uma pequena lamina de folha de Flandres, da largura da respectiva torcida, terminando nas duas extremidades por umas pequenas dobras em angulo recto. Em seguida tira-se do bico o *mécheiro* e põe-se na parte do mandril destinada a recebê-lo. O mandril é um tubo de folha de fôrma conica, cuja base tem o diametro da torcida.

58) Veste-se depois a torcida no mandril e enfia-se até á *espera do mecheiro*, ao qual se ata com um fio ou se prende com o *anel de dentes*.

Quando a torcida estiver folgada, tiram-se-lhe alguns fios da trama até a reduzir ás dimensões convenientes. O mesmo se fará, se a trama fôr grossa a ponto de apertar muito a torcida na *conducta* do bico, o que impede a subida do petroleo.

Introduz-se o *mécheiro* na *conducta* e engrena-se a *cremalheira*. Depois, com uma tesoura curva, tendo baixado a torcida, corta-se com cuidado o seu bordo superior rente ao bico. Feito isto, accende-se o bico e apaga-se um quarto de hora depois.

59) Apagado o bico, sobem-se as torcidas de modo que todo o morrão fique, pela sua parte inferior, rente ao bico. Tira-se com uma escova pequena a parte carbonisada e, com a tesoura curva, aparam-se as pontas salientes.

Com o *limpador de bicos* passam-se por dentro as *conductas* circulares do ar para as limpar dos morrões caídos. Com o dedo, e sempre no mesmo sentido, obriga-se a torcida a ficar bem rente com o bico e livre de irregularidades que em geral apresenta ainda depois de escovada. Se acontecer que, apesar d'estas precauções, a torcida depois de accessa, tenha tendencia a formar *pontas de luz*, fazem-se pequenos córtes com a tesoura nos logares onde ellas se formem.

60) Ás vezes, no fim de algumas horas, forma-se nas torcidas uma crosta dura, que tolhe a passagem do petroleo e faz baixar a chamma. N'este caso nem sempre é preciso apagar o bico; consegue-se quebrar a crosta baixando um pouco a torcida e fazendo-a, logo em seguida, subir rapidamente.

61) *Modo de accender*. Quando as torcidas estão sufficientemente embebidas de petroleo, procede-se ao accendimento, tendo o cuidado de tomar as seguintes precauções:

62) Levantam-se as torcidas 1 a 2 millimetros acima do bico, pega-se fogo com um phcsphoro á torcida central em dois pontos oppostos e baixa-se immediatamente, de fôrma que fique um pouco inferior á corôa do bico. Faz-se o mesmo ás torcidas que se seguem; põe-se a chaminé e em seguida o fumivoro.

63) Ao principio conserva-se a chamma baixa, enquanto a chaminé não aquece, e reduz-se a tiragem fechando um pouco a chave do obturador; levanta-se a galeria da chaminé o mais alto que seja possivel, a fim de evitar que ella estale por effeito do aquecimento rapido.

64) Passado um quarto de hora, pouco mais ou menos, elevam-se as torcidas um pouco acima da corôa, baixa-se gradualmente a chaminé e abre-se pouco a pouco o obturador a fim de se obter uma chamma regular, branca e bem desenvolvida.

65) Para obter a luz com igual intensidade durante toda a noite, é necessario proceder com vagar ao principio, moderando a altura das torcidas acima do bico nas primeiras

horas. No começo da noite basta que esta altura seja de 2 millímetros, mas pode ser progressivamente augmentada até 4 millímetros para o fim da noite.

66) Como as torcidas aquecem e vaporizam o petroleo, tanto mais, quanto mais próximas estão do centro do bico, convém diminuir a sua altura gradualmente para o centro, de fórma que a torcida central esteja mais baixa 1 millimetro do que a exterior.

67) Não só a altura da chamma, como principalmente a sua qualidade, devem merecer toda a attenção e vigilancia do pharoleiro.

A chamma deve em geral mantêr-se nas dimensões indicadas na tabella annexa a estas instrucções e regula-se subindo ou descendo a chaminé e fechando ou abrindo o obturador. Na primeira hypothese sobe a chamma e na segunda desce. Nesta manobra é indispensavel attender-se a que a chamma se deve sempre conservar tão branca, quanto possivel, e sem fumo. A luz avermelhada tem pouco poder illuminante e o fumo obscurece a luz.

68) Os pharoleiros terão sempre em attenção evitar que a chamma esteja tão alta que augmente o consumo do petroleo. Comquanto este consumo varie com as circumstancias locais e as condições atmosphericas, não deverá afastar-se muito da média indicada para os differentes bicos na tabella annexa.

69) Durante o funcionamento da luz podem apparecer accidentalmente alguns defeitos que facilmente se poderão remediar do seguinte modo:

70) Se a chamma formar pontas que façam fumo e impeçam de lhe dar o seu desenvolvimento normal, deve diligenciar se fazel-as desaparecer girando com a chaminé sobre si mesma, ou então introduzindo pelas conductas do ar um pequeno arame recurvado n'uma das extremidades e que se faz passar sobre a torcida. Se ainda assim se não conseguir desfazer as pontas, abaixam-se as torcidas, tira-se a chaminé e comprime-se com o dedo a parte defeituosa da torcida.

Caso o defeito ainda não desapareça completamente, torna-se necessario apagar o bico, praticando-se então o que ficou preceituado no n.º 59.

71) Se a chaminé em serviço se partir, deve ser substituida por uma das que devem estar em reserva na lanterna.

E preciso então ter a precaução de conservar por algum tempo a luz bastante baixa para que a nova chaminé não estale pelo aquecimento brusco.

72) Ao alcance do pharoleiro de serviço devem estar sempre promptos a accender um candieiro e um bico com torcidas experimentadas.

73) Não se procederá á sua substituição senão em casos de extrema necessidade, simplificando esta operação de fórma que se faça o mais rapidamente possivel.

A posição do candieiro e do bico deverá ser rectificada durante o dia seguinte, segundo as indicações (n.ºs 92 a 96).

74) Se o bico em serviço for do modelo de 1889, com juntas de mercúrio, é preferivel substitui-lo pelo bico de reserva a ter de o espreitar.

75) Os bicos limpam-se por dentro com o *limpador* apropriado a esse fim e por fóra com cré e um panno secco.

Os reservatorios são limpos externamente com cré ou pó de tijollo, muito bem moído, e uma pequena porção de azeite dado com estopa ou desperdícios de algodão; em seguida emprega-se o pó secco bem fino, esfregando-se o metal com um panno secco a dar-lhe o maior brilho.

76) Todos os metaes, á excepção da armação de cobre dos apparatus, são limpos da mesma fórma.

77) As chaminés limpam se, quando estiverem sujas de fumo, esfregando-as bem com um panno ou um pedaço de madeira humedecido de azeite e gordura. Limpam-se depois com um panno secco e passam-se a branco de Hespanha até que o vidro se apresente perfeitamente transparente.

A pellicula esbranquiçada, que algumas vezes se fórma nas chaminés, tira-se com um panno enxuto, passando se depois com branco de Hespanha.

78) Os candieiros em serviço devem ser mudados de quinze em quinze dias, podendo os de nivel constante ser mudados de mez a mez. Esta mudança deve ser feita de manhã, a fim de haver tempo de experimentar o candieiro durante o dia, ficando d'esta fórma assegurado o seu bom funcionamento durante a noite seguinte.

79) Os candieiros mechanicos, quando acabem de servir, serão desarmados, limpos os corpos das bombas e o tubo aspirador, desobstruindo-se-lhe o filtro completamente e untando-se-lhe as solas com sêbo ou outra substancia gordurosa.

A tubagem dos de nível constante também deve ser desarmada e limpa amindadas vezes.

80) Nas engrenagens e moentes da ventolubra, da roda maior e do parafuso sem fim, deve se deitar uma pequena quantidade de óleo de relubrificadora, tendo tido previamente o cuidado de limpar completamente o óleo antigo, empregando para isso um pano e uma vareta aguada de madeira.

81) Rompendo-se uma válvula, deve ser prontamente substituída por outra.

82) As válvulas são feitas com o *vasador* apropriado e de cabedal previamente encebado. Na confecção deve haver o cuidado de não esticar de mais o couro para evitar prisão no corpo das bombas e, portanto, irregularidade na ascensão do óleo.

CAPITULO II

Apparelhos opticos

83) Os aparelhos opticos empregados nos pharões podem classificar-se em tres categorias:

1.^a *Apparelhos catoptricos*, são os reflectores de forma parabólica, esphérica ou plana.

2.^a *Apparelhos dioptricos*, são as lentes annulares, as cylindricas e as de elementos verticaes, que actuam pela refração.

3.^a *Apparelhos catadioptricos*, que reflectem e refractam a luz.

84) Os aparelhos catoptricos são metallicos e assim classificados:

Photophores, ou reflectores parabolicos, de uma só folha:

N.º 1-C de 0^m,29 de abertura.

N.º 2-C de 0^m,50 de abertura.

N.º 3-C de 0^m,89 de abertura.

Sideraes, ou reflectores parabolicos, de duas folhas n.º 1-CS e n.º 2-CS.

85) Os aparelhos dioptricos e catadioptricos são numerados conforme o seu diametro.

N.º 1-0^m,200 de diametro (6.^a ordem da antiga classificação.

N.º 2-0^m,300 de diametro (6.^a ordem da antiga classificação.

N.º 3-0^m,375 de diametro (5.^a ordem da antiga classificação.

N.º 4-0^m,500 de diametro (4.^a ordem da antiga classificação.

N.º 5-0^m,750 de diametro (3.^a ordem, pequena modificação da antiga classificação.

N.º 6-1^m,000 de diametro (3.^a ordem, grande modificação da antiga classificação.

N.º 7-1^m,400 de diametro (2.^a ordem, grande modificação da antiga classificação.

N.º 8-1^m,840 de diametro (1.^a ordem, grande modificação da antiga classificação.

N.º 9-2^m,660 de diametro (hyper-radiante).

86) Nestes aparelhos ha a distinguir as seguintes partes:

1.^a Parte central ou *tambor*, lente cylindrica de escalões.

2.^a Parte superior ou *cunhã*.

3.^a Parte inferior ou *corda*.

87) O *tambor* é formado por elementos dioptricos. A *cunhã* e *corda* compõe-se de aneis catadioptricos. Os reflectores usados nos aparelhos opticos ou são de metal (catadioptricos) ou formados por prismas de crystal convenientemente dispostos (catadioptricos).

Collocação dos aparelhos opticos

88) Chama-se *plano focal* ao plano horizontal que passa pelo eixo de figura dos reflectores parabolicos ou pelo eixo optico das lentes centraes.

89) Todos os aparelhos devem ser collocados de maneira que o seu plano focal esteja *perfeitamente horizontal*.

90) Para verificar esta condição nos aparelhos catoptricos ou de reflectores, basta fazer passar um fio de prumo encostado ao aro da abertura do reflector, reconhecendo por este modo se o aro está ou não perfeitamente vertical.

91) Nos aparelhos dioptricos e catadioptricos verifica-se a sua verticalidade e, portanto, a horizontalidade do seu plano focal, usando uma regua, um nivel de bolha de ar e um fio de prumo.

Instalação dos candieiros

92) Os candieiros e seus bicos devem ser collocados da seguinte fôrma:

1.º O centro do bico deve estar na vertical que passa pelo foco do aparelho optico;
2.º A corôa do bico deve estar abaixo do plano focal das lentes a quantidade indicada na tabella n.º 1, e que varia segundo o numero de torcidas;

3.º A parte superior da corôa do bico deve estar perfeitamente horisontal.

93) Verifica-se a 1.ª condição cruzando dois fios esticados segundo dois diametros do aparelho, seguros pelos seus extremos a uns botões existentes na armadura metallica que sustenta as lentes.

94) A 2.ª condição verifica-se collocando no lugar do disco ou no tubo central do bico uma pequena *bitola* de madeira com a altura indicada na 5.ª linha horisontal da tabella n.º 1. Esta bitola deve tocar pela sua face superior no ponto de cruzamento dos fios.

95) Nos aparelhos de rotação o cruzamento deve conservar-se sensivelmente em contacto com o centro da bitola durante duas rotações successivas.

96) Verifica-se a 3.ª condição por meio de um nivel circular ou de um nivel ordinario de bolha de ar collocado em duas posições perpendiculares entre si.

Conservação dos aparelhos opticos

97) As lentes e anneis catadioptricos limpam-se do pó *todos os dias* com um espanador, e, quando seja preciso, passam-se levemente com um panno bem limpo e sêcco, mas só depois de limpas do pó com o espanador.

Os reflectores metallicos serão limpos com camurça. As nodoas de oleo em crystaes devem ser tiradas *sem demora* com um panno molhado em alcool.

98) De dois em dois mezes faz se uma lavagem geral dos crystaes com alcool, enxugando-os depois perfeitamente.

99) Para conservação do polido dos crystaes passam-se uma vez por anno com o *vermelhão inglez*. Para este fim usa-se o seguinte processo:

Pisa-se bem e dilue-se em agua cêrca de 15 grammas de vermelhão até formar uma solução clara. Junta-se-lhe $\frac{1}{2}$ litro de agua pura, mexe-se bem com uma varêta e deixa-se assentar alguns instantes apenas.

Trasfega-se o liquido para outra vasilha bem limpa, deixando o precipitado, isto é, as areias e o pó, na primeira vasilha. O liquido trasfegado fica durante meia hora a assentar.

Escorre-se-lhe depois a agua até á altura em que o vermelhão começa a apparecer na borda da vasilha. O liquido vermelho que fica na segunda vasilha é que serve para dar nos crystaes, applicando-se com um pincel em toda a sua superficie.

Deixa-se seccar esta pintura e esfregam-se depois os crystaes com a camurça até haver desaparecido todo o pó.

O vermelhão assim preparado só *póde servir no proprio dia* em que é feito.

O vermelhão em pó deve ser macio e conservado em caixa fechada ao abrigo da poeira.

100) Deve haver o maior cuidado em ter o aparelho sempre coberto com a competente capa, tirando-se só quando entrar em serviço.

101) Os reflectores passam-se de dois em dois mezes com o vermelhão preparado como fica indicado.

102) Se alguma junta dos anneis catadioptricos tiver falta de massa de vidraceiro, põe-se-lhe sem demora e com perfeição, preparando a massa como se indica no n.º 127.

103) Nos aparelhos não abrigados por lanternas, como os pharolins e luzes de porto, é conveniente, para evitar a oxidação dos metaes expostos ao tempo, passal-os, depois de acceso o candieiro, com um panno humedecido em petroleo.

CAPITULO III

Machinas de rotação

104) As machinas de rotação apresentam as combinações vulgares dos movimentos de relojoaria que são regulados por ventoinha.

105) São postas em movimento pela acção de um peso, que deve, quando fôr possível, descer directamente sem retorno no cabo de suspensão, empregando-se os retornos só quando as condições locais o exigirem.

106) Um systema apropriado permite ligar a machina ao aparelho optico.

A armação do aparelho está ligada á corredeira que tem pela parte inferior os rodizios, que podem ser esphericos ou tronconicos.

A posição invariavel do aparelho optico movel obtêm-se por meio de outros rodizios de eixo vertical.

107) O trilho sobre o qual giram os rodizios da corredeira está fixo sobre um suporte.

É essencial que este trilho esteja perfeitamente nivelado, o que se obtêm por meio de tres cunhas de ferro collocadas na base do suporte do trilho.

Regulador da velocidade

108) A velocidade de rotação do aparelho regula-se fazendo variar o peso motor ou abrindo e fechando as palhetas da ventoinha.

109) Quando as machinas estão munidas de uma *ventoinha-pendulo* com palhetas, póde acelerar-se o movimento levantando as espheras moveis, ou retardar-se baixando-as nas suas hastes. O maior ou menor afastamento d'estas espheras tem tambem a vantagem de mostrar as variações de resistencia da machina.

110) Nas machinas modernas estas ventoinhas são substituidas por um regulador de fricção, que permite dar ao peso motor uma sobrecarga sufficiente para vencer o attrito no começo do movimento e por consequencia prevenir a paragem eventual do machinismo.

A acção d'esta sobrecarga fica equilibrada durante a marcha uniforme da machina pelo trabalho produzido pelo attrito desenvolvido no regulador.

111) Algumas d'estas machinas têm tambem um despertador electrico, que serve para prevenir o pharoleiro das paragens accidentaes.

Conservação das machinas de rotação

112) Todos os annos deve a machina ser desmontada, procedendo-se á limpeza das suas diferentes peças por modo identico ao que se disse para os candieiros mechanicos (79 e 80). Logo que esteja novamente armada, deve pôr-se em movimento e assim se conservará para experiencia até á hora de accender.

113) De tempos a tempos dar-se-ha oleo de relojoaria nos piões da ventoinha e nos do tambor de corda e roldanas do peso motor. O mesmo se fará aos piões das outras peças da machina, mas menos frequentemente, tendo sempre préviamente o cuidado de os lavar com petroleo para que fiquem limpos do oleo antigo.

114) Para obstar á oxidação das peças de ferro ou de aço serão estas untadas com qualquer gordura que não seja salgada. Deve evitar-se que as peças de cobre, bronze ou latão sejam untadas com essa gordura.

Conservação da corredeira

115) Ter-se-ha com a corredeira os mesmos cuidados que com a machina de rotação.

Para a desarmar, levanta-se alguns millimetros, empregando os tres macacos destinados a este fim. Tiram-se fóra os rodizios, que serão perfeitamente limpos, armam-se novamente, verificando depois a perfeita horisontalidade da corredeira. Os macacos devem ser applicados a iguaes distancias uns dos outros.

CAPITULO IV

Lanternas — Ventilação

116) A maior parte dos aparelhos estão collocados dentro das lanternas, que, além de servirem para abrigar o aparelho, têm por fim regular a ventilação necessária ao bom funcionamento da luz.

117) Durante o dia os stores ou cortinas devem estar corridos e o aparelho encaixado. Esta precaução é necessaria para evitar que os raios solares, penetrando pelos vidros da lanterna e atravessando o aparelho, vão convergir sobre o bico, que aquecerá enormemente podendo requeimar-se. A capa preserva o aparelho da poeira.

118) Por baixo da lanterna propriamente dita está a camara de serviço, onde n'um armario devem estar sempre guardados e promptos a servir os seguintes artigos: um candieiro, um bico, pelo menos, guarnecido de torcidas experimentadas, tres chaminés, chaves de parafusos e de porcas, assim como outras ferramentas necessarias destinadas a reparar de prompto qualquer pequena avaria que se possa dar.

119) Nos pharóes onde haja candieiros que não seja facil despejar rapidamente deve tambem existir no armario uma vasilha com a quantidade de petroleo necessario para guarnecer o novo candieiro, caso seja preciso substituir o que está em serviço.

120) Sobre o armario ou n'uma pequena mesa devem estar o candieiro de serviço prompto a servir, uma lanterna sempre accesa durante a noite e uma caixa de phosphoros.

121) Nos pharóes onde não houver camara de serviço todos os objectos de prevenção devem estar na lanterna.

122) Além dos objectos mencionados, deve estar sempre junto do candieiro do pharol uma chaminé, um panno de flanela para embrulhar a chaminé, quando tenha de se tirar ainda quente para espevitar a luz, e a respectiva *tenaz* da chaminé.

123) Depois da limpeza da lanterna, que consiste principalmente em varrer o estrado, vasculhar a cupula com o espanador respectivo, e limpez a panno externa e interna dos vidros, regula-se a ventilação attendendo á direcção e intensidade do vento e procurando evitar a entrada de poeira pela porta ou ventiladores.

124) Se durante a noite houver condensação de vapor de agua nos vidros da lanterna, o pharoleiro procurará regular a ventilação para a evitar, e enxugará frequentemente os vidros da humidade ali depositada, empregando um panno macio sem nodoas de gorda.

125) As nodoas dos vidros da lanterna tiram-se com agua ou alcoool, e de dois em dois mezes esfregam-se com branco de Hespanha (preparado da mesma fôrma como fica dito no n.º 99 para o vermelhão), tanto por fóra como por dentro.

126) Os caixilhos dos vidros e as juntas da lanterna por onde possa penetrar a chuva deverão ser conservados com cuidado, pondo-se-lhe massa de vidraceiro quando fôr preciso.

127) Faz-se esta massa com duas partes de cré fino e uma de alvaiade de chumbo, amassando tudo muito bem com partes iguaes de oleo de linhaça e oleo fervido.

128) Quando os vidros, embora rachados, pôdem ainda continuar a servir, evita-se que acabem de partir-se, abrindo um furo no extremo da fenda com um diamante e uma broca.

Substituição dos vidros da lanterna

129) Emprega-se o processo seguinte:

Cortam-se os vidros com um diamante maior que o do uso ordinario dos vidraceiros. Para tirar o vidro a mais, depois de o ter riscado com o diamante, bate-se lhe do lado opposto ao risco, com a ponta do cabo do diamante, seguindo o vestigio do risco já feito e a começar de uma das extremidades do vidro. Bastará ordinariamente dar um certo geito á lamina a cortar um ligeiro esforço para a separar, tirando-ee depois com a *torquez de trincar* qualquer saliencia que ainda fique.

130) Cortado o vidro com as dimensões precisas, *gasta-se em chanfro* nas bordas verticaes oppostas, e *em esquadria* nas bordas horisontaes de cima e de baixo. *Gasta-se* o vidro sobre uma chapa de ferro fundido coberta de areia, que de vez em quando se rega com agua.

131) Ao pôr os vidros é indispensavel verificar que as bordas fiquem com *folga* de 2 millimetros nos caixilhos, pois que, se ficassem em contacto com estes, poderiam rachar com as variações de temperatura ou com as oscillações da lanterna em occasião de tempestade. Os vidros devem assentar sobre *buchas* de madeira macia ou de chumbo. Postos os vidros no lugar, dá-se uma demão de água-raz nos caixilhos e tomam-se com massa, cortando-a com a *faca de vidraceiro* rente com os pinazios e deixando-a em escoante no caixilho de baixo.

132) Quando fôr necessario substituir um vidro inferior nos caixilhos que têm dois ou mais sobrepostos, é preciso tirar todos os que estão por cima no mesmo caixilho. Collocam-se depois, a começar pelo de baixo e fazendo as juntas do seguinte modo: cobre-se o bordo superior do primeiro vidro com uma camada de massa de 5 a 6 millimetros, collocal-se lhe em cima duas pequenas buchas dobradas de chumbo. Depois assenta-se o

vidro superior que, pelo seu peso, reduz a massa á mesma espessura das buchas. Cortam-se em seguida as buchas rentes com o vidro, e assim successivamente com os vidros superiores.

133) Cada lanterna deve ter de sobresalente, pelo menos, uma quarta parte dos vidros que estão postos.

134) O pára-raios da lanterna deve merecer aos pharoleiros todo o cuidado, devendo observar-o muito a miudo, examinando se a *ponta* está em bom estado e se o conductor não tem solução de continuidade.

CAPITULO V

Deposito do material

135) Em cada pharol deve haver uma casa especialmente destinada para deposito do material em serviço.

136) O petroleo, logo que seja recebido no pharol, deve ser trasfegado das latas de conducção para os *bidões* ou tanques especialmente destinados a este fim.

137) Nesta occasião será pesado e confrontado o peso obtido com o indicado na guia de remessa.

138) Os *bidões*, em numero sufficiente para conterem o fornecimento de um anno, podem ser arrumados uns sobre os outros para occuparem o menor espaço possível, á excepção de um que ficará montado no respectivo descanzo e que será o primeiro a entrar em serviço.

139) Quando se encher um bidão, deve collocar-se sobre a balança decimal e tarear-se. Pesando-o depois de cheio, desconta-se a tara e marca-se o numero exacto de kilogrammas que contiver. Ao arrumar o bidão no deposito deve a marca a giz ficar para o lado de fóra, a fim de se poder verificar promptamente a quantidade de combustivel existente.

140) O mesmo se pratica com os tanques, com a differença que a pesagem se fará nas latas de conducção, descontando-se depois ao peso total o peso de todas as latas.

141) Antes de se encherem os bidões e os tanques, serão muito bem limpos, aproveitando-se os residuos, bem como os dos candieiros e reservatorios para guarnecimento das lanternas e candieiros do serviço.

142) O petroleo que se tirar em cada dia para o serviço será filtrado, tendo o cuidado de observar que o *filtro* esteja bem limpo. O mesmo se fará em cada dia ao petroleo que sobejar dos candieiros.

143) O deposito de combustivel deve ser bem ventilado e fresco, havendo sempre n'elle uma caixa com areia para, em caso de necessidade, apagar qualquer pequeno incendio em petroleo derramado.

144) No deposito deve haver uma mesa para qualquer trabalho que porventura seja necessario ali fazer-se, assim como as prateleiras e armarios precisos para guardar as ferramentas, material de sobresalente e de consumo, como pannos, tintas, chaminés, etc.

145) Com as torcidas deve haver o maior cuidado para as resguardar da poeira e da humidade.

CAPITULO VI

Serviço e escripturação

146) As tabellas n.º 2, calculadas para latitudes apropriadas, indicam para cada dia a hora de accender e de apagar os pharóes. Como estas tabellas estão calculadas para o estado médio da athmosphera, fica ao criterio do chefe do pharol apagar ou accender alguns minutos mais tarde ou mais cedo, segundo o estado de transparencia da athmosphera.

147) Servem as tabellas n.º 3 para indicarem a hora do nascer e pôr do sol, calculada para as mesmas latitudes das tabellas anteriores, e referem se á hora em que o limbo inferior do sol está acima do horisonte uma quantidade proximamente igual a metade do seu diametro apparente. Tem por fim esta tabella proporcionar aos pharoleiros o meio de acertarem os relógios com sufficiente exactidão, caso não tenham outro meio de obterem hora mais exacta. A cada pharol serão indicadas as tabellas por que se deverão regular.

148) Em cada pharol deverá estar bem patente a escala de serviço dos pharoleiros.

Serviço da noite

149) Nos pharões em que ha um só pharoleiro deve este vigiar a luz amiudadas vezes durante a noite, tornando-se permanente esta vigilancia em occasiões de tempestade e de nevoeiros.

Nos pharões em que ha mais do que um pharoleiro deverá estar sempre um de vigia durante a noite, fazendo se o serviço por quartos conforme a escala respectiva.

150) O serviço nocturno e diurno dos pharões e pharolins será distribuido pela fórma seguinte:

De 1 de outubro a 31 de março, em tres quartos de vigia:

O 1.º começará uma hora antes do pôr do sol e terminará ás oito horas da noite;

O 2.º começará ás oito horas da noite e terminará á meia noite;

O 3.º começará á meia noite e terminará depois de executado o serviço da manhã;

De 1 de abril a 30 de setembro, em dois quartos de vigia:

O 1.º começará uma hora antes do pôr do sol e terminará á meia noite;

O 2.º começará á meia noite e terminará depois de feito o serviço da manhã.

O serviço da manhã deverá achar-se terminado uma hora depois do nascer do sol.

A escala dos serviços nocturno e diurno será organizada por fórma que ao mesmo pharoleiro venham a competir successivamente, com as folgas convenientes, todos os quartos de serviço nocturno e o serviço diurno. Os quartos serão distribuidos por todos os pharoleiros com a maior equidade, podendo o chefe permittir, em casos especiaes e transitorios, a troca dos quartos.

151) A pesagem do petroleo que enche o candieiro faz-se do seguinte modo:

Se o candieiro ou reservatorio é portatil, colloca-se sobre o prato da balança Roberval, tara-se, enche-se e pesa-se. O peso indicado, descontada a tara, é o peso do petroleo.

Se o reservatorio não fôr portatil, emprega-se uma vasilha que contenha o petroleo necessario para o encher e procede-se do mesmo modo. Nos grandes pharões a pesagem faz-se na balança decimal.

152) Transporta-se o petroleo já pesado, para a lanterna, enche-se o candieiro e accende-se, observando-se rigorosamente o disposto nos n.ºs 61 a 70 d'estas instrucções. Em seguida tiram-se as cortinas da lanterna e põe-se em movimento a machina de rotação.

153) Á hora indicada na tabella 2 apaga-se a luz, fecham-se as torneiras de alimentação do bico, dá se corda ás machinas do candieiro e aparelho, deixando os pesos no respectivo descanso, desengrena-se do aparelho optico a respectiva machina e correm-se as cortinas.

154) Procede-se em seguida á pesagem do petroleo existente no candieiro, empregando os processos indicados no n.º 151 e, deduzindo o peso achado do peso ao accender, obtem-se o peso do petroleo consumido durante a noite.

155) Despeja-se o reservatorio ou o candieiro, limpa-se bem interior e exteriormente e deixa-se vazio até á hora de encher para o accender; aparam-se as torcidas, procede-se ás limpezas da lanterna e aparelho, e cobre-se este com a respectiva capa.

Escripturação dos pharões

156) Em cada pharol devem existir os seguintes livros e impressos:

Livro A, mappa A, livro C, mappa C, livro I, livro R, livro E, livro V, inventarios, autos de inutilisação, requisições, cadernetas e mappa M.

157) O livro A (modelo A) é o registo do serviço diario do pharol, em que se menciona o consumo do petroleo, tempo da rotação do aparelho, as observações meteorologicas segundo as instrucções 171 a 181, visibilidade das luzes ou torres dos pharões vizinhos, bem como quesquer occurrencias, durante o dia ou durante os quartos da noite, que interessem á navegação. Cada pharoleiro registará todas as occurrencias do seu quarto, não se admittindo a formula «não houve novidade», senão quando a luz tenha funcionado com toda a regularidade, sem alteração na sua intensidade, e quando de facto não haja acontecimento algum a registar. Nas occurrencias do serviço de dia devem mencionar-se quaesquer alterações de pessoal ou material, inspecções e o numero de visitantes.

158) O mappa A (modelo A), é a copia fiel do registo antecedente para ser enviado diariamente á 3.^a secção da 6.^a repartição do conselho do almirantado.

159) Livro C e C' (modelos C e C'), servem para registrar o consumo mensal do combustivel e do material de consumo nos pharões e signaes sonoros. Os elementos d'estes registos são extrahidos do livro A e dos saldos existentes no mez anterior.

160) Mappas C e C', são copias fieis dos registos anteriores, que devem ser enviados nos dias 1 a 3 de cada mez á 3.^a secção da 6.^a repartição do almirantado.

161) Livro B, é destinado especialmente para registo de ordens e observações das auctoridades superiores que inspeccionem os pharões.

162) Livro R, serve para registo da correspondencia recebida (modelo R).

163) Livro E, é copiador da correspondencia expedida (modelo E).

164) Livro V (modelo V) destinado á inscripção dos visitantes.

165) Inventarios (modelos I₁ e I₂). São cadernos que devem preencher-se em duplicado annualmente, referidos a 31 de dezembro e enviados á 6.^a repartição do almirantado até 15 de janeiro de cada anno. Far-se-hão tambem, quando o chefe do pharol tenha de fazer a entrega do material a seu cargo.

Estes inventarios são divididos em duas partes. Na primeira figura o material em bom estado. Se algum artigo se inutilisar, será mencionado na columna que tem por epigraphe a palavra «inutilisado», e será abatido á totalidade. Na segunda parte regista-se o material em mau estado, servindo a columna «termo», para inscrever os artigos de que se tenha feito auto de inutilisação, e a columna «recebido do inventario», para escripturar os objectos em mau estado, descarregados da 1.^a parte do inventario.

166) Autos de inutilisação. A' excepção do material de consumo e do combustivel, que são despendidos á medida que são empregados, todo o outro material precisa de termo de inutilisação para ser abatido ao inventario.

Estes autos (modelo N) não são lavrados sem que o chefe do pharol esteja auctorisado a fazel-o pelo chefe da 6.^a repartição.

Deve, pois, ser solicitada, em nota, esta auctorisação, designando-se claramente o motivo da inutilisação, e se os objectos são, ou não, susceptiveis de concerto.

167) Requisições (modelo RR). São feitas semestralmente e enviadas á 6.^a repartição nos dias 5 dos mezes de abril e outubro, indicando o material necessario no pharol durante o semestre seguinte.

Pódem tambem fazer-se requisições extraordinarias, quando as necessidades do serviço assim o exijam.

168) Cadernetas (modelo Cc). Quando fôr remettido de um pharol qualquer objecto para o deposito, o chefe do pharol escriptura-o no talão da caderneta e na primeira guia, deixando em branco as duas seguintes. Separa as guias do talão e manda-as para a 6.^a repartição (3.^a secção). Logo que o objecto enviado fôr recebido no deposito, o respectivo fiel escriptura a ultima guia e assigna-a, sendo esse documento enviado ao chefe do pharol para ser junto ao respectivo talão.

169) No deposito ha cadernetas identicas para cada pharol. O material é acompanhado de duas guias, uma escripturada e assignada pelo fiel, que serve de documento ao chefe do pharol, e outra em branco, que será por este escripturada e assignada, e remetida á repartição, accusando a recepção do material. Esta guia é enviada depois ao deposito, onde fica collada ao respectivo talão. Nas guias que servem de recibo serão notados os objectos que chegarem avariados e os que porventura faltarem.

170) Mappa M (modelo M). É um resumo das observações meteorologicas registadas no livro A, e que será enviado até ao dia 5 de cada mez á repartição.

Instrucções para o registo meteorologico

171) Na primeira columna do livro e mappa A deve registrar-se o estado do tempo, empregando se as seguintes notações: «Muito bom tempo», «Bom tempo», «Tempo ameno», «Tempo ventoso», «Tempo chuvoso», «Tempo tempestuoso».

172) Na segunda columna vertical menciona-se a quantidade de nuvens por meio de algarismos, de 0 a 10, correspondendo: 0, ao céu completamente limpo de nuvens, e 10, ao céu totalmente encoberto. Os numeros intermédios representam proporcionalmente, dentro d'aquelles limites, a quantidade de nuvens que encobrem o céu.

173) Regista-se na terceira columna o rumo ou a direcção do vento, referida ao

meridiano verdadeiro, isto é, á linha norte-sul geographica, empregando as dezeseis abreviaturas seguintes, correspondentes aos dezeseis principaes rumos:

N	Norte
NNE	Nor-nordeste
NE	Nordeste
ENE	Les-nordeste
E	Leste
ESE	Les-sueste
SE	Sueste
SSE	Su-sueste
S	Sul
SSW	Su-sudueste
SW	Sudueste
WSW	Oes-sudueste
W	Oeste
WNW	Oes-noroeste
NW	Noroeste
NNW	Nor-noroeste

174) O rumo do vento é conhecido pela posição do catavento ou pela direcção das nuvens. No caso de serem diferentes estas duas indicações, ou quando se reconheça que as nuvens altas caminham em direcção diversa das nuvens baixas, registam se estes rumos do modo seguinte:

NW.
NE.

o que significa que a corrente superior é NW. e que a inferior é NE.

175) Na quarta columna vertical do livro A regista-se a força ou velocidade do vento, designando-a pelas abreviaturas dos termos vulgares abaixo indicados, correspondentes ás velocidades em kilometros por hora, dadas pela seguinte tabella:

			Abrevia- tura
Calma.....	0	kilometros por hora	0
Aragem	1 a 4	»	1
Vento muito fraco.....	4 a 7	»	2
Vento fraco	7 a 12	»	3
Vento moderado.....	12 a 25	»	4
Vento fresco.....	25 a 40	»	5
Vento forte.....	40 a 50	»	6
Vento muito forte.....	50 a 60	»	7
Tempestuoso	60 a 70	»	8
Violento temporal.....	70 a 100	»	9

176) As instrucções para a leitura dos barometros serão enviadas a cada pharol juntamente com os respectivos aparelhos.

177) Na sexta columna menciona-se o estado do mar, empregando a seguinte nomenclatura:

Mar estanhado.....	0
Mar plano.....	1
Mar chão	2
Mar pouco agitado.....	3
Mar agitado	4
Mar de pequena vaga.....	5
Mar de vaga	6
Mar de vaga grossa.....	7
Mar tempestuoso	8
Mar muito tempestuoso.....	9

178) A sétima columna é destinada a registrar a temperatura dentro da lanterna, indicada por um thermometro centigrado. Deve fazer-se a leitura rapidamente, tendo o cuidado de não tocar no instrumento antes ou durante a leitura.

179) Serão distribuidas instrucções especiaes, juntamente com os thermometros de maxima e minima, para instruir o observador, não só na leitura como também na collocação e exposição do instrumento.

180) Na 9.^a e 10.^a columnas menciona-se a hora do começo e do fim dos nevoeiros, podendo indicar-se nas occorrenças a hora da sua maior intensidade.

181) Columnas 11.^a a 16.^a. Cada uma destas columnas comprehenderá as observações de visibilidade relativas a cada um dos pharões visíveis do logar da observação.

As horas das observações diurnas indicar-se-ha a visibilidade da torre do pharol e as horas das observações nocturnas regista-se a visibilidade da luz do mesmo pharol. O grau de visibilidade, tanto de dia como de noite, será indicado pelas abreviaturas correspondentes ás seguintes expressões:

- Bem visível B
- Pouco visível. P
- Invisível. I

Quando os pharões visíveis forem de clareões, indicar-se-ha separadamente a visibilidade destes e da luz fixa.

Conselho do almirantado, 21 de novembro de 1895.==O secretario, *Torquato Ezequiel dos Prazeres Machado*, capitão de mar e guerra.

TABELLA N.º 1

Tabella resumo das diversas indicações relativas aos bicos de petroleo

Bicos com disco	Antigo modelo						Modelo 1895					
	1	2	3	4	5	6	1	2	3	4	5	6
Numero de torcidas.	30	50	70	90	110	130	20	40	60	80	100	120
Diametro do bico em millimetros.	13	15	17	19	21	23	-	-	-	-	-	-
Elevação da face superior do disco acima da torci-	7	8	9	10	11	12	-	-	-	-	-	-
da central.	20	23	26	29	32	35	20	23	26	29	32	35
Elevação do plano focal acima da torcida central.	40	50	60	70	80	90	40	50	60	70	80	90
Altura média da chamma acima da torcida central.	2	6	14	24	36	52	1	5	12	21	33	48
Intensidade média em carceis.	50	150	350	600	950	1,400	30	100	300	550	900	1,350
Consumo médio por hora.												

Bico n.º 1º consumo médio por hora. 20 Grammas
Bico n.º 2º consumo médio por hora. 30 Grammas
Bico n.º 3º consumo médio por hora. 50 Grammas

Nota.—Todas estas medidas estão expressas em millimetros, a excepção da do consumo que está expressa em grammas.

Esta conforme. — Sexta repartição do conselho do almirantado, 21 de novembro de 1895. — *Guilherme Gomes Coelho*, capitão de fragata.

Questionario

- 1.º Qual o diametro dos appparelhos da 1.ª, 2.ª, 3.ª, 4.ª e 5.ª ordens?
- 2.º O que é um appparelho dioptrico?
- 3.º O que é um appparelho catoptrico?
- 4.º Quaes são os combustiveis usados nos nossos pharóes?
- 5.º Que especie de candieiros se usam nos nossos pharóes?
- 6.º Descreva um candieiro mechanico.
- 7.º Como se regula a velocidade do machinismo de um candieiro mechanico?
- 8.º Para que serve o fumivoro? Para que serve o seu obturador?
- 9.º Qual é o consumo médio, por hora, do petroleo, nos candieiros de cinco, quatro, tres, duas ou uma torcida?
- 10.º Qual o consumo médio, por hora, de azeite, nos candieiros de quatro, tres, duas ou uma torcida?
- 11.º Para que um candieiro de pharol dioptrico esteja bem assente, o que é necessario?
- 12.º Como se verifica que o centro do bico está no centro do appparelho?
- 13.º Como se reconhece que a corôa do bico está horisontal?
- 14.º Como se collocam as torcidas nos candieiros de azeite?
- 15.º Como se collocam as torcidas nos candieiros de petroleo?
- 16.º Como se accende um candieiro de mais de uma torcida?
- 17.º Como se governa a chamma com o obturador?
- 18.º Qual é a altura média das chammas nos candieiros de petroleo de cinco, quatro, tres, duas e uma torcida?
- 19.º Como se espevitam as torcidas de um candieiro de petroleo?
- 20.º Como se substitue uma chaminé?
- 21.º Como se limpam as chaminés de vidro?
- 22.º Qual o tratamento a dar á parte movel do appparelho de rotação? (corredoura).
- 23.º Como se suspende o appparelho de rotação?
- 24.º Como se augmenta ou diminue a velocidade da machina de rotação?
- 25.º Estando o appparelho desnivelado n'um pharol de rotação, o que se deve fazer?
- 26.º Como se limpam as lentes?
- 27.º Como se tiram as nodoas de gordura das lentes?
- 28.º Como se conserva o polido dos crystaes?
- 29.º Como se limpam os reflectores metallicos?
- 30.º Como se limpam os vidros da lanterna?
- 31.º Como se faz a massa de vidraceiro?
- 32.º Como se põem os vidros das lanternas?
- 33.º Qual o uso dos bidões? Como se tira d'elles o petroleo para o uso diario?
- 34.º Qual o uso das tesouras curvas e rectas?
- 35.º Para que servem os espanadores de cabello e os de pennas?
- 36.º Qual o uso das escovas de relojoeiro?
- 37.º Qual o uso dos limpadores de bicos e de chaminés?
- 38.º Para que serve a agua de cobre?
- 39.º Se se manifestar incendio no deposito do petroleo, o que se deve fazer?
- 40.º Qual era a pressão a que trabalhava a machina de vapor do signal sonoro onde serviu?
- 41.º Quantas voltas dava a machina por minuto?
- 42.º A que pressão descarregava a valvula do cylindro de ar comprimido?
- 43.º Como se põe uma machina de vapor em movimento?
- 44.º Como se faz parar a machina de vapor do signal sonoro?
- 45.º Como se regula a alimentação da agua na caldeira?
- 46.º Como se desarma a campanula e a palheta do signal sonoro?
- 47.º Como se reconhece se a canalisação que conduz o ar comprimido á trompa de nevoeiro contém agua?
- 48.º Se a canalisação que conduz o ar comprimido á trompa de nevoeiro contiver agua, o que se deve fazer?
- 49.º Quaes são e que uso têm os livros de escripturação do pharol?
- 50.º Preencha um mappa modelo A.
- 51.º Preencha um mappa modelo C.

- 52.º Redija uma nota para a 6.ª repartição, pedindo a urgencia na remessa de material.
- 53.º Preencha uma requisição com o material de consumo necessario a um pharol de 1.ª ordem para um semestre.
- 54.º Redija uma nota para a capitania do porto, participando-lhe a doença de um pharoleiro.
- 55.º Quaes os deveres do pharoleiro de quarto?
- 56.º Quaes os deveres do pharoleiro de serviço de dia?
- 57.º Quaes os deveres do pharoleiro durante o serviço da manhã?
- 58.º Quaes os deveres do pharoleiro ao accender o pharol?
- 59.º Quaes os deveres do chefe do pharol?
- Esta conforme. — Sexta repartição do conselho do almirantado, 21 de novembro de 1895. — *Gulherme Gomes Coelho*, capitão de fragata.
- (As tabellas, modelos e figuras mencionados no regulamento, instrucções e questionario serão publicados na edição especial destes documentos).

Atendendo ao que me representaram os ministros e secretarios d'estado dos negocios da marinha e ultramar e das obras publicas, commercio e industria :

Hei por bem decretar o seguinte :

Artigo 1.º A acquisição, armazenagem e expedição de Lisboa para as provincias ultramarinas do material destinado ao serviço dos telegraphos do Estado nas mesmas provincias ultramarinas, serão feitas por intermédio da direcção dos serviços telegrapho-postaes, nos termos d'este decreto.

Art. 2.º A quantidade de cada um dos artigos, que deve ser adquirida pela referida direcção, será fixada, quanto possível, no principio de cada anno economico pela direcção geral do ultramar, em harmonia com as necessidades proveas dos serviços ultramarinos, e communicada áquella direcção com a devida antecedencia.

Art. 3.º A designação dos artigos de material será feita, em todos os documentos que lhes disserem respeito, em harmonia com a *nomenclatura dos artigos do material telegraphico para o ultramar*, que a direcção dos serviços telegrapho-postaes opportuna-mente formulará, devendo, emquanto esta se não formular, seguir-se para o mesmo fim, quanto possível, a *nomenclatura* adoptada nos serviços telegraphicos do continente do reino.

Art. 4.º O estudo dos typos de material telegraphico para uso nas provincias ultramarinas será feito na direcção dos serviços telegrapho-postaes pelo pessoal a que pertence a execução do serviço correspondente relativo ao material adoptado no continente, devendo, porém, a direcção geral do ultramar prestar áquella todos os elementos e esca-Recimentos necessarios para esse estudo.

Nenhum typo de material será adoptado, comtudo, sem parecer favoravel da referida direcção geral do ultramar.

Art. 5.º As acquisições de material serão feitas em conformidade com as leis, regulamentos ou preceitos seguidos para acquisição do material usado pela direcção dos serviços telegrapho-postaes, sendo submettidos á resolução e despacho do ministro das obras publicas, commercio e industria todos os negocios ou documentos relativos a essa acquisição, nos casos em que seja necessaria resolução ministerial sobre elles.

Art. 6.º As clausulas dos fornecimentos e as condições technicas e outras a que deve satisfazer cada artigo serão estabelecidas pela direcção dos serviços telegrapho-postaes pelo modo seguido nos serviços de sua dependencia, e em harmonia com as leis e regulamentos vigentes. A determinação dos methodos de verificação e ensaio de cada artigo serão da exclusiva escolha e responsabilidade technica dos funcionarios da direcção dos serviços telegrapho-postaes, a que normalmente pertença a execução dos serviços correspondentes.

Art. 7.º O exame e ensaio dos artigos de material serão feitos pelos funcionarios e nos laboratorios destinados aos exames e ensaios do material usado no continente, e em harmonia com os mesmos preceitos.

Art. 8.º O material adquirido dará entrada nos *armazens* da direcção dos serviços telegrapho-postaes, em que se creará uma secção especial denominada *Secção do material telegraphico do ultramar*, a cargo do mesmo pessoal, e adoptando-se o mesmo systema de escripturação que se usar nos serviços do continente.

Art. 9.º A saída de material dos armazens será feita mediante requisições assignadas pelo chefe da 3.ª repartição da direcção geral do ultramar, ou por funcionario da mesma repartição que aquelle designe para tal fim. Estas requisições, feitas em duplicado, serão remetidas ao chefe da repartição dos telegraphos da direcção dos serviços telegrapho-postaes, que as mandará satisfazer quando para esse fim haja material nos armazens ou até ás quantidades n'estes existentes. Para este fim uma das requisições, depois de n'ella lançada a respectiva ordem de fornecimento, será enviada ao fiel dos armazens, ficando a outra archivada na repartição dos telegraphos.

Art. 10.º O material saído dos armazens será entregue pelo respectivo fiel aos funcionarios que a direcção geral do ultramar tiver designado na respectiva requisição, ou remetido por aquelle fiel ao seu destino, quando isto tenha sido expressamente requisitado e pela fôrma por que o tiver sido.

Os recibos do material serão, em qualquer dos casos, assignados por funcionario dependente da direcção geral do ultramar, distribuindo-se opportunamente, para este fim, por todos os que estejam nos casos de ter que receber material d'esta especie, os convenientes impressos.

Art. 11.º Os funcionarios dependentes da direcção geral do ultramar, a quem forem entregues os artigos requisitados aos *armazens*, não poderão rejeital-os sob pretexto da sua qualidade ou por qualquer outro motivo, não lhes competindo outra verificação além da contagem dos pesos ou dos volumes, ou do numero de artigos enviados.

Art. 12.º As queixas ou reclamações, tanto em relação á qualidade como em relação a qualquer outro dos serviços de que trata este decreto, devem ser sempre enviadas á direcção geral do ultramar, que as transmittirá á direcção dos serviços telegrapho-postaes para serem convenientemente examinadas e terem o devido expediente.

Art. 13.º A escripturação do material, tanto na repartição dos telegraphos e nos armazens d'esta, como nos serviços dependentes da direcção geral do ultramar, será feita pelo systema e em impressos, formulas ou livros identicos aos que estiverem em uso nos serviços telegraphicos do continente, lançando-se, porém, em todos a indicação de *serviço do material telegraphico do ultramar*.

As escripturações feitas na repartição dos telegraphos e nos armazens de sua dependencia serão completamente distinctas e separadas das do material do continente, conservando-se, outrossim, em separado, os artigos depositados nos armazens.

Art. 14.º As despesas de aquisição, conservação, armazenagem e transporte, e quaesquer outras relativas ao material destinado ás provincias ultramarinas, serão feitas em nome e correm de conta do ministerio da marinha e ultramar, sendo assim expressamente declarado em todos os contractos e documentos respectivos.

O material inutilisado nos armazens será, n'estes termos, substituído á custa do mesmo ministerio.

Art. 15.º As folhas das despesas relativas aos serviços de que trata este decreto serão organisadas em conformidade com as instrucções expedidas pela direcção geral do ultramar, de accordo com a direcção dos serviços telegrapho-postaes.

Art. 16.º Serão pagas pelo ministerio da marinha e ultramar todas as despesas resultantes dos serviços de aquisição, verificação, escripturação e armazenagem do material destinado ao ultramar, sendo a sua importancia fixada por accordo entre a direcção dos serviços telegrapho-postaes e a direcção geral do ultramar.

Os ministros e secretarios d'estado dos negocios da marinha e ultramar e das obras publicas, commercio e industria assim o tenham entendido e façam executar. Paço, em 23 de abril de 1896.—REI.—*Jacinto Candido da Silva*—*Arthur Alberto de Campos Henriques*.

Considerando as circumstancias que actualmente se dão na provincia de Angola, e os meritos, serviços e conhecimentos especiaes que concorrem na pessoa do capitão de mar e guerra, Guilherme Augusto de Brito Capello, do meu conselho, hei por bem nomear o referido Guilherme Augusto de Brito Capello, commissario régio na provincia de

Angola, devendo nesta qualidade exercer, relativamente á administração e ao governo da provincia, todas as faculdades e attribuições do poder executivo.

O ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar.—Pago, em 23 de abril de 1896. —REI. —*Jucinto Cundido da Silva.*

III.^{ma} e ex.^{ma} sr. — Em resposta ao officio de v. ex.^a, n.^o 13, de 9 do mez passado, perguntando se os vapores estrangeiros que fazem a carreira diaria entre Hong Kong, Cantão e Macau devem pagar emolumentos sanitarios quando houver nos portos da provincia moléstias epidemicas, encarega-me s. ex.^a o ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar de dizer a v. ex.^a que, sendo esses vapores equiparados ao serviço de policia sanitaria ás embarcações que navegam entre os portos da provincia, devem pagar os mesmos emolumentos que estas pagam em egualdade de circumstancias.

Deus guarde a v. ex.^a — Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 25 de abril de 1896. — III.^{ma} e ex.^{ma} sr. chefe do serviço de saúde de Macau e Timor. — O director geral, *Francisco J. da Costa e Silva.*

DOM CARLOS I, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, d'aquem e d'além-mar, em Africa senhor de Guiné, e da conquista, navegação, commercio da Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, etc. Fago saber aos que a presente carta de confirmação e ratificação virem, que aos 31 do mez de dezembro de 1895 se concluiu e assignou pelos respectivos plenipotenciarios em Lisboa, entre mim e Sua Magestade o rei da Suecia e da Noruega, um tratado de commercio e navegação, acompanhado de dois protocolos, cujo teor é o seguinte:

(Tradução)

Sua Magestade o Rei de Portugal e dos Algarves e Sua Magestade o Rei da Suecia e da Noruega, igualmente animados do desejo de assegurar as relações de commercio e navegação entre Portugal e a Noruega, resolveram concluir para este effeito um tratado, e nomearam por seus plenipotenciarios respectivos, a saber:

Sua Magestade o Rei de Portugal e dos Algarves, o conselheiro Luiz Maria Pinto de Soveral, ministro e secretario d'estado dos negocios estrangeiros, grã-cruz da ordem de Christo e da ordem de Ernesto Pio de Saxe-Coburgo-Gotha, etc., etc.; e

Sua Magestade o Rei da Suecia e da Noruega, o conde Axel Cronhielm, seu encarregado de negocios e consul geral interino em Lisboa, cavalleiro da ordem da Estrella Polar e da ordem de Santo Olavo, 1.^a classe, commandador da ordem da Concelção, etc., etc. e o sr. Joaquim Konow, negociante, plenipotenciario especial, cavalleiro da ordem de Santo Olavo, 1.^a classe, commandador da ordem de Christo, etc., etc.;

Os quaes, depois de se haverem communicado os seus plenos poderes, achados em boa e devida forma, convieram nos artigos seguintes:

Sa Majesté le Roi de Portugal et des Algarves et Sa Majesté le Roi de Suède et de Norvège, également animés du désir d'assurer les relations de commerce et de navigation entre le Portugal et la Norvège, ont résolu de conclure à cet effet un traité, et ont nommé pour leurs plenipotentiaires

Sa Majesté le Roi de Portugal et des Algarves, le conseiller Luiz Maria Pinto de Soveral, ministre et secrétaire d'état des affaires étrangères, grand-cordon de l'ordre du Christ et de l'ordre de Ernest Pie de Saxe-Cobourg-Gotha, etc., etc.

Et Sa Majesté le Roi de Suède et de Norvège, le comte Axel Cronhielm, son chargé d'affaires et consul général, par interim, à Lisbonne, chevalier de l'ordre de l'Étoile Polaire et de l'ordre de Saint-Olav, 1.^{re} classe, commandeur de l'ordre de la Conception, etc., etc., et mr. Joaquim Konow, négociant, plenipotentiaire spécial, chevalier de l'ordre de Saint-Olav, 1.^{re} classe, commandeur de l'ordre du Christ, etc., etc.;

Lesquels, après s'être communiqué leurs plénis pouvoirs, trouvés en bonne et due forme, sont convenus des articles suivants:

ARTICLE 1^{er}

Il y aura liberté réciproque de commerce et de navigation entre le Portugal et la Norvège. Les sujets de chacune des Hautes Parties Contractantes jouiront dans le territoire de l'autre des mêmes faveurs en matière de commerce et d'industrie qui sont ou seront accordées aux sujets de toute autre nation, et ne pourront être assujettis à d'autres ou plus fortes contributions, restrictions ou obligations générales ou locales que celles qui seront imposées aux sujets de la nation la plus favorisée.

ARTICLE 2

Les ressortissants des Hautes Parties Contractantes pourront disposer à leur volonté, par donation, vente, échange, testament, ou de toute autre manière, de tous les biens qu'ils posséderaient dans les territoires respectifs, et retirer intégralement leurs capitaux du pays.

De même les ressortissants de l'un des États respectifs, habiles à hériter des biens situés dans l'autre, pourront prendre possession des biens qui leur seraient dévolus même *ab intestat*, en observant les formalités prescrites par la loi, et les dits héritiers ne seront pas tenus à acquitter des droits de succession autres ni plus élevés que ceux qui seraient imposés dans des cas semblables aux nationaux eux-mêmes.

ARTICLE 3

Le Portugal et la Norvège se garantissent réciproquement qu'aucun autre pays ne jouira à l'avenir d'un traitement plus avantageux en ce qui concerne la consommation, le dépôt, la réexportation, le transit, le transbordement des marchandises, les drawbacks, l'exercice du commerce et la navigation en général.

ARTICLE 4

Les Hautes Parties Contractantes s'engagent à n'établir l'une envers l'autre aucune prohibition d'importation ou d'exportation qui ne soit en même temps applicable aux autres nations.

Ce principe ne sera pas appliqué aux marchandises qui sont ou qui seront l'objet de monopole de l'État ou de prohibition ou restriction temporaire pour motifs sanitaires ou dans la prévision d'événements de guerre.

ARTIGO 1.º

Haverá liberdade reciproca de commercio e de navegação entre Portugal e a Noruega. Os subditos de cada uma das Altas Partes Contractantes gosarão no territorio da outra, em materia de commercio e de industria, dos mesmos favores que são ou forem concedidos aos subditos de qualquer outra nação, e não poderão estar sujeitos a outras ou mais pesadas contribuições, restricções ou obrigações geraes ou locaes que as que forem impostas aos subditos da nação mais favorecida.

ARTIGO 2.º

Os subditos das Altas Partes Contractantes poderão á sua vontade dispôr, por doação, venda, escambo, testamento, ou de qualquer outro modo, de todos os bens que possuirem nos territorios respectivos, e retirar integralmente do paiz os seus capitaes.

Assim tambem os subditos de um dos Estados respectivos, habéis para herdar bens situados no outro, poderão tomar posse dos bens que lhes advierem mesmo *ab intestato*, observando as formalidades prescriptas pela lei, e os ditos herdeiros não serão obrigados a pagar direitos de transmissão diferentes nem mais elevados que os que, em casos semelhantes, forem impostos aos nacionaes.

ARTIGO 3.º

Portugal e a Noruega garantem-se reciprocamente que nenhum outro paiz gosará, de futuro, tratamento mais vantajoso pelo que respeita ao consumo, deposito, reexportação, transito, baldeação das mercadorias, drawbacks, exercicio do commercio e navegação em geral.

ARTIGO 4.º

As Altas Partes Contractantes obrigam-se a não estabelecer uma a respeito da outra prohibição alguma de importação ou de exportação que não seja ao mesmo tempo applicavel ás outras nações.

Este principio não será applicado ás mercadorias que são ou forem objecto de monopolio do Estado ou de prohibição ou restricção temporaria por motivos sanitarios ou na previsão de acontecimentos de guerra.

ARTICLE 5

Les produits d'origine portugaise énumérés dans le tarif A, joint au présent traité, lorsqu'ils seront importés directement en Norvège, y seront admis en acquittant les droits fixés par le dit tarif.

ARTICLE 6

Les produits d'origine norvégienne énumérés dans le tarif B, joint au présent traité, lorsqu'ils seront importés directement en Portugal, y seront admis en acquittant les droits fixés par le dit tarif.

ARTICLE 7

Les produits d'origine portugaise énumérés dans le tarif A et la table I, joints au présent traité, lorsqu'ils seront importés directement en Norvège, y seront traités sur le pied de la nation la plus favorisée.

ARTICLE 8

Les produits d'origine norvégienne énumérés dans le tarif B et la table II, joints au présent traité, lorsqu'ils seront importés directement en Portugal, y seront traités sur le pied de la nation la plus favorisée.

ARTICLE 9

L'importation directe dont il est question dans les articles précédents, consiste dans l'embarquement des marchandises dans un port de l'une des Hautes Parties Contractantes et dans leur débarquement, durant le même voyage, dans un port de l'autre Partie Contractante, quelle que soit la nationalité du navire, et bien que celui-ci fasse escale ou relâche dans un ou plusieurs ports d'une tierce Puissance. Elle est démontrée par le manifeste et les connaissements.

Est assimilée à l'importation directe l'importation sous connaissement direct (*through bill of lading*), quand bien même les marchandises spécifiées sur le dit connaissement auraient été transbordées ou déposées dans les entrepôts d'une tierce Puissance. Dans ce cas il sera exigé le certificat d'origine.

ARTICLE 10

Les manifestes présentés à la douane du pays d'importation doivent contenir l'indication de l'origine des marchandises. Comme preuve de cette origine, les Hautes Parties

ARTIGO 5.º

Os productos de origem portugueza enumerados na pauta A, junta ao presente tratado, quando forem importados directamente na Noruega, serão n'este reino admittidos mediante o pagamento dos direitos fixados pela dita pauta.

ARTIGO 6.º

Os productos de origem noruegueza enumerados na pauta B, junta ao presente tratado, quando forem importados directamente em Portugal, serão n'este reino admittidos mediante o pagamento dos direitos fixados pela dita pauta.

ARTIGO 7.º

Os productos de origem portugueza enumerados na pauta A e na tabella I, juntas ao presente tratado, quando forem importados directamente na Noruega, serão n'este reino tratados como os da nação mais favorecida.

ARTIGO 8.º

Os productos de origem noruegueza enumerados na pauta B e na tabella II, juntas ao presente tratado, quando forem importados directamente em Portugal, serão n'este reino tratados como os da nação mais favorecida.

ARTIGO 9.º

A importação directa a que se referem os artigos precedentes consiste no embarque das mercadorias n'um porto de uma das Altas Partes Contractantes, e no seu desembarque, durante a mesma viagem, n'um porto da outra Parte Contractante, qualquer que seja a nacionalidade do navio, e embora este entre por escala ou arribada em porto ou portos de uma terceira Potencia. É demonstrada pelo manifesto e connhecimentos.

É equiparada á importação directa a importação sob conhecimento directo (*through bill of lading*), ainda quando as mercadorias especificadas no dito conhecimento tenham sido baldeadas ou depositadas nos entrepostos de terceira Potencia. N'este caso será exigido certificado de origem.

ARTIGO 10.º

Os manifestos apresentados á alfandega do paiz importador devem conter a indicação da origem das mercadorias. Para prova d'esta origem, reservam-se, comtudo, as

